

Departamento de Sociologia e Ciências Públicas

**O PAPEL DOS MEDIA NA LUTA PELA
CONSOLIDAÇÃO DA PAZ EM ANGOLA**

Olávio Sisi José Zau

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Orientador(a):

Doutora Olga Iglésias, Phd em História
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Investigadora em Pós-Doutoramento no CESA/ISEG

Co-orientador(a):

Doutor José Barreiro
Professor Associado com Agregação
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Abril, 2015

Índice

ÍNDICE DE FIGURAS:	III
SIGLAS	I
DEDICATÓRIA	II
AGRADECIMENTOS	III
RESUMO	IV
ABSTRACT	V
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - A PROBLEMÁTICA DA HISTÓRIA DOS MEDIA EM ANGOLA	4
1. Os Media Angolanos e um Olhar Histórico após a Independência	4
1.1. Tempo do Monopartidarismo	4
1.2. A Imprensa Escrita	7
1.3. A história da Rádio	10
1.4. A televisão	11
2. A Paz Democrática e a Guerra	13
3. A Nova Lei de Imprensa (1991)	14
CAPÍTULO II - A PROBLEMÁTICA DA LIBERDADE DE IMPRENSA EM ANGOLA	19
I Parte: Os Direitos e Deveres da Imprensa	19
1. A Liberdade de Imprensa em Angola	19
2. Um Olhar à Lei de Imprensa de 1999	22
2.1. Finalidade	22
2.2. Exégese Breve sobre a Liberdade de Imprensa	23
3. O Estado da Questão	27
4. O Público e as Linhas Editoriais: um Diagnóstico da Parcialidade	32
5. Jornalismo e o Respeito pela Dignidade Humana	35
II Parte: As Empresas Mediáticas, o Público e a Paz	36
6. A Problemática entre o Jornalismo e o seu Público	36
7. O Público e a Responsabilidade Pessoal do Jornalista	38
8. A Política e os Media	40
9. O Favoritismo Ideológico	42
10. O Jornalista e o Equilíbrio	44
III Parte: O Jornalismo na Sociedade Angolana	45

11.	O Jornalismo e o Livre Arbítrio _____	45
12.	O Jornalismo e a Crise _____	47
13.	O Compromisso Social do Jornalista e a sua Ressonância Negativa _____	48
CAPÍTULO III: PAZ E DEMOCRACIA NO HORIZONTE DOS MEDIA ANGOLANO		50
1.	Os Media e a Democracia em Angola _____	50
2.	A Imprensa Estrangeira _____	52
3.	A Liberdade de Imprensa, uma Problemática entre as várias Sensibilidades em Angola _____	55
4.	O Código Deontológico e a Eficiência Jornalística a Favor da Paz _____	57
5.	As Tecnologias de Informação em Angola e a Paz _____	59
6.	A Internet e o Jornalismo Electrónico em Angola: um Perigo à Paz? _____	61
7.	Os Media Angolanos e a Política para a Paz _____	65
8.	A Problemática dos Media e a Paz _____	65
9.	A Paz como Ocupação dos Media _____	69
CONCLUSÃO _____		74
NOTAS BIBLIOGRÁFICAS _____		79
BIBLIOGRAFIA _____		84
ANEXO A _____		I
ANEXO B _____		V
ANEXO C _____		VIII
ANEXO D _____		X
ANEXO E _____		XVI
ANEXO F _____		XXIX

Índice de figuras:

Figura 1 – Prevalência de equipamentos de Comunicação na África Austral (Meyers, 2009); o Desenvolvimento dos novos Media em Angola e a sua potencialidade na região Austral _____ 64

Siglas

AGORA	Semanário (Jornal)
ANGOP	Agência Angola Press
CEAST	Conferência Episcopal de Angola e São Tomé
CODENM	Comité Desportivo Nacional Militar
Col.	Colecção.
DIP	Departamento de Informação e Propaganda
DOR	Departamento de Orientação Revolucionária
Ed.	Edições, Edição, Editado por, Editor.
EUA	Estados Unidos da América
FAPLA	Forças Armadas Popular de Libertação de Angola
Fasc.	Fascículo.
FLEC	Frente Libertação do Enclave de Cabinda
FM	Frequência Modelada
FNLA	Frente Nacional de Libertação Nacional de Angola (Partido)
FUND.	Fundação.
GURN	Governo de Unidade e Reconciliação Nacional
INDE	Intercooperação e Desenvolvimento.
ISCED	Instituto Superior de Ciências da Educação.
J.A	Jornal de Angola.
JAL	Jeune Afrique L'Intelligente.
JDM	Jornal Desportivo Militar.
LAC	Luanda Antena Comercial
MPLA	Movimento Popular da Libertação de Angola (Partido)
NOMIC	Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação
NONIC	Nova Ordem Nacional da Informação e Comunicação
OIJ	Organização Internacional dos Jornalistas.
ONU	Organização das Nações Unidas
ORG.	Organizado por, Sob a organização de.
OUA	Organização da Unidade Africana
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PANA	Agência informativa Pan-Africana
Pub.	Publicações.
RFI	Rádio France Internacional
RNA	Rádio Nacional de Angola.
RPA	República Popular de Angola.
s.d.	Sem data.
SEDIPU	Secretariado Diocesano de Pastoral do Uíje.
TPA	Televisão Pública de Angola.
UEA	União dos Escritores Angolanos.
UNITA	União Nacional para Independência total de Angola (Partido)
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
Vol.	Volume.
VORGAN	Voz da Resistência do Galo Negro (Rádio da UNITA)

Dedicatória

Dedico este trabalho do fundo da minha alma aos meus pais, Pedro Zau e Maria de Fátima José, aos meus irmãos e a todo o povo angolano que luta para a manutenção da paz efectiva em Angola e que deseja que nunca mais a guerra volte ao nosso território.

Agradecimentos

Não poderia deixar de em primeiro lugar agradecer a Deus por tudo o quanto tem feito a meu favor, ao Sagrado Coração de Jesus e de Maria.

Agradeço de modo extremamente especial ao Conde Dom Manuel Palmela de Holstein-Beck, que me auxiliou nos estudos, na estadia em Portugal e com apoio emocional, e à sua irmã, filhos e familiares, a minha eterna gratidão. Também agradeço ao Embaixador Professor Doutor Marcos Barrica e à sua família, que me auxiliaram nos estudos e na estadia em Portugal, e ao Padre Muanamosi Matumona.

Agradeço à Família David Conceição Soares de Braga pelo seu acolhimento e ao Padre Angelino Firmino Jones.

Agradeço à estudante Sara Cristina Gomes e sua família, bem como à comunidade da Paróquia da Nossa Senhora da Conceição em Monte Abraão, em especial ao Padre Jacob.

Agradeço ao Bispo Dom Mateus Feliciano Tomas, ao Dr. Manuel Severino Tchimbuebue e à Doutora Patrícia Arriaga.

Agradeço a todos os professores que suportaram os encargos deste Mestrado, à minha orientadora Doutora Olga Iglésias, o co-orientador Doutor José Barreiro, como a tantos outros professores doutores, que contribuíram para a conclusão deste curso.

Resumo

Este trabalho tem como tema “*O Papel dos Media na Luta pela Consolidação da Paz em Angola*”.

A problemática do tema diz respeito às seguintes questões: será que os media angolanos estão a trabalhar na educação pela paz? Será que os media vivem pelo lucro? Pela fama? Pelo prestígio social que granjeiam na sociedade angolana? Não será que os media servem interesses de grupos económicos ou, de forma velada, interesses políticos diversos? Será que o envolvimento de certos jornalistas na vida privada das pessoas constitui um motivo para o descrédito dos jornalistas como os promotores da paz? Será que a ambição tribal, partidária e a influência dos media estrangeiros, influenciam os media na verdade sobre a realidade do país, perigando a paz e a reconciliação nacional?

O trabalho tem como tese “*O Estudo sobre o que os Media têm Feito em Favor da Paz e da Reconciliação Nacional, e sua Manutenção em Angola.*”, sejam os media públicos ou privados, até certo ponto os estrangeiros. Leva-me a crer que há maior preocupação por outros interesses em relação à manutenção da paz. A maior preocupação é de saber o que os media fazem e o que devem fazer para que o povo de Angola consolide a paz e viva em paz. Não tem como objectivo criticar o mau funcionamento dos media, mas incentivar os profissionais na defesa acérrima da paz que se conquistou com muito sangue dos angolanos, através da criação de programas que dinamizem o angolano na vivência da paz não permitindo que os nossos egoísmos, ambições e projectos, sejam eles pessoais ou institucionais, destruam os maiores tesouros da vida humana, a PAZ, a LIBERDADE, e a DEMOCRACIA.

Palavras-chave: ANGOLA, MEDIA, JORNALISTA, PAZ, LIBERDADE, VERDADE, DEONTOLOGIA PROFISSIONAL, PARCIALIDADE, IMPARCIALIDADE, LUCRO, DEMOCRACIA.

Abstract

The theme of this work is, "The Role of the Media Struggle for Consolidation of Peace in Angola."

This problematic issue concerns the following questions: Are the media working for the Angolan peace? Could it be that the media only work as a means to make money? Or for the prestige? Or to gain social elevation within the Angolan society? It is possible that the media serves the interests of economic groups or various political interests? Could it be that the poor work ethics of some journalists means all journalists are discredited as peacemaker? Could it be that the ambition for the tribe and influence over the foreign media, maybe affect the Angolan media and distort the truth about the reality of country? Which endangers possible peace and national reconciliation of nation?

The proposition of this work is "The Study on the Media are made in Favor of Peace and National Reconciliation in Angola and its maintenance.", whether public or private media, to some extent foreigners. I am aware there is greater concern for other interests in relation to peacekeeping. The main concern is to know what the media do and what it must do for the people of Angola to consolidate the peace and live in peace. I do not intend to criticize the aims malfunction of the media, but to encourage media professionals' staunch defense of peace that is won with much blood of Angolans, through creation of programs that restructure the Angolan living in peace. And it is important not allow selfishness, ambition, and projects whether they are personal, institutional or otherwise, to destroy the greatest treasures of human life, PEACE, FREEDOM, and DEMOCRACY.

Keywords: ANGOLA, MEDIA, REPORTER, PEACE, FREEDOM, TRUTH, PROFESSIONAL ETHICS, PARTIALITY, FAIRNESS, PROFIT, DEMOCRACY.

Introdução

Este trabalho, com o tema o Papel dos Media na luta pela consolidação da paz em Angola, tem como objectivo reflectir sobre o desempenho do jornalismo angolano a favor da paz e da reconciliação nacional. Tudo porque os media constituem em Angola uma plataforma educativa e revolucionária. E os riscos do mau uso dos mesmos pode constituir um perigo ou criar situações catastróficas a nível da unidade nacional da paz e do bem-estar do povo angolano.

As motivações que estão por detrás do estudo, prendem-se com a existência de reclamações na sociedade angolana sobre a parcialidade dos media em favor de uma ou outra ala política, e do segredo sobre a verdade que o povo deve conhecer que ajudaria a cimentar uma democracia mais eficiente e justa, e equilibrar o exercício do poder para que todos participem e usufruam do mesmo exercício e se viva em paz.

O trabalho tem três capítulos:

O primeiro capítulo incide sobre: A Problemática da História dos Media em Angola. Trata-se de um recuar no tempo, que servirá como um lançamento para o futuro. Sem este recuo teríamos dificuldades em reflectir sobre os enigmas do jornalismo angolano e sobre a sua história. É através deste recuo que temos a base analítica para se discutir, fazer juízos e redigir preposições lógicas sobre a problemática dos media ora em discussão.

O segundo capítulo, incidirá sobre: A Problemática da Liberdade de Imprensa em Angola. Um tema «quente» não só na arena nacional como na internacional. Muitos por convicção ou não, questionam a existência da liberdade de imprensa em Angola o que abre o espaço para uma possível discussão ou abordagem. Haverá também neste capítulo algum teor histórico para reafirmar a justeza da abordagem analítica que adiante será transcrita. Contudo, o espaço capitular reflectirá mais sobre a existência ou não da liberdade de imprensa em Angola. As justificações legais e as críticas doutrinárias e populares. As reclamações populares e estrangeiras e a defesa das estruturas estatais ou governamentais. Ainda neste capítulo falar-se-á do Público e dos media as suas implicações, com objectivo de analisar a abordagem sobre os conflitos que muitas vezes acontecem no âmbito do exercício profissional do jornalista, em relação ao seu público. A grande questão da liberdade do jornalista no seu ofício e os direitos reservados aos cidadãos que são de, *per se*, o seu público-alvo e o seu maior consumidor.

Também tenta mostrar alguns caminhos que devem ser trilhados pelos jornalistas com vista a evitar grandes conflitos com o seu público ao ponto de levar ao descrédito os serviços mediáticos, tarefa que constitui responsabilidade de cada profissional do jornalismo, individual ou colectivamente.

Serão tecidas reflexões sobre, a deontologia profissional. Tema que apela à responsabilidade de cada profissional do seu compromisso a favor da verdade, para através do honesto exercício profissional elevar o nível de credibilidade dos serviços mediáticos.

Porém, ainda existe uma outra reflexão que cingir-se-á na problemática profissional no espaço mediático e do Jornalista em particular, que tem como objectivo apresentar, através de uma análise reflexiva, as dificuldades dos jornalistas, numa redacção, com o editor, à mercê das influências políticas e patronais. Em contrapartida, a reacção da sociedade civil como alvo informativo, diante de certas complexidades que revestem o ser e o actuar do jornalista. As críticas, as incompreensões, manifestadas pelo público alvo isto é as críticas radicais feitas contra os profissionais dos media.

A primeira parte tratará da grande dificuldade que os profissionais dos media encontram no exercício da sua profissão mas concretamente, a incompreensão do seu «munus» profissional que é manifestada pela sociedade civil angolana.

A segunda parte procura mostrar o caminho que o jornalista deve seguir, a nível da sua actuação a favor da justiça e da verdade, procurando respeitar a deontologia profissional que timbra, assim, o seu carácter leal às funções incumbidas apesar de ser tão claro que contrastes encontrará na procura do cumprimento leal das suas funções. A ligação entre a política e os media constituirão a última parte desta reflexão. Neste contexto, esta última parte do capítulo está constituído por várias reflexões, a destacar a influência política sobre os media, o favoritismo ideológico, o jornalismo e o equilíbrio, o jornalismo e o livre arbítrio, o jornalismo e a crise, o compromisso social do jornalista e a sua ressonância negativa. Todos temas expostos vêm reforçar a tese do conflito que existe entre o jornalista e o público e vice-versa, e concomitantemente as conclusões que daí advêm.

O terceiro capítulo falará sobre a Paz e Democracia no Horizonte dos Media Angolano. Abordar-se-á a responsabilidade dos media em Angola a favor da paz, independentemente da sua linha editorial. O papel dos media é a dinamização da paz, a educação para a democracia a liberdade de consciência porque só através destes requisitos se vive a paz. Mas também um alerta ao cuidado com certos serviços

mediáticos estrangeiros, às novas tecnologias de informação que difundem mensagem ou informações não reais sobre a situação do nosso país, perigando a paz conquistada com muito sangue e muito suor do povo angolano. Poder-se-á reflectir sobre a deontologia profissional dos jornalistas como um caminho nobre e de prestígio, que confere ao jornalista a credibilidade de profissionais ou modelos na luta a favor da paz em Angola e da reconciliação nacional.

O método será o *analítico-descritivo-histórico*. *Analítico* porque procura reflectir sobre a seguinte pergunta:

“*O que os Media têm feito a favor da Consolidação da Paz em Angola e da sua manutenção?*” Para responder a esta questão é necessário analisar os factos, fazer juízos lógicos a nível legal e histórico. *Descritivo* devido às narrativas apresentadas não só por algumas fontes orais mais também por outras escritas que se interrogam e em simultâneo descrevem sobre o que sentem da vivência dos media:

“*Será que os media angolanos estão a trabalhar na educação pela paz? Não será que os media vivem pelo lucro? pela fama? Pelo prestígio social que granjeiam na sociedade angolana? Não será que os media servem interesses de grupos económicos ou de forma velada interesses políticos diversos? Não será que o envolvimento de certos jornalistas na vida privada das pessoas, vem constituir um motivo para o descrédito da função principal do jornalista como o promotor da paz? Não será que a ambição tribal, partidária e a influência dos media estrangeiros, influenciem aos media na verdade sobre a realidade do país, perigando a paz e a reconciliação nacional.*”

E *histórico*, devido à fonte primeira a História. A história do jornalismo angolano abre-nos o caminho e dá-nos luz para uma discussão mais sábia, prudente e sensata sobre a questão em debate.

As fontes principais para este trabalho foram: de Muanamosi Matumona: *Jornalismo Angolano* e *Os media na era da globalização*; Daniel Cornu, *Jornalismo e Verdade, para uma Ética da Informação*; Manuel Castells, *A Galáxia Internet, Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*; Edmundo Balsemão Pires, *Espaços Públicos, Poder e Comunicação*; Sebastião Coelho, *Informação de Angola*.

CAPÍTULO I – A Problemática da História dos Media em Angola

1. Os Media Angolanos e um Olhar Histórico após a Independência

Diversos autores são unânimes em dividir a história do passado jornalístico angolano em três épocas distintas e definidas:

1º - Época colonial

O exercício oficial e convencional teve início a 13 de Setembro de 1845 com o lançamento do primeiro órgão de imprensa, o *Boletim Oficial de Angola* período que se prolongou até 25 de Abril de 1975.

2º -Época de transição

Esta época de transição principiou em 25 de Abril de 1974 e culminou a 10 de Dezembro de 1975.

3º - Época pós-Independência

Teve início a 11 de Novembro de 1975. Esta divisão foi alvo de críticas. Vários estudiosos desta área de Comunicação propuseram uma nova forma divisional dos períodos sobre a história do jornalismo angolano. A divisão transcrita subjacente na ideia de Sebastião Coelho não elucidou o período contemporâneo. Desta forma podemos dividir a história em três períodos: antes da Independência, depois da Independência (tempo marcado pelo monopartidarismo protagonizado pelo MPLA-Partido do Trabalho), e o terceiro período que teve início com os acordos de Bicesse em 1991, onde se assinalou a passagem do monopartidarismo, sistema de partido único ao multipartidarismo ou Democracia, marcada pelo acto eleitoral de 1992, seguida pelo recomeço de mais uma guerra civil mortífera entre o MPLA e a UNITA.

Esta nova época é reflexo de uma nova era, não só na história de Angola como do Jornalismo Angolano.

1.1. Tempo do Monopartidarismo

Uma vez terminada a época de transição com a vitória militar do MPLA, as redacções despovoaram-se e na data da independência havia apenas meia dúzia de jornalistas para enfrentar a enorme tarefa da reconstrução nacional. Assim, começou a época pós- independência, com o MPLA a controlar completamente a informação até as grandes mudanças registadas no contexto nacional e internacional que fizeram com que fosse alterado o domínio da política informativa em Angola. (Matumona Muanamosi, 2000, 21) [1]

Depois da independência em 1975, com o país parcialmente ocupado por várias forças militares estrangeiras entre elas as tropas cubanas, congolezas e sul-africanas, os escritores angolanos numa reunião em Luanda proclamaram a sua Constituição em União dos Escritores Angolanos. Realidade histórica que foi ratificada mesmo estando o país em guerra. Também foram incrementadas algumas mudanças estruturais, que iriam promover uma informação de tipo revolucionário em Angola.

Com uma nova república, o governo da República Popular de Angola, traçou as primeiras directrizes, logo após a Independência, para promover uma informação de tipo revolucionário. E neste âmbito o despacho n.º1 do Ministério da Informação, que data de 28 de Novembro de 1975, assinado pelo ministro João Filipe Martins, nacionalizou algumas estruturas: criação do Centro Nacional do Jornalismo como escola preparatória de quadros para a informação. O outro suporte fundamental desta nova estrutura foi a criação e a instalação em Luanda do Centro de Imprensa, destinado a acolher e a apoiar os trabalhos dos jornalistas nacionais e estrangeiros.

Por outro lado, verificou-se uma fase de reestruturação que iniciou com o cancelamento de actividades do Ministério da informação e a transferência de todo o sector para Departamento de Orientação Revolucionária (DOR) que dependeria directamente do MPLA, em Fevereiro de 1977. Neste âmbito, todas as linhas gerais da informação eram traçadas exclusivamente pelo MPLA, cabendo apenas ao Governo a sua execução, mediante planos de prioridades bem coordenados.

A formação de quadros revestia-se de capital importância de forma a se dar continuidade ao planeamento da informação do país. No entanto, exigia-se uma formação política para melhor realização da missão de informar. Surge uma série de bolsas de estudo no estrangeiro com indicação directa aos países socialistas. Tudo isso fez com que o jornalismo angolano, nesta altura se apresentasse com uma carga política bem diferente que o diferenciava dos países cujo regime político era totalmente oposto. Esta carga política diferente em que o jornalismo angolano estava emerso, levou o presidente angolano Dr. António Agostinho Neto, primeiro presidente de Angola assegurar aquando da inauguração do Centro Nacional do Jornalismo o seguinte:

“...A necessidade de não desligar a informação da nossa orientação política. E, portanto a parte política será uma das partes mais importantes no trabalho didáctico deste centro. É absolutamente necessário que seja assim porque se o jornalista não acompanhar a orientação política do MPLA e do Governo (...) ter-se-á simplesmente a

confusão. Ter-se-á confusão lá onde não chegam as notícias e onde chegam notícias falsas e erradas.” (Coelho Sebastiao,1977,73-90) [2]

Desta forma no ano 1977, o saber foi encaminhado para a criação de um partido com um perfil específico. Angola via assim nascer o partido marxista-leninista, o que fez com que se apostasse na concepção marxista-leninista da informação.

No primeiro congresso que transformou o MPLA de movimento de massas em partido marxista-leninista, foram tomadas medidas que orientaram a sua acção nas condições concretas de Angola, no sentido da educação e formação dos seus militantes, na base dos objectivos então defendidos. A definição do sistema obedeceu a regras rigorosamente traçadas. Para a sua implementação, foi criada a esfera ideológica no aparelho central, com estruturas e recursos humanos, técnicos e matérias devidamente integrados, sob a direcção do Bureau Político. Nesta conformidade, o sistema de trabalho ideológico do partido integrava um conjunto de subsistemas interligados em que sobressaiu o subsistema de informação interna e pública.

A informação assumia a responsabilidade de acompanhar e apoiar todas as actividades, formando e informando, mobilizando o povo. A informação constituiu a única plataforma de ligação entre todas as populações. Sem vias de comunicação, a informação era o elo de Unidade, abrangendo, ao mesmo tempo e com as mesmas mensagens, todo território. Assistiu-se, nesta época, a uma política informativa bem enquadrada no âmbito da revolução.

Surgiu assim, um tipo de jornalismo que coincidia com a emergência de um regime sócio-político no mundo: o Socialismo, que veio confirmar o cunho classicista de uma linha que se inseria na esfera do combate ideológico. Para os funcionários do partido e das Organizações sociais, era sumamente importante aprender a obter os conhecimentos científicos e sócio-políticos necessários através dos meios de comunicação social. (Muatumona Muanamosi,2000,22) [3]

E Agostinho Neto na qualidade de presidente do partido, classificava os factos:

“À informação caberá um importante papel na presente etapa do nosso processo revolucionário. Completando a actividade política do Partido, a informação leva as suas orientações a todos os pontos do país. A rádio, a televisão e a imprensa escrita, sob orientação do partido, têm as tarefas de mobilizar, formar e educar o nosso povo dentro da Revolução Socialista.” (Matumona, Muanamosi,2000,23)[4]

À luz desta consideração, o MPLA definiu, de acordo com o seu Departamento de Informação e Propaganda (DIP), as directivas da propaganda e a política editorial da Imprensa local. No seu trabalho, os jornalistas deviam esperar por um comunicado oficial antes de publicar uma informação acerca das acções político-militares. O jornal de Angola, único diário nacional, era obrigado a publicar, na íntegra, o conjunto das declarações e discursos oficiais dos partidos. O DIP assumia, deste modo, o controlo diário dos média nacionais e supervisionava o trabalho dos correspondentes estrangeiros. (Rapport,1991) [5]

Perante este fenómeno, para além das transcrições dos comunicados oficiais e discursos quilométricos, a matéria informativa era, de facto, muito reduzida; não existia um critério seguro de selecção de notícias. Para reforçar este ideal, Angola abriu-se contando com o apoio de todos os países socialistas, a começar pela então URSS. Isso foi realizado tanto através de contactos bilaterais, como no âmbito de um programa internacional do desenvolvimento das comunicações, aprovado em 1980, com vista a facilitar a concretização dos princípios de uma nova ordem informativa internacional.

1.2. A Imprensa Escrita

Após a independência, as actividades jornalísticas mais a nível da capital, publicaram os seguintes cinco títulos: *O Jornal de Angola*, *Diário de Luanda*, *Angolense*, *Vitória é Certa*, e desde 11 de Novembro de 1975, o *Diário da República – Boletim Oficial de Angola*. Em 1976 iniciou-se a publicação da revista *Novembro*, mas sem periodicidade definida. A partir de Dezembro de 1976, suspenderam o *Diário de Luanda*, *Vitória é Certa* e o *Angolense*. Neste período, o *Diário Jornal de Angola* e o Semanário o *Lobito* continuaram a sair ao público especificamente em Luanda e no Lobito. Em Maio de 1977, todos os órgãos de informação foram nacionalizados, após o MPLA ter afirmado a sua autoridade e a sua ditadura. Mais tarde ficou, apenas, o único diário, o *Jornal de Angola*. Nesta altura, segunda a legislação, deixou de haver censura. Os jornalistas passaram a ser controlados pelo DIP e pela Polícia Política.

O *Jornal de Angola* abria, assim, um novo capítulo na história da imprensa escrita angolana. Com ele, deu-se início o monopólio estatal, em todos os sentidos. Neste contexto, até as tipografias então existentes foram confiscadas. Em pouco tempo só as edições de *Novembro (Jornal de Angola)* e uma tipografia privada “*Litotipo*” estiveram em funcionamento. O *Jornal de Angola* teve de enfrentar muitos problemas. Em várias ocasiões o jornal não se pôde publicar por dificuldades de impressão; noutras

ocasiões por falta de papel e muitas vezes por falta de energia eléctrica. Este último problema foi superado quando se instalou um gerador privativo. Mesmo assim, o panorama não deixou de ser sombrio. (Coelho, Sebastião, 1999,78,129-130) [6]

O único diário angolano no momento, o *Jornal de Angola*, mereceu as seguintes considerações da parte do Presidente da República José Eduardo dos Santos:

“ O jornal de Angola não é jornal do Governo. O Jornal do Governo é o Diário da República; e as medidas do Governo são normalmente divulgadas ou através de resoluções ou de decretos nos termos da lei constitucional. É um jornal oficioso mais não é o jornal do Governo (...) Os membros do Governo não têm que conhecer as decisões do Governo através do Jornal de Angola.” (José Eduardo dos Santos, 1993, 21) [7]

Na história da imprensa Angolana é oportuno mencionar o semanário *Jornal Desportivo Militar* (JDM), o primeiro órgão de desporto especializado a ser lançado em Angola após a Independência. Surgiu em Fevereiro de 1982 para colmatar o vazio que se fazia sentir no mundo da informação desportiva. As quatro páginas do então Suplemento *Desportivo do Jornal de Angola*, que saía às terças-feiras, não era capazes de cobrir, na totalidade e com pormenores, os acontecimentos desportivos nacionais e internacionais.

O JDM marcou assim, uma nova era do jornalismo angolano, procurando provar e viver a liberdade de imprensa relativa de que Angola já precisava. Foi criado inicialmente para acompanhar as actividades desportivas dos militares e para militares. Porém, atendendo à falta de um órgão desportivo no país, não teve outra alternativa a não ser engajar-se, completamente, numa imprensa desportiva livre e global, cobrindo todos os acontecimentos desportivos. Teve de sair do seu espírito inicial a acompanhar o desporto militar para se dedicar mais ao desporto que se praticava fora dos quartéis.

O grande impulsionador do projecto foi o jornalista e jogador militar Ângelo da Silva (então guarda-redes do clube militar o 1º de Agosto e da Selecção Nacional) apoiado pelo então Chefe Estado Maior das Forças Armadas Popular de Libertação de Angola (FAPLA) e Presidente do Comité Desportivo Nacional Militar (CODENM), General António dos Santos França “Nдалu”. Nesta ordem o jornal esteve muito ligado, em muitos sentidos ao clube das forças Armadas (1º de Agosto), pelo que muitos o consideravam como jornal do Clube 1º de Agosto.

Atendendo ao seu estatuto editorial, o JDM foi sempre um jornal independente, criado com a devida licença do Departamento de Informação e Propaganda (DIP) do

MPLA – Partido do Trabalho, que não rejeitou o pedido apresentado pelo Ministério da Defesa, através do Comité Desportivo Nacional Militar (CODENM).

O regime de então, que esteve muito tempo ligado ao poder militar, não podia impedir a realização do projecto, pois um jornal do Ministério da Defesa estaria a favor da linha política adoptada na gerência da informação em Angola. Na prática, o JDM ia mais além, agindo com liberdade e criatividade, atitudes jornalísticas que nem sempre eram bem vistas pelos homens da esfera ideológica, que ameaçavam encerrar o então semanário desportivo por não obedecer, na íntegra à linha editorial traçada pelo DIP do MPLA. O órgão do CODENM era assim acusado de praticar o sensacionalismo.

Contudo, é de reconhecer que o JDM figurava nos planos de uma boa política informativa em Angola, quando se levantava a problemática ou a necessidade de uma imprensa especializada, que o jornalista Sebastião Coelho, que nas suas reflexões considerou com muita veemência.

Eis as reflexões e considerações de Sebastião Coelho, a respeito da imprensa especializada em Angola para a juventude:

“O Jornal especializado considera-se, para todos os efeitos, um jornal de âmbito nacional pois de outro modo não se justificaria a sua existência. Este serve pelas suas características, um público específico com interesses afins e que existe um pouco por todo o território nacional (...) Quem diz jornal diz revista especializada. Considera-se como tal isto é no enquadramento especializado jornais ou revista”.

Ainda nesta óptica, o Jornal especializado deveria complementar a informação apressada do Jornal Diário, onde a notícia era um produto perecível após ser veiculado. Era uma prioridade, um órgão especializado. Por isso, o JDM surgiu num momento oportuno para responder a estas expectativas no âmbito dos planos traçados há bastante tempo. Era preciso esperar muito para que este sonho se tornasse uma realidade.

O JDM funcionou num dos compartimentos do segundo andar do edifício do CODENM, e partilhando o imóvel com o clube desportivo 1º de Agosto. Era composto e impresso na Gráfica Popular, sita na Avenida Amílcar Cabral que, mesmo com a tecnologia linotipista de então, conseguiu tirar publicações de qualidade. A boa apresentação em todos os sentidos do JDM fez com que o mesmo fosse um jornal de peso na arena nacional, esteve a cargo da empresa nacional de livros (EDIL), que cumpria muito bem o seu papel. Porém, o jornal enfrentava problemas de ordem técnica, originados pelo estado da tipografia onde era redigida e impresso. Muitas vezes

não podia ser editado por falta de papel, tinta, avaria. Isto provocou, mais tarde, alguma irregularidade na sua publicação.

Esta quebra, preparou a morte deste Semanário. Acidentalmente, e contra a vontade de seus jornalistas o Semanário passou a ser quinzenário, mensal e mais tarde desapareceu do mercado. Em 1989, o JDM faliu, provocando a desilusão e dispersão dos seus redactores: muitos passaram para outros órgãos de informação, e outros preferiram abandonar a carreira jornalística. (Muatumona Muanamosi,2002,28) [8]

Em 1987 surgiu também um outro órgão de informação desportiva: a Revista o *GOLO*, propriedade do centro de documentação da Informação do Secretariado de Estado da Educação Física e Desporto. O seu director e Fundador foi Gustavo Costa, que já tinha pedido a sua desvinculação do JDM. A revista não conseguiu impor-se. Foram publicadas apenas duas edições. Desapareceu da Banca sem ter alcançado sucesso de vulto.

O vazio provocado pelo desaparecimento do órgão do CODENM, incentivou os responsáveis do *Jornal de Angola/Edições Novembro* a lançar o Semanário *Jornal dos Desportos*, em 1993. Victor Silva foi o seu primeiro Director, que mais tarde passou as funções ao seu colega Policarpo da Rosa.

1.3. A história da Rádio

Em Angola, a história da rádio, acompanha também as vicissitudes registadas pela história do jornalismo em geral. No período pós-independência, o sector da Rádio foi pelas suas características o mais movimentado. Em Luanda a emissora oficial de Angola continuou a usar este nome durante algum tempo. Depois mudou, bruscamente para Emissora Nacional de Angola, e durante um longo período continuar a usar esta terminologia. Posteriormente mudou para Emissora Nacional de Angola e mais tarde adoptou, o rótulo de Rádio Nacional de Angola (RNA).

Esta actividade parece ter ocorrido devido à fuga de jornalistas e técnicos, e também pela destruição e sabotagem do material. Esta época assinalada, ainda, pelas acções planeadas e subjectivadas para minorar e ultrapassar as dificuldades.

Foi anda nesta fase (primeiros anos depois da independência) que a RNA passou a exercer o monopólio da radiodifusão sonora até 1992. Desapareceram assim, emissoras então existentes no país. Da grelha da RNA, constaram programas de línguas nacionais. Reservou-se também alguns momentos para programas de línguas estrangeiras: Inglês, Francês e Espanhol. Devido à criação do monopólio, todas as emissões da rádio

passaram a ser comandadas por Luanda. Nas chamadas emissoras regionais, havia técnicos e locutores actuando como simples auxiliares dos estudos centrais. O cérebro estava na capital.

De forma surpresa surgiu no quadrante de onda curta, com origem no exterior, uma nova emissora intitulada VORGAN – Voz da Resistência do Galo Negro como resposta da UNITA ao programa “Angola combatente do MPLA”, divulgadas na antena da Rádio Nacional de Angola depois da Independência. (Coelho, Sebastião, 1977, 129-121) [9]

Quanto ao surgimento da Rádio VORGAN, Cesaltina Fragoso deu os seguintes apontamentos:

“Fundada em 1979, a VORGAN, nasceu da vontade da Direcção da UNITA, com objectivo único de informar, actualizar a nível nacional e internacional, o momento político e militar vigente, dimensionando as diferenças políticas, propósitos e esperanças na adversidade.”

Tecnicamente assistiu-se ao seu crescimento gradual, não só na nitidez sonora, como na expansão das ondas que se deveu a novos equipamentos adquiridos pela direcção da UNITA.(Fragoso, Cesaltina,1995) [10]

No período das primeiras eleições, a RNA parecia um instrumento de propaganda a favor do MPLA, mantendo aberta ou até inconscientemente a sua ligação com o partido no Poder. Contudo, surgiram em consequências das mudanças sociopolíticas que marcaram o advento da democracia e do multipartidarismo, outras emissoras, no âmbito da nova política informativa: LAC (Luanda Antena Comercial), Rádio 5, e mais tarde em 1996 a Rádio Eclésia – Emissora católica de Angola que voltava ao ar, em frequência modelada.

1.4. A televisão

Devido ao esforço do Governo da República de Angola, desenvolveu--se activamente, no país. Presentemente mais de 55% dos programas televisivos são de produção nacional. A TPA tornou-se um importante canal de esclarecimento com um certo impacto, pois actualmente, quase 80% da população angolana é telespectadora. (Coelho, Sebastião, 1977, 121-129) [11]

Tendo em conta a evolução registada em vários pontos do quadrante mundial, em quase todos os sectores da vida social, Angola não foge à regra, pelo que, a TPA

continua a dar saltos qualitativos e quantitativos. Nesta época destaca-se a passagem de imagens monocromáticas (preto e branco) para policromáticas (a Cores); a Emissão televisiva provincial (em Luanda) para transmissão via satélite nacional e regional; a resolução analógica para a digital; as emissões de 16 semanais para 100 horas, de um canal único para um segundo Canal, TPA Internacional, nos serviços estatais e a TV Zimbo, no privado. Mudanças que ocorreram em parte devido à aplicação de uma política de gestão assente em pressupostos pragmáticos e de austeridade e de gestão. (Francisco, Cortez,2000,5)[12]

No ano 2000, quando assumia o cargo de Director da TPA, Carlos Cunha descrevia assim a trajectória e a fisionomia desta pessoa jurídica que governava:

“A TPA não é uma Empresa fechada. A TPA está sempre aberta à participação externa, o que aliás já acontece. Para se obter um funcionamento e um desenvolvimento estáveis, necessitamos de um orçamento oito ou dez vezes superiores ao actual... Temos projectos que visam dotar a TPA de melhores infra-estruturas, de modo a permitir estabilizar e aumentar o nível de desempenho actual da empresa... Nós vamos viver dias melhores, vamos poder colocar os nossos recursos na reconstrução e no desenvolvimento do nosso país; aí, vamos poder desenvolver a Televisão, a nossa TPA, de uma forma mais adequada, e mais consentânea com os anseios de todos os telespectadores.”(Cunha Carlos,2000,6-7) [13]

Na dinâmica da pós-independência, o MPLA realçou com ajuda da agência Jugoslava, TANJUG, a ANGOP (Agência Angola Press). Luís Kiambata foi o seu primeiro director. ANGOP permaneceu embarcada numa estrutura sem objectivos práticos. Era considerada uma agência oficial do Governo, de pouco uso e de duvidosa utilidade. Tinha como seu objectivo principal realizar a veiculação de notícias, quer directamente quer por intermédio de agências estrangeiras ou internacionais, as quais esteve ligada por acordos de cooperação. A sua esfera de acção nos serviços internacionais seria determinada por metas: recolher, veicular e distribuir no estrangeiro as notícias de Angola e também, recolher e veicular e distribuir as notícias estrangeiras com interesse para o país.

A ANGOP exercia assim o monopólio das notícias. Alinhou também na criação de um conjunto de agências noticiosas dos países não alinhados e na dinamização de algumas associações de agências noticiosas de África.

É também de importante significado nesta reflexão a Agência informativa Pan-Africana (PANA), formada sobre a égide da OUA (Organização da Unidade Africana)

por ter desempenhado um papel excepcional na luta dos Estados africanos pelo progresso político, social, económico e cultural. A PANA realizou a sua primeira missão a 25 de Maio de 1983, com objectivo fundamental de corrigir ideias falsas e negativas sobre África.

Por um tempo, a presidência do conselho intergovernamental foi assumida por Angola, representada pelo seu dirigente político Lúcio Lara.

A IV sessão do Conselho Intergovernamental do Programa Internacional de Desenvolvimento da comunicação social em Tachkent (URSS) contemplou a ANGOP com projectos de ajuda. O principal objectivo destas actividades previstas pelo programa era tornar mais intenso o intercâmbio entre as agências informativas dos países socialistas. (Letria, Goulão, 1982) [14]

2. A Paz Democrática e a Guerra

Desde 1991 com a queda da Rússia forçada pela Perestroika, um novo mundo se desenhou-se em Angola. Dizia-se na Rússia: “Tínhamos de olhar com novos olhos” para as coisas. (Matumona, Muanamosi, 2002, 32.) [15] Criou-se um mundo de profundas alterações sociais, um mundo marcado pela revolução científica e tecnológica, um mundo que vive o problema da globalização. E com muita ênfase dizia-se ainda que se “acreditava que o mundo mudaria e que já estava a mudar”. (Gorbachov, 1988, 151) [16]

Porém, a situação mudou em 1991 com os acordos de Bicesse e atingiu um cenário bastante positivo até Setembro de 1992, quando foram realizadas as primeiras eleições democráticas. Uma consulta ao *Jornal de Angola* desta época poderia dar uma ideia do que representava este momento em termos de liberdade para a imprensa angolana. (Gorbachov, 1998, 177) [17] Osvaldo Gonçalves, chefe da Redacção do *Jornal de Angola* realçava:

“Os velhos géneros jornalísticos praticados até então de forma insípida e repetitiva ganham novos sabores – a notícia é mais curta e incisiva, deixam de lado os narizes de cera com apelos ideológicos– a reportagem ganha como personagem o cidadão, o trabalhador da fábrica. Antes só os directores falavam, a entrevista que era até então uma simples reprodução das palavras do entrevistado passa a ser mais controversa. Aparece a entrevista debate, o artigo deixa de ser uma mera repetição de

palavra de ordem e ganha números, a crónica sobe de discurso romântico para crítico.”(Gonçalves Osvaldo,2000) [18]

3. A Nova Lei de Imprensa (1991)

A nova lei de imprensa foi promulgada em 1991. Na sua introdução pode ler-se o seguinte: “ *O pluralismo de expressão como consequências do respeito pelas liberdades democráticas e da pessoa humana, requer para a sua concretização uma lei de imprensa consignada no artigo 27 da lei constitucional. Assim sendo a presente lei regula a liberdade da imprensa estabelece os mecanismos de actividades dos diversos órgãos de imprensa, a responsabilização e os mecanismos sancionários dos profissionais da informação e dos respectivos órgãos quando cometem infracções apontado as diversas formas de responsabilidade existentes, a competência jurisdicional, o processo aplicável e a decisão judicial.*” (Lei de Imprensa, nº22,15/O7/2001) [19]

Para confirmar a liberdade que a legislação em causa garantia, pode-se sublinhar a seguinte passagem: “*Os órgãos de comunicação social têm os seguintes fins gerais: Contribuir para consolidar a nação angolana e reforçar a unidade nacional (...)informar o público com a verdade, independência e isenção sobre os acontecimentos nacionais e internacionais, assegurando o direito dos cidadãos à informação correcta e imparcial...*”(Art.3º)[20]

E o texto continuava: “*Os limites da liberdade de imprensa são os que decorrem unicamente dos preceitos da presente lei e daqueles em que a lei geral e a lei militar impõem, com vista à salvaguarda da defesa, soberania e «indecências» nacionais, da integridade territorial da Nação angolana, da unidade nacional, da ordem pública da saúde e da moralidade públicas*”

E o texto ainda acrescenta: “*A fundação de empresas jornalísticas e empresariais é livre com vista à elaboração, edição e difusão de quaisquer publicações, sem subordinação à autorização, caução, habilitação prévia ou outras condições que não sejam as constantes presentes na lei.(art.5ºe13º)*[21]

Mais adiante, na linha da liberdade, o problema da rádio foi também tratado mas obviamente com algumas reservas. A lei dizia o seguinte: *A actividade da rádio difusão é exercida pelo Estado, podendo lei especial determinar as formas de licenciamento e*

dos exercícios de estações de rádio comerciais privadas. A concessão de serviço público de rádio difusão é atribuída à Rádio Nacional de Angola.”(art.24ª)[22]

O mesmo acontece para a Televisão: “A actividade de Televisão é exercida exclusivamente pelo Estado. A concessão de serviço público de televisão é atribuída à Televisão Popular de Angola.”(art.31º) [23]

A partir de 1991, quando se deu a chamada democratização do país, começaram a surgir algumas tentativas privadas de publicação. Do *Jornal de Angola* desprenderam-se sucursais, de algum modo confiados a Jornalistas transferidos do próprio diário. O *Correio da Semana*, que constituía um suplemento cultural e recreativo dos Domingos transformou-se em Semanário que tentou ser independente. Dário de Melo foi o seu fundador e o seu primeiro Director.

Cerca de três meses mais tarde, um grupo de jornalistas encabeçado por João de Melo, tomou conta do *Correio da Semana*. Tornou independente administrativamente das edições *Novembro*, mas compartilhou as mesmas instalações e vínculo tipográfico. A seguir, e reclamando que o *Jornal de Angola* não oferecia informação desportiva completa, abriu-se o *Jornal dos Desportos*. Tal como acontecera com o *Correio da Semana*, também compartilha as instalações e as edições *Novembro* com o *Jornal Novembro*.

A imprensa privada ia-se afirmando, surgindo novos títulos como *Comércio de Actualidade*, *Imparcial Fax*, *Folha 8* e *Agora*, na Capital. Estas iniciativas são decorrentes da liberdade da imprensa aprovada pela legislação. Foi ainda nesta era em que foi criado em 1992, um Conselho Nacional dos Media, formado pelos funcionários do Ministério da Comunicação Social e pelos Directores Gerais e chefes de Edição de todos os media do Estado. O papel do referido conselho era de orientar os media, controlados directamente pelo governo, salvaguardando a liberdade de imprensa.

Por outro lado, a UNITA passou a editar em 1991, o seu jornal Semanário *Terra Angolana*. Quis que o seu órgão fosse mais disseminado em Angola durante o processo de paz como explica a Human Rights Watch.(Human Rights Watch,1999,177-130) [24]

Em 1992, o MPLA, a UNITA e os demais partidos políticos recém fundados dispunham de espaço para publicidade nos meios de comunicação estatais. A UNITA notou que estavam em desvantagem e montou em Luanda uma emissora de FM, a VORGAN, cujo futuro de carácter partidário foi um dos pontos nevrálgicos do processo de paz de Lusaka (Protocolo de Lusaka,1994,35) [25] e ao mesmo tempo assegurava o jornal *Terra Angolana*, editado em Portugal.

Surgiu também nesta época a Rádio Luanda. Fazia parte da mesma estrutura mas concebeu programas mais dinâmicos, menos políticos e começando a ganhar ouvintes. Também no quadro desta mesma política nasceu a Rádio 5, canal exclusivamente desportivo dentro do departamento de informação do RNA. Os relatos desportivos impunham a necessidade de constante desdobramento de programas, pelo que era mais conveniente criar uma emissora dedicada exclusivamente à actividade desportiva. Assim, surgiu a Rádio 5.

Depois do fracasso dos acordos de Bicesse em 1992, o país mergulhou numa guerra: as eleições foram contestadas e as armas soaram novamente. Lusaka passava a ser palco das negociações para se chegar a uma plataforma de entendimento. Durante o processo deu-se uma certa abertura aos media especialmente em Luanda.

Porém, muitos factos trágicos foram se registando: Rafael Marques, então jornalista do *Jornal de Angola*, foi banido do seu jornal, segundo consta por ter escrito no estrangeiro uma série de artigos que punha em causa a imagem do governo de Angola. Vários jornalistas foram assassinados em circunstâncias suspeitas. Os casos mais conhecidos são: assassinio, a 18 de Janeiro de 1995, o Director do Semanário Independente «*Imparcial Fax*» Ricardo de Melo foi assassinado nas escadas do seu prédio, em Luanda, por homens armados e não identificados; António Casimiro correspondente da Televisão pública de Angola, em Cabinda foi morto em sua casa, a 30 de Outubro de 1996; em 1998, os escritórios de *AGORA* (um dos semanários privados) sofreram um incêndio suspeito. Mesmo assim, não parou o surgimento de outras publicações privadas, facto de confirmaria a procura de uma imprensa livre. Surgiram nesta época os semanários *Angolense*, *Actual*, *Independente*, *Comércio de Actualidade*.

Por seu turno, a UNITA tolerou pouco a liberdade de expressão, durante o período das negociações do protocolo de Lusaka. E a transformação da sua estação de Rádio VORGAN numa estação não partidária fez poucos progressos apesar de ser este um requisito do protocolo de Lusaka, das resoluções do Conselho de Segurança da ONU e das inúmeras exigências que lhes foram impostas. Segundo os acordos a VORGAN deveria ter sido transformada numa estação de Rádio Comercial. A mesma acabou por suspender as suas emissões em 1998. Mas à medida que o processo de paz se ia desmoronando, a VORGAN, voltava a transmitir em Dezembro de 1998. (Matumona, Muanamosi, 2002,37) [26]

Em Abril de 1997, na tomada de posse do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), o Presidente José Eduardo dos Santos solicitou mais transparência e liberdade nos media. Tecnicamente o protocolo de Lusaka marcava o fim da brutal e dispendiosa terceira guerra angolana. O protocolo providenciava um cessar fogo, a integração dos generais da UNITA, nas forças armadas do Governo, a desmobilização sob contraste da ONU, a repatriação de mercenários, a integração das tropas da UNITA na Polícia Nacional Angolana sob o controlo do Ministério do Interior e a proibição de qualquer outra polícia ou Organização de vigilância. O Protocolo em causa garantia ainda, a liberdade de expressão. (Human Rights Watch,36,114-116)[27]

O reacender da guerra alterou totalmente, esse cenário. A assinatura dos acordos de 1994 afirmou-se como sol de pouca dura. A guerra voltou a instalar-se e a situação agravou-se. Entretanto, no meio de todas estas mudanças e dificuldades, o país viu nascer e crescer uma imprensa privada, muito mais difícil de controlar do que os meios de comunicação estatais. A sua forma de abordar o conflito mostrou-se diferente dos media estatais, quer por razões de pura procura de prestígio profissional quer por razões de mercado. (Gonçalves,2000)[28]

A causa deste fenómeno parece-me ter como base a tomada de consciência de que a informação é um recurso natural e crucial. Isto é, da sua circulação livre e abundante depende o desenvolvimento económico, uma solução para os problemas sociais e adaptação às mudanças aceleradas do meio. (Rodrigues, Adriano, 1981, 227) [29] Esta consciencialização pode ter levado Gonçalves Osvaldo a intervir, em Maio de 1998, com o seguinte comentário publicado no J.A:

“Mais uma vez o jornalismo angolano esbarra com uma situação ingrata: o processo de paz está por um fio. O precipício abre a sua garganta, uma enorme e negra bocarra, pretendendo engolir o pouco que, em termos de livre expressão, se conseguiu alcançar. Não foi muito mais a verdade é que as coisas tenderão a piorar se a guerra das palavras for substituída pela guerra real de tiros e abuses.”(Matumona Muanamosi,2002,38)[30]

Contudo, a liberdade de Imprensa continuou sempre a procurar um panorama angolano. Tudo indica devido ao historial apresentado que houve atropelos, dificuldades de vária ordem para que se possa falar real e radicalmente, de liberdade de imprensa. No entanto, parece-me que a liberdade de imprensa em Angola foi dando passos largos até aos nossos dias, apesar das circunstâncias que advêm da novidade do novo sistema político de governação não ser habitual para muitos.

Nesta dinâmica o MPLA, partido maioritário, tem procurado limpar a sua imagem defendendo a liberdade de imprensa. Uma das razões que fundamenta a afirmação é a seguinte tese sustentada pelo MPLA:

“A imprensa não deve estar sujeita à censura, nomeadamente de natureza política, ideológica e artística. Contudo, o Estado deve tomar providências necessárias para prevenir e reprimir os seus abusos.” (Projecto Lei de Imprensa, 2000) [31]

Paralelamente, o governo tem manifestado interesse e disposição de fazer vincar a liberdade de imprensa. O projecto lei de imprensa posto a circular para efeitos de debates, críticas que visam as possíveis emendas alimentam muitas esperanças para um futuro melhor. A iniciativa revela, de facto, a existência de uma dose de democracia. Vários círculos e camadas sociais pronunciaram-se, com liberdade acerca deste projecto lei de imprensa, que não deixou de ser alvo de críticas. No referido projecto, há alíneas que sublinham esta dose da democracia que se abre à liberdade de imprensa: “ são garantidas as liberdades de expressão, de reunião, de manifestação de associação e de todas as demais formas de expressão”.(art.32º,24º/1991) [32] E mais adiante diz o seguinte:

“É garantida a liberdade de imprensa, não podendo esta ser sujeita a qualquer censura, nomeadamente de natureza política, ideológica e artística. A lei regulamenta as formas de exercícios de liberdade de Imprensa e as providências adequadas para prevenir e reprimir os seus abusos.”(art.35º,27º/1991) [33]

Muitas destas alíneas da lei de imprensa de 1991, foram retomada, mas muito bem adaptadas ao contexto, que merece ser sublinhado para uma melhor interpretação e compreensão do projecto: nasceu num contexto de guerra, pelo que não se pode naturalmente, esperar dele uma abertura total. Aliás, qualquer legislação elaborada em ambiente de conflito, sofre a marca de algumas restrições para defender certos interesses. Contudo, o espírito e o conteúdo do Projecto Lei de Imprensa de 1991 são grandes referências para melhorar a abordagem da questão da liberdade de imprensa nos nossos dias, em Angola.

CAPÍTULO II - A PROBLEMÁTICA DA LIBERDADE DE IMPRENSA EM ANGOLA

I Parte: Os Direitos e Deveres da Imprensa

1. A Liberdade de Imprensa em Angola

A primeira garantia escrita da liberdade de imprensa, na confluência da afirmação de um direito individual e de reconhecimento de um espaço público encontra-se na lei Sueca sobre a imprensa de 2 de Dezembro de 1766. Este texto consagra, por outro lado, o direito de cada jornalista consultar os processos em poder das autoridades. Inaugura na Escandinávia uma longa tradição de liberalismo em matéria de informação mas também de consciência da importância da imprensa, como o comprova o aparecimento precoce na Europa setentrional dos primeiros códigos de deontologia no início do século XX. (Cornu, Daniel, 1999, 135) [34]

O conceito da liberdade de imprensa envolve, além do direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela imprensa, sem qualquer tipo ou forma de censura, a liberdade de expressão de jornalistas ou colaboradores da imprensa. São ainda garantia desta liberdade a intervenção dos jornalistas na orientação editorial das publicações (não doutrinárias), o seu acesso às fontes de informação e o sigilo profissional. A fundação de jornais e outras publicações é livre mas as estações de Rádio e Televisão só podem funcionar mediante uma licença específica atribuída por concurso público. No caso da Televisão de âmbito nacional, com excepção do serviço público, a licença ou autorização tem a validade de 15 anos, renováveis por iguais períodos. A renovação é só recusada em caso de manifesto e injustificado incumprimento das condições e requisitos de que dependeu a atribuição da licença. A autorização e a renovação são da competência da Alta Autoridade para a Comunicação Social. (Cascais, Fernando, 2001, 128)[35]

Angola é um dos países mais criticados no âmbito da liberdade de imprensa. Tendo em conta alguns relatórios de Organizações não Governamentais tais como Repórteres sem Fronteiras, Angola foi destacada no centésimo quarto lugar na nona edição do ranking anual de liberdade de imprensa um país onde torna-se melindrado o exercício da liberdade de imprensa.

A liberdade de imprensa em Angola mesmo «hoje» continua a ser uma questão polémica. Neste debate sobre a liberdade de imprensa em Angola não podem participar apenas jornalistas. Se houver que estabelecer limites à divulgação, da informação, compete ao legislador fazê-lo e não ao jornalista. Porém, não pode estar deslocado da realidade. O limite à liberdade é uma questão moral e jurídica. Leva-me a crer que a liberdade de imprensa deve ter limites; aliás, a liberdade absoluta quase não existe no mundo dos media. A limitação imposta ao jornalista é representada pela sua própria responsabilidade. (Sauvageot, Jaques, 1976,32) [36]

Angola tem uma nova lei de imprensa datada de 2006. Uma lei que vem incentivar o exercício livre dos mass-media. Lei que mais adiante descreveremos. Porém, para muitos, a clareza e a existência da lei como tal é um facto. A vontade do Governo ao exarar esta nova lei de imprensa justificada pelo novo cenário político que se vive em Angola é deveras evidente. No entanto, o problema não se prende ao facto de existir uma nova lei de imprensa, muito menos ao esforço de se arranjar instrumentos legais com vista a dinamizar o exercício dos profissionais da informação. O problema encontra-se no cumprimento pela parte das instituições estatais em honrar o que vem plasmada na definida lei de imprensa: Permitir o exercício livre e responsável dos profissionais da comunicação social, respeitando-os naquilo que fazem. Realidade muitas vezes reprovada pela actuação do governo angolano a certas cadeias de Rádio privada, e em alguns casos nos próprios meios de comunicação estatais. É exemplo o caso da Província da Huíla que envolveu o Governador da Huíla Isaac dos Anjos e três jornalistas da Rádio Huíla. (ver anexos B)

Por seu turno, em Angola a liberdade da comunicação social terá que ter em conta, determinados limites, alguns deles incluindo no próprio direito de comunicar; de outro modo, a informação passaria a depender mais da satisfação dos gostos do informador do que dos interesses do público. Segundo os princípios, deve haver leis que protejam a liberdade de expressão e o direito à informação contra toda a forma de pressão: económica, política ou ideológica. (Cascais, Fernando, 2001, 1289) [37]

Os interesses do desenvolvimento e a utilização dos meios de comunicação social em prol do bem comum ditam a necessidade de regulamentação da sua actividade em conformidade com os princípios e normas do direito e da ética. Neste contexto, para o caso de Angola, exige-se que sejam elaborados normas justas e democráticas sobre a actividade informativa para evitar abusos que tentam transformar a liberdade em

libertinagem, originando, assim, o sensacionalismo. E, para prevenir situações desta natureza há necessidade de qualquer sociedade precisar uma legislação para orientar os profissionais dos media. E, por outro lado, educar os órgãos do poder angolano na capacidade de aceitação de determinados tipos de informação e debates que são difundidos em certos rádios, tendo em conta a nova era política que se vive em Angola, desde que não atente contra a lei reguladora da comunicação social, ou contra a deontologia profissional dos próprios jornalistas.

Em todo mundo, as autoridades esforçam-se sempre por restringir em graus variáveis, o direito a comunicação, qualquer que seja o tipo de regime. Inclusive a Grã-Bretanha, onde a imprensa se considerava livre de qualquer coação, exerceu-se em Janeiro de 1972 uma pressão descarada sobre a televisão. Quando nos programas sobre a crise na Irlanda do Norte se propunha apresentar o ponto de vista dos terroristas, o governo tentou por várias vezes contrariar este plano, e alguns jornalistas queixaram-se dos limites impostos ao seus programas pelas estruturas políticas locais.

E tem-se como outro exemplo o facto registado a partir de Setembro de 2001, nos Estados Unidos da América, durante a guerra contra o Afeganistão, que visava combater e perseguir os terroristas responsáveis pelos atentados de 11 de Setembro. A imprensa local que transmitia as mensagens das gentes ligadas à rede terrorista, foi obrigada a tomar cautelas, para evitar sentimentos capazes de levantar a moral dos terroristas inimigos da nação americana. Porém, não significa com as justificações acima transcritas, seja um incentivo a que não se deve reagir aos males do presente, visíveis no âmbito da comunicação social e da liberdade de imprensa em Angola e principalmente se forem identificados, e muito menos se pretende desencorajar actos criativos que visam transformar o jornalismo angolano num jornalismo com história diferente. (Cascais,2001,) [38]

É de reconhecer que a liberdade de imprensa contempla limites justos que devem ser observados. Tendo em conta o lugar, a cultura, a história de cada povo. André Linard é muito claro ao justificar este pensamento:

“Na verdade o ambiente jurídico dos meios de comunicação social varia em função da época do lugar e da cultura local (...) A lei de imprensa não mais do que o direito em geral, não é neutro: um determinado número de questões derivam de opções políticas. A escolha depende também das relações de força entre os jornalistas, que desejam permanecer independentes e outros poderes tentados a intervir para controlar a imprensa.”

O ambiente jurídico dos meios de comunicação faz-se simplesmente de leis nacionais que contribuem, por um lado para promover a liberdade de acção dos media e dos jornalistas, e por outro, para proteger os direitos de terceiros. O direito é indispensável: Mais vale ter sempre uma referência jurídica do que ver-se privada dela. As leis jurídicas têm como objectivos: garantir o direito à informação, proteger as pessoas e as instituições, limitar eventuais excessos de liberdade de informação. Na verdade, o mau uso da liberdade pode atentar contra outros valores igualmente respeitáveis. Daí que se consideram legítimos determinados limites impostos a este direito de expressar o pensamento pela imprensa. (Projecto lei de Imprensa, 1999,art.2º)
[39]

2. Um Olhar à Lei de Imprensa de 1999

2.1. Finalidade

Na sequência da apresentação de várias situações em que vive a liberdade de imprensa em Angola, urge a necessidade de apresentar de forma resumida alguns artigos indispensáveis para a compreensão da lei de Imprensa Angolana.

Para substituir a lei de imprensa de 1991, devido às reacções manifestadas pela sociedade civil que reclamava emendas à referida lei, o governo projectou uma nova lei em 2000. Este novo projecto não esteve distante do espírito da legislação de 1991. Teve-se como ponto de referência o artigo 35º da Lei constitucional, que considerava que o pluralismo de expressão, como consequência do respeito pelas liberdades democráticas e da pessoa humana, necessitava de uma nova lei que vise assegurar a liberdade de imprensa. Desta forma, o governo teve como iniciativa propor a revisão da lei de 1991. O Estado estava de facto ciente da nova realidade. Por isso teve de apostar na elaboração de uma nova lei de Imprensa.

O projecto em causa determina, assim, os fins gerais da comunicação geral:

“Os Órgãos de imprensa têm os seguintes fins gerais: a) Contribuir para consolidar a Nação angolana e reforçar a Unidade Nacional; b) Exercer em plena liberdade o direito de informar, sem limitações excepto os que a lei definir; c) Informar o público com verdade, independência e isenção, sobre os acontecimentos Nacionais, internacionais, assegurando o direito dos cidadãos à informação correcta e imparcial» (art.6º) [40] Dizia ainda: «A imprensa não está sujeita a qualquer forma de autorização ou censura» (art.7º)[41]

Continuando sobre a liberdade de Imprensa:

“A liberdade de imprensa implica: a) Reconhecimento dos direitos de liberdades fundamentais dos jornalistas, nomeadamente os referidos nos respectivos estatutos; b) O direito de fundação de Jornais e quaisquer outras publicações, independentemente de autorização administrativa, caução ou habitação prévias; c) O direito de livre Impressão e circulação de publicações sem que alguém a isso possa opor por qualquer meios não previstos na lei» (art.9º) [42]

Quando o Governo defende a liberdade de Imprensa, ostenta ao mesmo tempo a sua limitação:

“É proibida a publicação ou reprodução de notícias ou factos na imprensa nacional ou estrangeira que ponham em causa a Unidade, a soberania e a integridade nacionais que atentam contra a honra e reputação dos titulares dos órgãos de Soberania do Estado.» (art. 24º e 26º) [43]

No que toca à Rádio, a lei de 1991 foi reproduzida à letra:

- 1. «A actividade de Radiodifusão é exercida pelo Estado, podendo lei especial determinar as formas de licenciamento e do exercício de estações de rádio comerciais privadas.*
- 2. A concessão do serviço público de Radiodifusão é atribuída à Rádio Nacional de Angola.»*

O mesmo se repete para a televisão:

- A actividade de televisão é exercida em exclusivo para o Estado.*
- A concessão dos serviços públicos de Televisão é atribuída à Televisão Pública de Angola» (art.30º) [44]*
- O projecto considerou também o problema da Paz-Guerra:
«Aquele que através de órgãos de imprensa fizer ou promover propaganda de guerra, promover acções de rebelião armada ou de grupos separatistas, para a subversão da ordem política e social, é punido com a lei de prisão maior de 8 a 12 anos e multa, se outra pena mais grave não couber.»(art.50) [45]*

2.2. Exétese Breve sobre a Liberdade de Imprensa

A liberdade de imprensa tem sido um assunto muito discutido a nível nacional, que tem provocado debates, atendendo à sua pertinência e à sua actualidade. É importante reflectir sobre esta temática no contexto actual. Constitui um sinal vivo da existência de um instrumento eficaz que orienta o exercício da profissão jornalística em

Angola. É verdade que um argumento legal pode não ser recebido de bom agrado por todos. (Matumona Muanamosi, 2009,125-136)[46]. Todavia, é de salientar que um novo espírito passou a dominar a lei constitucional angolana, que não fugiu à regra de outros países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), pois a história do seu direito decorreu em moldes próprios. Depois da independência estes países viveram um período iluminado pelos ideais marxistas-leninistas, mais ou menos ortodoxos, nascidos na sequência da descolonização. Mais tarde entraram numa segunda fase, com novas constituições ou com constituições substancialmente revistas, todas elas marcadas pelo novo direito constitucional português. (Gouveia, J.Bacelar,2000,11) [47]

É pois neste horizonte que se pode ler e interpretar a Lei da Imprensa Angolana. A que está em vigor está a ser referenciada em várias perspectivas. É claro que não caiu no agrado de todos. Pode-se compreender pois uma Lei nem sempre toca ao espírito de todos. André Linard dizia:

“O direito em geral não é neutro: um determinado número de questões derivam de opções políticas. Esta escolha não é uma alternativa puramente técnica baseada na solução mais eficaz. A escolha depende também de relações de força entre os jornalistas que desejam permanecer independentes, e outros poderes tentados a intervir para controlar a imprensa”(Linard André,1998,10).[48]

Em Angola muitas personalidades e vozes populares afirmam de seu modo a coerência e a eficácia desta nova lei. Esta lei tem como base a lei 7/06 de 15 de Maio, promulgada a 5 de Maio de 2006. A mesma veio revogar a lei nº22/91, de 15 de Junho, promulgada a 13 de Maio de 1991, na base da antiga lei constitucional que foi revista e alterada pelo Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho, em 11 de Agosto de 1980, pela Assembleia do Povo em 25 de Maio de 1991.

A antiga lei de imprensa de 1991 foi inspirada pelo artigo 27 da então lei constitucional do mesmo ano, que defendia o seguinte:

“É garantida a liberdade de imprensa, não estando sujeita a qualquer censura, nomeadamente da natureza política, ideológica e artística. A lei regulamenta as formas de exercício da liberdade de imprensa e as providências adequadas para prevenir e reprimir os seus abusos.”(Lei Constitucional,1991,art27º.) [49]

Entretanto, a promulgação da Lei de Imprensa de 1991 veio marcar uma nova página na história do jornalismo angolano. Algo tinha mudado nos media nacionais depois da assinatura dos acordos de Bicesse, em 1991, aparecendo como um princípio orientador de um país que estava a apostar na sua renovação, que consistia na abertura à

Democracia e, conseqüentemente ao pluralismo de ideias. Era na altura um facto renovador e também assustador para um grupo que durante muito tempo trabalhava sob a vigilância apertada do então Departamento de Informação e Propaganda (DIP) do MPLA-Partido do Trabalho. Todas as orientações partiam deste órgão que fez história. Com a Democracia a história começou a tomar novos rumos, sendo a promulgação da antiga Lei de Imprensa, um dado de maior relevo nos novos tempos que se desenhavam no país. (Matumona, Muanamosi, 2009,127) [50]

Com o decorrer do tempo, o povo angolano ganhou uma maturidade política aceitável, pelo que surgiu a necessidade de rever a Lei que estava em vigor. Era oportuna a sua revisão para se adaptar ao novo contexto sociopolítico, embora ainda marcado pela guerra. Para que isso acontecesse o Governo projectou uma nova Lei de Imprensa. Esta atitude era comum, pois a enorme influência adquirida pelos meios de comunicação social nas sociedades contemporâneas obrigava os Estados e as organizações internacionais a produzir abundante legislação, visando enquadrar e dar resposta aos complexos problemas que os media suscitam. Por isso, hoje o quadro normativo da comunicação social é bem mais complexo e diversificado (Matumona, Muanamosi, 2009) [51]. Neste sentido foi apresentado em 1999 um projecto lei que durante muito tempo foi objecto de estudo e de críticas da parte da sociedade civil para possíveis emendas. O projecto em causa não fugiu muito do espírito da legislação do ano de 1991. Considerou que o pluralismo de expressão, como consequência pelo respeito pelas liberdades democráticas e da pessoa humana necessitava de uma nova lei que vise assegurar a liberdade de imprensa, consignada no art.35 da Lei Constitucional de 1996. Daí a iniciativa do governo propor a revisão da Lei de 1991. Os políticos estiveram, de facto, conscientes da nova realidade. Por isso, tiveram de projectar a nova lei de imprensa.

O projecto elaborado determinava os objectivos gerais da comunicação social:

“Os órgãos de imprensa têm os seguintes fins gerais: a) Contribuir para consolidar a Nação Angolana e reforçar a unidade nacional; b) Exercer em plena liberdade o direito de informar; sem limitações, excepto as que a lei definir; c) Informar o público com verdade, independência e isenção, sobre os acontecimentos nacionais e internacionais, assegurando o direito dos cidadãos à informação correcta e imparcial.” (Lei de Imprensa de 1999,art.2º) [52] E continuando a lei dizia ainda: *“A imprensa não está sujeito a qualquer forma de autorização ou censura”*. (art.6º) [53]

E mais: “*A liberdade de Imprensa implica: a) Reconhecimento dos direitos e liberdades fundamentais dos jornalistas, nomeadamente os referidos no respectivo estatuto; b) o direito de fundação de jornais e quaisquer outras publicações, independentemente de autorização administrativa, caução ou habilitação prévias; c) o direito de livre impressão e circulação de publicações, sem que alguém a isso se possa opor por qualquer meios não previstos na lei.*”(art.7º) [54]

Como se pode notar, não faltava aos legisladores espírito de abertura. Esperou-se muito pela promulgação da Nova lei de imprensa que foi resultado de muitas reflexões por parte de especialistas. Contudo, a lei não consegue agradar a todos. Salienta-se que em Angola há uma lei de imprensa que regula o exercício da profissão de jornalista. Por isso, há normas que devem ser seguidas e respeitadas pelos jornalistas. A sua violação, merece sanções, como determina o próprio direito, que também apoia o jornalista na defesa da sua liberdade. (Matumona, Muanamosi, 2009,129) [55]

Neste âmbito, não sendo este um trabalho específico de Direito da Comunicação Social em Angola, é muito difícil apresentar uma análise mais detalhada sobre os conteúdos dos mesmos documentos – a nova lei de imprensa, traz noventa artigos, escalonados em oito capítulos. Porém, é importante reflectir sobre esta nova Lei promulgada a 5 de Maio de 2006. Neste horizonte é de considerar que a situação actual do país e do quadro dos media nacional necessitava, de facto, deste instrumento providencial para tudo o que diz respeito à prática jornalística. Uma leitura atenta permite-nos destacar algumas observações que consideramos de maior relevo.

Sobre a interpretação e integração da mesma lei, no artigo 4º: «A presente lei é interpretada e integrada em harmonia com a lei constitucional angolana, A Declaração Universal dos Direitos Humanos, A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e dos demais instrumentos internacionais de que Angola é parte. “*Trata-se de uma referência clara e directa aos fundamentos da lei, que dão credibilidade a qualquer legislação, como é o caso desta nova lei de Imprensa.* No art.5º, pode ler-se: “*A liberdade de imprensa traduz-se no direito de informar, de se informar e ser informado através do livre exercício da actividade de imprensa e de imprensa sem impedimentos nem discriminações. A liberdade de imprensa não deve estar sujeita a qualquer censura prévia, nomeadamente de natureza política, ideológica ou artística.*”

O outro dado interessante é o conteúdo do art.21, que fala sobre o estatuto do Jornalista e o seu código deontológico:

“O exercício da profissão do jornalista é regulado por um Estatuto do Jornalista e por um código Deontológico. O Estatuto do Jornalista define, entre outros aspectos, quem é Jornalista, o regime de incompatibilidade, os direitos e deveres, as condições de emissão, renovação, suspensão e cassação de carteira profissional. O estatuto do jornalista é aprovado pelo Governo, ouvidos os sindicatos e as associações de Jornalistas”. E continua:

“O Código Deontológico é adoptado pelas associações de Jornalistas em assembleia expressamente convocada para o efeito pelo Conselho Nacional de Comunicação Social. A carteira profissional é emitida pela comissão da Carteira e Ética, composta por Jornalistas, administrativamente adstrita ao Conselho Nacional de Comunicação Social, cuja Organização e Funcionamento é objecto de regulamento próprio.” (Lei de imprensa, 1999,art.21) [56]

Sobre a Radiodifusão e a Televisão não houve grandes novidades, como muitos esperavam: a autorização bem expressa para rádios privadas em ondas curtas e longas, e também para as cadeias televisivas também privadas. Contudo a matéria, na nova lei, está um pouco mais aprofundada, em relação a lei de 1991. A actual assegura:

“O serviço público de radiodifusão é atribuído à Rádio Nacional de Angola mediante controlo de concessão: A actividade de radiodifusão em ondas quilométricas (ondas longas) e em ondas Decamétricas (ondas curtas), é assegurada em exclusivo pela Rádio Nacional de Angola, na sua qualidade de operadora pública de radiodifusão; A actividade de radiodifusão em ondas hectométricas (ondas de amplitude média) e em ondas entidades referidas no artigo 48º.”(arts,50,52,53,nº.1/1999) [57]

No que toca à televisão, vale a pena reter o artigo 60º:

“A actividade de Televisão é exercida pelo Estado e demais entidades públicas ou privadas.” “O exercício da actividade de Televisão é de Âmbito Nacional”. “A lei especial regula os mecanismos de licenciamento e as demais condições para o exercício da actividade de televisão.”, “O serviço público de Televisão é atribuída à Televisão Pública de Angola mediante o contrato de concessão”. (art.60º e 61º) [58]

3. O Estado da Questão

Os especialistas em matéria da comunicação social, consideram três concepções de informação: a autoritária, marxista-leninista e a liberal. Porém, muitos outros

acrescentaram mais uma concepção, a chamada teoria da responsabilidade social, o que levava a quatro teorias da informação. O primeiro grupo aceitava somente três teorias, porque via na quarta teoria, um dado integral da concepção liberal. Evidentemente foi a rápida evolução do mundo laboral que condicionou o registo destas quatro teorias. No entanto, muitas outras circunstâncias alteraram este quadro, uma vez que, hoje, muitos continuam ainda em dúvida para aceitar teorias como autoritária, depois da Declaração dos Direitos Humanos, publicada pela ONU; e a marxista-leninista, após a queda do chamado mundo socialista, que alterou radicalmente a visão do mundo e trouxe em consequência, mudanças radicais.

A concepção marxista-leninista, apesar de ter sido alvo de contestações, resistiu durante muito tempo, tendo atingido a sua época dourada com os célebres escritos de Lénine e a Revolução de Outubro. Continuou em vigor em todos os países socialistas, resistindo a diferentes críticas que consideravam a sua aplicação como uma autêntica violação aos direitos humanos, quando negava ao homem o direito à informação pluralista. Porém, os marxistas tinham os seus argumentos fortes. Defendiam uma sociedade de igualdade, a promoção das classes operárias e camponesas, o papel do Estado na informação, os interesses do Estado-partido e do povo, uma informação para todos, isto é, sem qualquer discriminação, censura para evitar abusos na imprensa e a transformação dos media num comércio industrial, combatendo a imprensa burguesa, então reservada somente a uma determinada elite.

Neste âmbito, a liberdade de imprensa e o papel dos jornalistas eram concebidos de uma maneira própria: o jornalista tinha quase o papel de difundir as ideias do partido que Governa. A posição marxista-leninista, numa determinada óptica, tinha a sua razão de ser, uma vez que apareceu numa altura em que a comunicação social parecia desempenhar um papel meramente comercial, relegando ao plano secundário os valores humanos. Neste horizonte a teoria marxista-leninista surgiu como uma resposta aos capitalistas, que tinham uma concepção da informação muito diferente.

Enquanto reinava a concepção marxista-leninista, existia noutro bloco a teoria liberal observada na maioria dos países capitalistas. Criticando os marxistas, esta concepção defendia uma informação pluralista, a liberdade de expressão e de criação de empresas de comunicação social. Ora, esta liberdade era considerada pelos marxistas como relativa e não absoluta, já que estava apenas ao alcance dos ricos, com capacidades de possuir melhores tipografias e capitais para assegurar o bom funcionamento de um órgão de informação, e dos cidadãos bem posicionados para ter

acesso aos meios de difusão massiva. A concepção liberal conseguiu satisfazer o direito dos cidadãos a uma informação pluralista. Porém, às vezes faltava a objectividade, uma vez que a liberdade de expressão nem sempre era bem observada, quando os jornalistas exageravam no exercício da sua missão abusando da liberdade. Neste caso, punha-se em causa a ética e a deontologia da comunicação social. Foi assim que surgiram vários órgãos e comissões, que aparecem como uma espécie de tribunais morais, que tratam das questões éticas e deontológicas, apelando à consciência dos profissionais da informação. Entretanto, a liberdade de criação de empresas dos mass-media, levantou também um problema: vários indivíduos, grupos e cooperativas passaram a monopolizar o sector da comunicação social, administrando muitos órgãos de informação. Neste quadro, surgiu o sistema de patronato. E o lema tem sido sempre o lucro, enquanto a qualidade da informação nem sempre é tido em conta. Isto gera, muitas vezes, situações que vão contra a moral. Estes factos agravam-se sobretudo na década dos 60, quando o fenómeno da informação parecia adquirir o estatuto de uma indústria. Na época, com as mudanças que então se verificavam, a concepção liberal ganhava terreno em detrimento da concepção autoritária, que esteve em vigor durante muitos anos.

Resultado de vários acontecimentos que geraram a situação actual, muitos especialistas concordam que o mundo dos mass-media viu alterado o seu quadro: a teoria autoritária, marcada pelo monopólio do Estado que, durante muito tempo, esteve em evidência, começou a perder a sua influência depois da II Guerra mundial. Hoje quase deixou de ter adeptos, excepto nalguns países latino-americanos e africanos. Todavia, nestas regiões, a mesma concepção tende a desaparecer. Hoje quer em África, quer na América Latina, a privatização das empresas de comunicação social está a ser já uma realidade.

Quanto à concepção marxista-leninista, no campo da informação, a queda desta ideologia é uma realidade inegável que pôs fim a esta teoria. A mesma perdeu quase todos os seus adeptos. Na Europa do Leste e em África, onde se vangloriou, já se fala noutras teorias de informação que nada tem a ver com as anteriores. Todos têm sido unânimes na acusação da concepção marxista-leninista, declarada como inoperacional que durante anos deturpou a verdade. (Matumona, Muanamosi, 2009, 95) [59]

Em Angola, muitos foram e estão a ser testemunhas dos factos que têm a ver com o progresso dos media, mesmo a nível nacional. A situação sócio-política acompanhou e sempre marcou a história do jornalismo angolano, uma prática que se encaixa bem em cada etapa da história. No tempo colonial, a política dos media que vigorava no país

obedecia aos cânones e interesses do governo português. Depois da independência, passou a acompanhar a realidade vigente, com todas as suas vicissitudes. Nesta senda, seria lógico falar do tempo do monopartidarismo, em que o jornalismo angolano gozava de um estatuto próprio daquele tempo; e do tempo de abertura à democracia, um período em que os media procuram abrir-se, aceitando as mudanças políticas que, paulatinamente, se vão desenhando. (Muatumona, Muanamosi, 2001,97) [60]

Hoje quando se procura consolidar a democracia e a paz, parece evidente falar da nova era dos media no mundo em geral, e no nosso país em particular. Porém neste trabalho analisa-se os passos que Angola deu e vai dando, abrindo o espaço de uma nova era que o angolano está a viver: tempos que se esperam ser de paz, democracia, reconciliação e reconstrução nacional. Registam-se sinais positivos que vão assinalando os passos graduais, e mesmo tímidos, que os meios de comunicação social estatais vão registando, especialmente depois da passagem do monopartidarismo para o multipartidarismo, um evento político decisivo, que abriu grandes e novos princípios para a leitura e compreensão da história mais recente do país e da sua imprensa.

E um dos sinais visíveis desta mudança (apesar de existirem outros tantos) no meu entender pode notar-se na relação que o Estado angolano hoje nutre com a religião. Neste âmbito, podemos citar com maior clareza e referência que antes da adesão ao multipartidarismo, a religião surgia como um sector muito sensível e delicado para ser referenciado nos órgãos de informação estatais, nomeadamente o *Jornal de Angola*, a Televisão Pública de Angola, (TPA)- Na altura Televisão Popular de Angola, A Rádio Nacional de Angola (RNA) e a Agência Angola Press (ANGOP). Numa altura em que a ideologia marxista-leninista vigorava como doutrina que orientava o país e, conseqüentemente, os media, sendo esta filosofia que considerava a religião apontando-a como ópio do povo, e não esquecendo as relações tensas entre a igreja, (Igreja Católica e o MPLA) fruto das circunstâncias históricas que o país vivia. Era inegável a existência de um grande obstáculo à realização de uma aliança sã entre as instituições religiosas e o poder político de então. Este pressuposto exercia grande influência na filosofia e na actuação dos meios de comunicação social em Angola. Os resultados foram palpáveis. Os acontecimentos religiosos tinham apenas duas hipóteses: ou ignorados ou divulgados de forma negativa. Os interesses revolucionários tinham de estar em cima destes valores. A euforia política era uma realidade que dominava as elites nacionais, orientando, assim, os órgãos de informação. Divulgar a informação

religiosa era como um acto reaccionário que atentava os princípios políticos do sistema e uma atitude anti-revolucionária.

O dicionário político angolano registou uma grande viragem, ao aprovar algumas expressões novas como: democracia, pluralismo, liberdade de expressão, imprensa livre, paz, diálogo plural entre partidos. Desde 1991, ano em que foram rubricados os acordos de Bicesse (ver anexo E), que decretaram a democracia no país, a situação vai melhorando. E, com o protocolo de entendimento do Lucusse (ver anexo D), rubricado em 2002, mais passos vão sendo dados rumo à democratização do país e, conseqüentemente, à liberdade de imprensa. Com esta abertura a religião passou a ser encarada com outra visão.

O primeiro dado que marcou esta mudança foi a cobertura jornalística bem pormenorizada, realizada pela imprensa nacional, na altura da visita de sua Santidade o Papa João Paulo II a Angola, em 1992. Na história do jornalismo angolano exercido no período pós independência o referido evento deve ser apontado como um grande acontecimento do Séc. XX. A presença da Igreja nos meios de comunicação estatais mereceu, na altura, uma boa consideração (anos depois de uma ausência prolongada) e um tratamento ambíguo.

Actualmente, quando o processo de consolidação da paz e da Democracia continuam em vigor, escreve-se uma nova página na imprensa angolana, no que toca à abordagem do fenómeno religioso. Nota-se, de facto, uma nova visão, uma nova leitura, uma nova apreciação, e uma outra disposição e disponibilidade. Agora, é vista como normal a transmissão directa das missas Dominicais e de outros eventos pastorais de grande ou pequena envergadura: as actividades da CEAST (Conferência Episcopal de Angola e São Tomé) já são devidamente escalonadas nas agendas dos media, merecendo até uma cobertura fora de série: A peregrinação dos fiéis católicos a Muxima tornou-se, uma boa oferta aos meios de comunicação estatais. Tem sido muito comentada. Esta proeza, sem qualquer dúvida, era completamente impensável no tempo do Partido único. Os acontecimentos religiosos ou pastorais relatados pela imprensa secular têm muito impacto, já que, neste espaço, têm merecido um tratamento muito especial, bem adaptado a quem quer que seja, apresentado com maior roupagem em relação à mesma temática tratada pela imprensa eclesial. A desvantagem, consiste nas noções básicas de teologia, demonstrada pelos profissionais dos media seculares. É justamente isto que parece estar na base de muitos erros que jornalistas cometem quando abordam questões teológicas. (Matumona, Muanamosi, 2009, 100) [61]

4. O Público e as Linhas Editoriais: um Diagnóstico da Parcialidade

É uma ideia em geral bem aceite que cada época organiza suas representações do mundo, com tudo que isso implica de expectativas, de sonhos ou de temores. Isto acontece hoje, de modo muito nítido com a problemática comunicacional, destinada a dar conta enquanto quadro epistémico das diversas transformações que ocorreram nas últimas décadas no domínio social. Desde a cultura, à política ao ensino, e algumas das actividades humanas precisam de ser compreendidas sob a noção da comunicação mediática. (Matumona, Muanamosi, 2001, 58)[62]

O público em Angola constitui o maior alvo da comunicação e este responde esperando que o exercício comunicativo vá de encontro à expectativa que nutrem quanto à eficiência dos serviços mediáticos. Partindo dos conceitos de públicos e de espaço público redefinidos por Jurgen Habermas com a sua *Génesis nas Instituições das Democracias Gregas*, podemos-nos centrar naqueles momentos em que o público angolano se arroga o direito até o dever de informar e ser informado. A opinião pública aparece então como instância do saber dos factos, em oposição da legitimidade do querer. A partir de tal momento o espaço público autonomiza-se e transforma-se de modo a garantir a circulação generalizada de informação e opinião. Baseada nos proprietários de bens ou de saber, esta autonomização foi indispensável à instauração de uma publicidade, entendida aqui no sentido de um tornar algo público, numa lógica semelhante às leis modernas da mercadoria. É assim que a imprensa, até aí veículo da opinião produzida em espaços públicos de debate de confronto e de convívio, passa a ser pouco a pouco, produção de opinião em si mesma.

Todo o trabalho de elaboração racional e colectiva, orientado pelos ideais iluministas, ficou reservado, de então em diante, a uma nova classe especializada: a dos profissionais da mediação. Mas com tempo começou-se a miscigenação entre o espaço público, o público e os media, como dizia o atento observador e conhecedor do jornalismo no início do Século, Karl Kaus:

“Cada questão pública era suplantada pelos interesses marcantes e assim conduzida a uma profissão social.”(Kaus, Karl,s/d,123) [63]

Devido a estas transformações, a imprensa começa mesmo a mudar o sentido da génese do exercício profissional. Observamos que a imprensa surge a partir dos proprietários de bens e de saberes, isto é, dos detentores do capital económico ou simbólico segundo a ordem social burguesa, de que a própria imprensa depende. Gera-

-se aqui um espaço cada vez mais autónomo, regido pelas leis modernas da mercadoria, em que o espaço público se transforma no sentido de garantir uma circulação generalizada, passando a funcionar como campo privilegiado da publicidade de produtos, domínio antes regidos pela lógica da reflexão, do confronto e da produção e do correspondente consumo; o que de uma forma clara começa por criar diferença na prática de actuação dos serviços mediáticos e em consequência em muitos casos os média começam a perder o indicativo genético da sua origem; ser um fiel informador a favor do seu público, respeitando os direitos individuais dos seus cidadãos.

Depois desta reflexão sistemática, parece legítimo afirmar que existe em Angola um grande confronto entre o público e os media. Confrontos baseados nos serviços prestados ao público pelos media, serviço que muitas vezes não vai de encontro ao que o público espera dos media, suscitando reacções diversificadas. Um dos primeiros factos é a parcialidade, o segundo é a linha editorial, dois aspectos que estão muito relacionados, o terceiro é o lucro, e o quarto a rivalidade política. (ver anexo A)

Como se nota pelo papel exercido pelo jornalista, em muitos momentos, o jornalista revela-se parcial afectando a credibilidade dos próprios media e dos jornalistas, e lesa desta forma os direitos dos cidadãos à justa informação com verdade.

A parcialidade descredibiliza os media diante do seu público e alimenta assim um desequilíbrio ético, a falta de honra à verdade e o desrespeito pelos cidadãos à verdade justa.

As críticas dirigidas aos jornalistas e aos média, levaram a certos estudos resultados por iniciativas de fundações, associações profissionais ou grupos empresariais ligados aos media, em especial a imprensa desde o final dos anos 80 (www.people-press.or/index.htm) [64]. De um modo geral, tais estudos traduzem um declínio de credibilidade dos média e do jornalismo por parte do público.

Por outro, é de realçar a problemática da linha editorial de cada jornal ou mesmo de vários órgãos de comunicação. É de tom cada vez mais evidente, que os media têm uma linha editorial pela qual não se podem criar rotura. O que implica a obediência até cega em certos momentos por parte de certos redactores. Actos como este, estão a criar ao público angolano desconfiança nos serviços mediáticos e estão a prejudicar a credibilidade jornalística e criar inclusive uma dúvida, se os media estão ao serviço dos cidadãos ou ao serviço de seus patrões com fins apenas lucrativos caso que por sinal já se abordou num dos pontos. E surge uma outra interrogação, será possível acreditar num serviço mediático falacioso que luta mais por interesses pessoais e económicos e

chocando mesmo em determinadas ocasiões contra os direitos individuais e colectivos, isto é, lesando a confiança do seu público que reclama a verdade e somente a verdade? E que em momentos distintos chegam mesmo a lesar o direito à boa fama de certas cidadãos, lesando a sua área de intimidade pessoal? Direito natural reservado a cada cidadão pela carta do próprio Estado angolano e não só.

Situações como estas criam sérios problemas de credibilidade dos media por parte do público. À semelhança do que se está a passar em Angola cito o seguinte exemplo:

“O cinema norte-americano, detentor de uma velha tradição de crítica dos media, após a fase Watergate de fascínio pelas práticas investigativas, passou a encarar a personagem do jornalista de uma forma negativa e oposta aos interesses dos cidadãos. De instrumentos de defesa dos cidadãos perante abusos das instituições, a representação cinematográfica do jornalismo começou a apresentá-lo com frequência enquanto ameaça ao próprio direito dos cidadãos com destaque muito especial para o direito à reserva da intimidade da vida privada.”(Mesquita, Mario,2003,65) [65]

Há cada vez mais perda de confiança nos media principalmente governamentais devido à orientação redaccional e à dependência patronal. O angolano nesta fase de reconstrução nacional, de reconciliação esperava dos serviços mediáticos governamentais e privados melhores serviços baseados na justiça, nos direitos humanos e na igualdade entre os angolanos, o que parece estar um pouco longe de acontecer se não se mudar a mentalidade do Angolano em relação aos conceitos de Nação, Povo, Identidade, Comunicação Social, paz, progresso e liberdade.

Outro gravíssimo erro que os media em Angola revelam que perigam a Paz e a reconciliação nacional, diz respeito ao complô contra um político ou um partido político que não caía na graça de um jornalista ou do editor chefe ou mesmo do proprietário de uma empresa mediática. São visíveis fricções entre os jornalistas e os convidados no período do debate. Este estilo de debates em Angola tem levado a opinião pública a criar imagens negativas sobre uma determinada personalidade política, que não se encontra bendito no seio daquele jornal ou cadeia de televisão ou mesmo em determinadas cadeias de Rádio. No entanto, a quem reprova este forma de organizar e orientar certos debates políticos.

5. Jornalismo e o Respeito pela Dignidade Humana

Este tema serve para reafirmar a crença nos limites do exercício profissional do jornalista em Angola, em confronto com a sua liberdade em atenção ao seu público alvo, e também para consciencializar o jornalista no respeito pela deontologia profissional que ilustra o valor do respeito à dignidade humana.

O jornalista em Angola tem reivindicado a sua dependência ao patrão ao ferir certos direitos dos cidadãos, tem reclamado o seu silêncio em favor do seu ganha-pão, tem evocado a sua abstenção a certas verdades fruto da linha editorial. Por conseguinte, nunca se deve ignorar a dimensão da liberdade a que o jornalista é detentor.

Apesar de ser notório que o exercício profissional do jornalista em Angola é rodeado de constrangimentos que muitas vezes condicionam e limitam a possibilidade do seu exercício, posso crer que o jornalista não é um profissional desprovido desta área de decisão própria pelo contrário sou levado a pensar que o jornalista possui um campo de liberdade, circunscrito de diferentes plenitudes, consoante o meio, a empresa, e a cultura profissional.(Ibidem) [66]

O jornalista angolano em meu entender desde o primeiro momento deve procurar ter a liberdade de pensamento. Esta constitui uma das grandes reclamações: a liberdade da caneta (o que escreve), deve procurar ter senso comum, personalidade formada, e deve procurar ser guiado pela ética e pela deontologia profissional. Por conseguinte, o jornalista angolano deve procurar ter a capacidade e o direito de ser crítico de si mesmo quando redige um artigo, modera um debate e escolhe a sua directriz retórica. E nesta óptica diz Daniel Cornu:

“O jornalista é em larga medida, senhor da sua maneira de tratar um assunto, do seu ângulo de ataque, dos elementos significativos que retém e da maneira de organizar, do estilo que dá ao seu artigo, da escolha do seu vocabulário. Estas diversas operações estão evidentemente sujeitas às condições gerais da empresa, às redes de influência que os rodeiam. Mas o jornalista dispõe de um certo número de variáveis entre as quais a faculdade de escolher. Se a sua liberdade de acção tem limites, escreve-se num espaço suficientemente vago para que possa exercer a sua tarefa com um mínimo de autonomia e de iniciativas”, sem esta directriz pode se tornar melindrado o seu exercício profissional e em consequência pode criar destabilização e desordem social.(Cornu, Daniel,1999,131) [67]

É de frisar que tendo em conta esta fissura no jornalismo angolano principalmente nesta problemática de serviço ao público e consequentemente a responsabilidade que o

jornalista está chamado a assumir é de enfatizar que a liberdade é uma das grandes linhas da ética. O livre arbítrio dimensão nobre do ser humano, abre ao jornalista a capacidade de escolher, discernir, analisar, concluir em suma escolher o caminho mais honesto e justo no seu exercício profissional e este aspecto é estritamente imperioso para o jornalismo angolano. Diz Emmanuel Kant. *“Não há ética sem liberdade, sem capacidade de traçar a sua própria via, de escolher entre diversos caminhos abertos. Esta liberdade pode tomar dois sentidos. É antes de mais liberdade moral, no sentido que Kant dá à autonomia, como capacidade de agir de acordo com a sua própria lei. Mas é também liberdade social (ou política) na medida em que se traduz por uma vontade, por uma efectuação.”*(Adorno, Theodor, s/d,56-57) [68]

A liberdade *“como espaço individual e como valor comum, ganha todo o seu sentido no domínio especial da informação. O acto de informar, tal como é praticado pelos jornalistas em Angola, não pertence às relações individuais, de pessoa a pessoa. É um acto social que se desenrola num espaço público. O espaço de liberdade do jornalista a sua autonomia como sujeito moral, é inútil se for excluído do espaço público. Significa isso que a liberdade do jornalista em Angola só existe se passar por instituições, neste caso por média. Isto é, a liberdade individual do jornalista é pois necessariamente mediatizada, enquanto as empresas mediáticas aparecem como mediadoras”* (Benjamim, Walter,1992,111-113) [69] Contudo, o jornalista em Angola, no exercício da sua profissão, usando da liberdade que é detentor, deve excluir tudo que lesa aos direitos do cidadão (do seu público), respeitando a deontologia profissional, o respeito aos direitos fundamentais do homem, enaltecendo com este comportamento a justiça informativa, e o direito dos cidadãos à verdade e somente a verdade.

II Parte: As Empresas Mediáticas, o Público e a Paz

6. A Problemática entre o Jornalismo e o seu Público

O público em Angola é diversificado, primeiro pelas várias culturas existentes no país o que implica em muitos casos sistemas de educação diferente (ver tabelas nos anexos sobre o ensino em Angola), maneiras de concepção da realidade adversa uma de outra, forma de elaboração de juízos diversos, enfim, é um público cuja cultura de informação está ligada uns ao sistema marxista outros pelo regime de guerrilha outros ainda por uma cultura de análise entre o justo meio e culturas ancestrais diferentes (ver anexos E). Situações ou realidades como estas parecem estar na base dos problemas de

incompreensão da actividade jornalística, e leva o público a interrogar-se sobre determinadas realidades a nível dos meios de informação e da actuação jornalística. Acreditando muitos, que ela tem sido em muitos casos um grande perigo à estabilidade e à paz em Angola. (Matumona, Muanamosi, 2006,141)[70]

Em Angola, o público parece ser manipulado pelas informações passadas por diversos media. Não se confere uma «estória» verdadeira de certos casos que implicam investigação. Determinadas informações são tratados pela imprensa privada e mesmo públicas de forma tímida, informações elaboradas com receios de determinadas réplicas. Determinados assuntos, se fossem bem tratados a nível mediático nas entrevistas de forma abertas e livre, ajudaria a criar mais estabilidade nacional, melhorar determinadas situações decorrentes do exercício profissional jornalístico. Seria uma força para resolução dos problemas que parecem ser complexos, ajudaria a dinamizar a paz e criar mais confiança nos governantes angolanos e nos profissionais dos media.

O público em Angola leva-me a crer que confronta-se com outro mal a nível do jornalismo angolano, o problema tribal (ver anexos sobre as tribos em Angola). Há blogs, que passam determinadas informações fictícias e supersticiosa que carecem de provas, criando fricções tribais, e pondo em perigo a «saúde da nação angolana», perigando a paz em Angola e a boa convivência entre angolanos. Um dos exemplos que tomo é o caso do Club-K-Angola (blog) ter frisado assuntos sobre a segunda versão da morte do Bispo D. Mateus Feliciano Tomás, falecido em acidente de viação. Um bispo que segundo consta foi uma entidade, considerado por muitos como um homem (inclusive o povo do Namibe e os da mesma diocese, como um grande Bispo), simples, inteligente, amigo de todos, homem de caridade e de grande coração. As informações passadas criaram um clima de ódio por parte de certos grupos étnicos e sentiu-se um mau estar entre ambas etnias. A referida NOVA VERSÃO, apresentava novos dados sobre este trágico acidente. No entanto, não se apresentou provas. Houve comentários num espaço próprio reservado pelo blog para o efeito, houve muitas contribuições, quase todas elas cheias de ódio. Por conseguinte, estas informações em meu entender, pode vir a constituir um perigo a paz na zona centro e sul de Angola se que não haja mecanismos de correcção institucionais para estes casos de forma a preservar a paz e a reconciliação nacional e de outras regiões de Angola. (ver no anexo C) Recentemente, um outro caso em que há revoltas contra o governador de Huíla, Tchiping, por ser da tribo Nyaneca. Justamente apresentado pelo Clube-K-Angola, por um jornalista de nome Tchongolola.

No entanto, o *blog* Clube K-Angola constitui uma das grandes e uma das maiores ferramentas na concorrência informativa em Angola. Balanceando as informações e facultando determinados dados sobre realidades isentas nas notícias que passam pelos órgãos de poder estatais. Hoje neste blog já se pode ler informações de cariz estritamente complexos e sigilosos, ligadas a membros do governo. Informações que eram totalmente impensáveis de serem encontradas no *blog angonoticias* ou no *Jornal de Angola*, muito menos passadas pela Rádio Nacional ou pela TPA. A existência do mesmo *blog* revela por sinal uma prova da viragem no mundo dos direitos de informação e da liberdade de imprensa que constitui alvo de muita interrogação em Angola e pelo mundo fora.

No meio de toda esta abordagem, torna-se necessário a tomada de consciência por parte do jornalista em Angola no que concerne às suas responsabilidades. A credibilidade que os media ainda conseguem granjear, chama atenção ao grande sentido de responsabilidade dos funcionários mediáticos (jornalistas), na execução honesta e justa da sua profissão. (Benjamim, Walter, 1992, 111-113) [71]

O jornalismo foi sempre entendido como o exercício de defesa aos direitos da pessoa e não o seu contrário. O legitimador da justiça e da reposição à boa fama de que é alvo qualquer cidadão. E tendo em conta a história que regista em páginas de ouro o papel do jornalista na promoção dos direitos da pessoa, em Angola parece estar a se registar certos questionamentos sobre os serviços mediáticos não como uma potencialidade em que se pode utilizar em defesa dos indivíduos, mas uma potencial ameaça aos direitos dos cidadão a uma informação verdadeira justa e correcta porque senão, como se explicaria depois da restauração da liberdade de expressão em Angola, a comunicação social no seu conjunto, seja percebida, por sectores qualificados da opinião pública, enquanto potencial ameaça aos direitos da pessoa?

7. O Público e a Responsabilidade Pessoal do Jornalista

A inserção do jornalista numa comunidade redactorial e as obrigações que lhe são impostas pelo funcionamento do media para o qual trabalha – mesmo que não seja seu empregado no sentido estreito e conserve o estatuto de jornalista independente – são suficientes para corrigir a imagem da profissão liberal ainda ligada ao jornalista, tanto no espírito de uma parte do público como entre os próprios profissionais.

O jornalista tem grandes responsabilidades na formação da consciência da sociedade. Sendo esta profissão a mais credível a nível da transmissão das «estórias»; urge a necessidade radical na transmissão da verdade com responsabilidade.

“O jornalista como sujeito, é pessoalmente interpelado por uma ética da informação. Na sua missão de observador do notável, ele assume, com efeito, uma tripla responsabilidade: distinguir o que é verdadeiramente digno de ser relatado, sob as condições de relação com o público, incluindo aspecto crítico de uma tomada em consideração do mundo vivido; relatar a realidade observada e distinguida com exactidão, sem a travestir; decidir em última análise sobre a publicação das suas informações, tendo em conta as respectivas consequências.”(P.Ricoer,1969,234) [72]

Como já se frisou num dos pontos atrás trabalhado, o jornalista goza de liberdade. Benefícios como este da liberdade tornam o jornalista responsável e pessoalmente responsável pela verdade das informações que relata e é o seu responsável diante do seu público. O seu compromisso enquanto sujeito, enquanto indivíduo pertence ao mundo vivido, justifica um esforço que se reclamará da hermenêutica.

Sabe-se que deve existir o radical compromisso do jornalista com a verdade é neste ponto onde se assegura a responsabilidade do jornalista à paz e à estabilidade nacional que se reclama para Angola. A responsabilidade pessoal do jornalista em detrimento da paz está totalmente inerente a este compromisso deontológico de honra à verdade. Os códigos deontológicos apontam-no sem o mínimo equívoco: a existência da verdade, na informação é primordial. Nenhuma informação deve ser dada sem referência obrigatória à verdade: verdade dos factos, verdade das opiniões e dos julgamentos e verdade das formas de expressão jornalística.

Por parte do público em Angola, há grandes reservas quanto ao compromisso com a verdade por parte dos serviços mediáticos. A verdade em determinados momentos do exercício profissional é deveras complexa. O que necessita a procura dela através de vários mecanismos. *“A complexidade das ordens da verdade supõe por um primeiro nível de pluralismo elementar na procura da verdade, que é dos seus tipos de objectos, sobre o qual se constrói um segundo nível próprio dos sujeitos da procura, inúmeros, porquanto não pode existir verdade sem sujeito”*. E o público em Angola debate-se com esta problemática da verdade porque são bombardeados com variadas informações, que levam inclusive à condenação de certos jornalistas por denunciarem determinados factos

que se supõe serem falsos, e depois tudo acaba libertando o jornalista sem esclarecerem o que se passou. (Mesquita, Mário, 2003,108) [73]

Estas críticas, têm como ponto prático, o facto de existir grande transformação do público em Angola antes sujeitos de informação hoje refém da mesma, tudo porque os media ao difundirem certas informações, aumentam apesar de tudo a confusão ao seu público, diz alguém: *“se vivíamos no silêncio, agora vivemos no ruído; estávamos isolados, agora estamos perdidos na multidão, recebíamos poucas mensagens, agora somos bombardeados por elas e muitas vezes sem saber qual delas é a verdadeira.”*(Cornu, Daniel,1999,320) [74] *“Este apego à comunicação e a vontade de estar informado aumenta, ainda assim, a nossa ignorância: é assombroso, quanto o mundo está mergulhado na obscuridade e na ignorância. Ignorância, porque desta não haverá melhor aliado do que a ilusão do saber. Apenas, encontramos no indivíduo a sucessão contínua das opiniões, num redemoinho de enunciados que pululam do presente e do passado prefigurando uma imensa floresta especulativa.”* (Ricoer, P,1969,234) [75]. Diz uma gerente de uma Rádio em Angola: nem tudo se pode dizer (ver anexos A) No entanto, torna-se muito complexo para a situação em Angola. Se não se pode dizer tudo o que é que se deve dizer? Porém, aceita-se parcialmente esta posição. Há limites quando se trata da privacidade das pessoas. Mas quando se toca em assuntos de ordem pública e que afecta a nação não se aceita esta margem. Tudo porque o que muitas vezes se diz já se sabe, e o que não se diz é que o público espera.

8. A Política e os Media

O jornalismo constitui uma problemática na sua actuação. Sendo um exercício livre de qualquer poder, acaba, em diversos momentos, por depender de um ou de outro poder e em Angola não se pode dizer que seja diferente. De uma forma ou de outra, o jornalismo se torna, em várias circunstâncias, refém do poder, aliás, o papel da política e a sua influência na filosofia dos media confirma-se sempre quando se estuda as teorias e ou as concepções da informação. Vê-se, de uma forma evidente que cada teoria era ou é, o resultado da situação política de cada Estado ou região. E fica muito bem claro que cada poder aprova e vive a teoria que vai ao encontro do sistema político em vigor no seu mundo. (Matumona, Muanamosi, 2009,96) [76]. Na medida em que a história vai progredindo, a mentalidade vai mudando e o quadro sociopolítico vai ganhando outra dimensão. É, exactamente nestas circunstâncias que tudo muda incluindo a filosofia dos

meios de comunicação social. Nestas andanças o papel da política é indispensável na medida em que o poder orienta tudo e todos. Isto, confirma-se também a nível mundial, pois nenhum país admite a libertinagem, ou abusos dos e nos meios de comunicação social. Daí, a razão da intervenção do direito, da ética, e da deontologia dos media. São áreas que apresentam normas que regulam o uso dos meios de comunicação social, para que haja ordem tanto dos jornalistas como do público. E esta realidade que também é visível em Angola não contribui de nenhuma forma a favor da paz e da reconciliação nacional. Pode sim, em determinadas circunstâncias semear a desconfiança, e dinamizar uma guerra em potência.

Como se aclara esta problemática? Parece ser notória a influência ideológica sobre os programas, tanto televisivos como radiofónicos, ou mesmo na imprensa escrita. Só a título de exemplo: A TPA, quando apresenta a retrospectiva da paz em Angola assinada no Lucusse (ver anexo C), ao fazer navegar as imagens das causas que levaram à efectivação da paz em Angola, apresenta o então presidente da UNITA Jonas Savimbi, tombado em combate. Com imagens que considero um desrespeito ao corpo dos mortos. Imagens chocantes. Pela primeira vez pode-se compreender por se tratar de uma imagem emergente. No entanto, já não se entende a constância das referidas imagens ao longo dos anos porque se pode muito bem consolidar a paz e contar a sua história e trajectória sem imagens como aquelas que ferem variadíssimas sensibilidades até mesmo de certas pessoas do MPLA, porque se acredita que o passado deve ser enterrado para se poder construir a paz. Imagens como aquelas, podem vir a criar e criam principalmente no seio dos familiares mais directos e simpatizantes, «nostalgias vingativas», e ódio. O respeito pelo corpo dos mortos, dos nossos compatriotas sendo mesmo de partidos diferentes constitui um factor cultural e nos dias de hoje um factor jurídico. A Televisão sendo pública os angolanos participam da vivência da mesma cadeia de Televisão apesar de politicamente ser governada por outros princípios orientadores. Não se põe de parte o compromisso da honra, a verdade e a história de que muito se defende neste trabalho e da qual se torna escrava os media. Assim sendo, se pode dizer o seguinte: se de um lado a Comunicação visa defender a verdade e a verdade histórica, neste contexto de modo especial a TPA, o que se compreende, por outro tem que se fazer esforço de assegurar e defender a paz e a reconciliação nacional. A forma como foi tratado o dossier da paz no Lucusse torna-se um indicativo da capacidade do angolano em gerir os problemas internos, promovendo a paz e a reconciliação entre os angolanos e consolidando-a. Este desiderato, constitui um desafio

para TPA «empolgando-a» a tratar de forma mais suave aquelas imagens históricas e verdadeiras por forma a não minar a paz e a reconciliação nacional. Porém não se deve esquecer o trabalho nobre e honrado que a TPA vem prestando à sociedade angolana. O sacrifício a favor da pacificação dos espíritos, a organização de programas que dinamizam um espírito nacional de reconciliação, as reportagens de situações difíceis em que o angolano passa, o que chama a reacção das autoridades competentes, a denúncia das injustiças, o entretenimento em grande escala, musical, cultural, que dinamiza o respeito pela herança dos antepassados, os programas religiosos acompanhadas em fina transmissão que chega a casa até dos mais modestos cidadãos levando o ensinamento bíblico e cristão, contribuindo assim para a espiritualidade social, que tem dado resultados na sociedade angolana e no seu público proporcionando a tranquilidade, e a confiança de que os tempos futuros em Angola serão outros.

9. O Favoritismo Ideológico

Uma outra realidade do jornalismo em Angola que cria contraste à paz e à tranquilidade dos cidadãos é o paradigma da parcialidade como favoritismo para com um partido político, candidato ou grupos de interesses, em detrimento de um outro. Constitui uma das questões estritamente fortes desta temática, visto ser uma atitude visível em Angola. É um problema que lesa a credibilidade do jornalista, inclusive o profissional sofre por defender esta definida actuação.

A influência ideológica depende do tipo de controlo dos media pelo poder. O aspecto essencial é o controlo da informação política; a situação varia consoante o governo que tenha o monopólio de todos os media, só o da televisão ou de nenhum média. A censura pode estar inteiramente nas mãos do governo ou, pelo contrário, ser partilhada em democracia, sob várias formas, com representantes de poder legislativo, dos espectadores e dos interesses privados. (Touraine, Alain,1994,113) [77]

As informações sobre o plano político dos partidos de oposição não passam pela TPA ou RNA, da mesma forma como para os do Partido no poder. O tempo de antena não é equitativo. Urge desta forma, a necessidade de se abrir outras cadeias de televisão privada, que facilita esta vivência política nacional por parte dos partidos políticos. A falta deste equilíbrio denota que alguns órgãos de informação estão ao serviço do sistema, protegendo uma corrente ideológica em detrimento de outras correntes defendidas por outras forças políticas.

Parece-me ser visível o paradigma da parcialidade mediática nas campanhas eleitorais em Angola. Apesar de existir, quem defenda que esta actuação ou acções de campanhas não podem ser vistas como parcialidade mediática. *“Neste aspecto, uma tal noção de parcialidade e imparcialidade, orientada para as eleições é muito limitada, porque a investigação baseada nela pressupõe uma estrutura supervisionada pelo Estado que legitima o acesso ao domínio público do debate político.”* (Traquina Nelson,1999,101) [78] Concluimos que é permitido por lei esta fissura jornalística. Porém, torna-se imperioso dizer que a credibilidade dos media fica enterrada por parte dos cidadãos e da opinião pública devido a falta capacidade de análise e da política própria dos media para questões de género. No entanto, alerta-se os perigos desta actuação mesmo sendo temperado pelo olhar governamental e por determinada clausula jornalística,: *“pode-se afirmar que os estudos anteriores, acerca da parcialidade, centram-se estritamente nas campanhas eleitorais, precisamente um terreno que os radiodifusores aprenderam a pisar com cuidado, e, sendo algo permitido pelo estado, torna-se deveras evidente a parcialidade na cobertura de grupos de interesses que, de forma algumas vezes clara e outras obscuras, defendem-se interesses de determinados grupos.”*(*Ibidem*) [79]

Angola, quer nas rádios, jornais, televisão, é quase notória a parcialidade e uma grande interferência política sobre os media. Mesmo a rádio Eclésia tem sido acusada de servir interesses de certos partidos de oposição e muitos acreditam que a não expansão da rádio Eclésia em ondas curtas deve-se a este receio. Porém há quem acredite que a rádio Eclésia é neste momento uma das rádios de maior confiança. Do mesmo modo, fala-se da rádio nacional, do *Jornal de Angola*, da TPA (Televisão Pública de Angola), órgãos de comunicação afectos ao Estado. Estes órgãos silenciam o marasmo de injustiça e pobreza em que o povo subjaz, com vista a proteger o patrão, a ideologia e defender outrossim os interesses pessoais, o que não deixa margens de desconfiança por parte do público. Acredita-se porém na prestação de serviços destas duas grandes unidades de informação: a TPA e a Rádio Nacional. Para alguns, tem sido para a população o canal de maior interactividade informativa em Angola, levando até aos cantos mais complexos, informações do país inteiro, mantendo actualizado todo o cidadão até os mais vulneráveis sobre a situação do país e com notícias que para muitos acreditam ser verdadeiras mesmo que sejam incompletas. O papel patriarcal que exerce no país a Rádio Nacional e a TPA merece ser evidenciado.

Esta política de serviço coloca o jornalista diante de uma espada de dois gumes: por um lado, os cidadãos que esperam a imparcialidade para poderem acreditar nos serviços mediáticos, por outro a influência dos patrões e do Estado aos jornalistas que os deixam sem qualquer «determinação livre» ficando o jornalista como um mártir sem poder auto definir-se porque afinal também precisa de emprego para sobreviver.

10. O Jornalista e o Equilíbrio

Um dos grandes e graves problemas em Angola quanto ao exercício do jornalismo está patente no equilíbrio dos profissionais da informação. Verdades evidentes como estas têm dificultado a aceitação das informações passadas por certos órgãos de informação e a acusação mútua da imprensa privada e pública. Quando se apresenta uma crítica negativa contra o governo, o jornalista é visto como servidor dos partidos de oposição. Quando se critica algum partido da oposição, o jornalista é conotado como servente do regime. “Uma autêntica confusão”. «No meio de tudo isso o jornalista é a bola».

O jornalista, no seu exercício profissional, define-se como uma personagem apartidária, aquele que dá o seu contributo na luta pelos valores humanos e outrossim no combate às injustiças. Prima pela defesa dos direitos humanos, lutando em defesa da justiça e da paz em favor dos que não têm voz nem vez. Em Angola todas estas reclamações dos direitos individuais são exigidas não apenas ao governo mas também aos partidos de oposição porque todos eles fazem parte da governação e têm em particular o seu espaço administrativo e o jornalista é através dos meios de difusão em massa torna-se a peça, o meio que leva os programas de ambos ao público, incentivando debates.

Contudo em Angola, a questão que se debate é tão complexa, que se torna visível a incapacidade do jornalista perante este equilíbrio. Razões como esta põem o jornalista em conflito consigo mesmo. Terá de ferir uma das partes, embora não seja este o lema da função jornalística. Deste modo, coloca-se a seguinte questão: será possível o exercício jornalístico, justo e honesto primando apenas pelo equilíbrio entre as partes em Angola? Isto é, exercendo com profundidade e seriedade a justiça e a verdade como uma força no cumprimento dos deveres de um jornalista, a favor do cidadão, sem discriminação de estatuto social, partidária, ou mesmo racial?

A questão do equilíbrio, no exercício profissional a nível dos média em Angola, é deveras complicado, porque é tão visível o teor da parcialidade e parece-me

extremamente difícil em Angola indicar jornalistas apartidários. Há sempre uma «mancha» qualquer ligados a uns e a outros não só apenas ao partido no poder como também em alguns partidos da oposição mesmo apesar de se justificar que os partidos de oposição não têm por lei o direito de uma cadeia de Televisão de Rádio ou de um Jornal. A falta de equilíbrio torna-se sensível quando por um lado o governo ou a autoridade patronal influencia o jornalista ao editar e noticiar apenas informações do seu próprio interesse, por outro, quando o jornalista, mesmo movido pela deontologia profissional, sente-se frágil diante de um poder instituído ou da obediência administrativa porque não deixa de ser pessoa e como conclusão acaba por ceder aos caprichos da vida.

A história refere-nos múltiplos exemplos de confluência entre a acção da comunicação social e a defesa dos direitos da pessoa contra as prepotências e arbítrios cometidos em nome do Estado ou dos grandes grupos detentores de todo um «arsenal informático».

Todos estes dados exigem uma capacidade do jornalista em Angola pugnar por equilibrar estas dimensões, primar pela justiça e pela verdade, transmitindo notícias sem discriminação nem favoritismos partidários, ou influências de classe.

“O jornalista estará atento aos riscos de uma discriminação propagada pelos media e fará o possível de não facilitar tal discriminação, fundamentada nomeadamente na raça, no sexo, nos hábitos sexuais, na língua, na religião, nas opiniões políticas e noutras de origem nacional e social.”(Ibidem) [80]

III Parte: O Jornalismo na Sociedade Angolana

11. O Jornalismo e o Livre Arbítrio

Grande problemática que denota o exercício profissional do jornalista em Angola, prende-se com o facto de muitos não agirem com liberdade e em liberdade. São totalmente condicionados com as orientações redaccionais e ordens editoriais.

A liberdade de expressão é um dos valores fundamentais da existência humana, e como Simone Weil sublinha, uma necessidade para o exercício pleno da inteligência. Uma forma de autoridade política ou outra, deve ser considerada avessa à procura da verdade, facciosa e obscurantista quando impede e persegue independentemente das formas que utiliza, a vida intelectual livre.(J.L.GARCIA,2009,58)

Angola e quiçá em várias partes do mundo o funcionamento dos serviços mediáticos leva, em momentos de decisão, a uma correspondência às autoridades. Todo processo realizado depende de influências embora se queira negar desta preposição verdadeira, seja nos órgãos de comunicação privados ou estatais em Angola. Mas torna visível, que apesar de qualquer influência, o jornalista pode primar pelo respeito por si mesmo. O mesmo se pode exigir para os jornalistas em Angola. Questões como estas constituem apenas uma das grandes dificuldades do exercício profissional do jornalismo em Angola, tendo em conta a liberdade que é invocada a cada jornalista no exercício da sua profissão. O mau uso do exercício jornalístico suscita diversas críticas porque o jornalista é defensor da liberdade e detentor da mesma, apesar de estar dependente de um patrão ou de um governo, seja ele tirano ou oligárquico ou mesmo democrático ou socialista ele é sempre ele «o Jornalista».

Em Angola, apesar de ser notório que o exercício profissional do jornalista em Angola ser rodeado de constrangimentos, que muitas vezes condicionam e limitam a possibilidade do mesmo a um exercício profissional pleno e livre, o jornalista não é um profissional de área de decisão própria. Pelo contrário, o jornalista possui um campo de liberdade circunscrito de diferente plenitude, consoante o meio, a empresa, a cultura profissional. Essa noção não é fácil de delimitar porque, sendo abstracta por natureza, a liberdade é, afinal, aquela que lhes concede o sistema.

“Longe de ser um absurdo, na prática, ela exerce-se num quadro definido que não deixa de manter espaços propícios a iniciativas, criações a inovações ou a escolha de oportunidades, permitindo ao indivíduo introduzir no seu trabalho uma parcela maior ou menor de elementos pessoais o que leva o jornalista a não ser ele mesmo no exercício da sua profissão.” (Cornu, Daniel,1999,100) [81]

Neste aspecto da liberdade que é totalmente diferente da liberdade de imprensa (J.L.Garcia,2009,58), encontra-se uma das grandes dificuldades do jornalista em Angola. O seu interesse pela justiça e, em certos casos, a dificuldade em exercê-la constitui uma das grandes problemáticas. Pode-se reiterar que o jornalista em Angola, apesar da dependência do seu ofício, tem capacidade e o direito de ser crítico de si mesmo, quando redige um artigo, modera um debate, escolhe a sua directriz retórica, o jornalista é, em larga medida, senhor da sua maneira de tratar os assuntos, do seu ângulo de ataque, dos elementos significativos que retém e da maneira de organizar, do estilo que dá ao seu artigo, da escolha do vocabulário. Estas diversas operações estão evidentemente sujeitas às condições gerais da empresa, às redes de influência que os

rodeiam. Mas o jornalista em Angola como em todo o mundo dispõe de um certo número de variáveis, entre as quais, a faculdade de escolher. Se a sua liberdade de acção tem limites, escreve-se num espaço suficientemente vago em que a sua identidade e estrutura profissional é apagada, o que lhe leva por conseguinte a exercer a sua tarefa longe da satisfação com que é merecida e sem um mínimo de autonomia e iniciativas. (Michel, Matheiam,1992,225) [82]

A falta desta liberdade por parte do jornalista em Angola dependente da linha editorial e da «craveira redaccional» que parecem-me dificultar a criatividade e iniciativa e a concretização do génio jornalístico no pleno exercício profissional, e, limitam projectos próprios que proporcionariam a promoção da paz e a reconciliação em Angola. O que leva à chamada de atenção aos patrões das empresas mediáticas a não dificultarem a criatividade de um sujeito próprio (jornalista) que resultaria no incentivo à promoção da paz e reconciliação dos espíritos contra uma obediência cega que beneficiaria apenas aos patrões interessados no lucro e na sua posição social.

12. O Jornalismo e a Crise

Os jornalistas em Angola encontram grandes obstáculos no exercício da sua profissão. A grande dificuldade em manter o equilíbrio e o livre arbítrio no exercício da profissão leva a determinadas reacções e, em consequência, a crises suscitadas pelos cidadãos ou mesmo pelos leitores mais assíduos da imprensa escrita.(Ibidem) [83]

Quando o jornalismo deixa de ser exercido de forma perene, justa, a favor da verdade, em prol do bem comum, gera reacções que pode perigar a paz e a reconciliação. Situações de género ao meu ver são patentes em Angola. Uma das grandes reacções é o descrédito dos serviços de imprensa em Angola seja ela escrita ou em técnicas radiofónicas e televisivas. Esta crise de credibilidade afecta a actuação dos media que se reflecte no mercado, e poder ser um alerta às empresas «mediáticas» para reforçar a análise das suas causa. O que lhes obriga a primar pela verdade justa, porque para isso servem os media e o jornalismo. Angola passa, neste momento histórico, por todas estas peripécias. Os jornalistas são aceites e também questionados.

De que servirá a um director ou chefe de redacção definir uma linha de orientação autónoma e isenta para determinado órgão de comunicação, se os jornalistas da casa cumprem missões definidas por entidades exteriores (partidos, agências de comunicação, empresas ou outras)?

O compromisso permanente do jornalista, traduz-se, afinal, na síntese possível – e variável, consoante as empresas e as publicações – entre a informação – mercadoria que circula num mercado específico e a informação – serviço, prestado aos cidadãos. Mas, infelizmente em Angola o jornalista, nem sempre honra a palavra, compromisso, que pressupõe uma manifestação, pelo menos, liberal de vontades, é a mais adequada para descrever a situação. Muitas vezes, existe imposição sem compromisso algum. Para que esse compromisso permanente se realize na prática é necessário que as empresas jornalísticas integrem nas suas estratégias, a par das noções de mercado, de vendas e de audiência, o conceito de credibilidade – credibilidade junto do destinatário, do receptor dos públicos.

Porém, diante desta crise de credibilidade de que é alvo o serviço mediático em Angola, pela falta de justiça que muitas vezes se constata, torna-se imperioso suscitar aos media angolanos e estrangeiros que lutam pela promoção da paz e da reconciliação nacional em Angola a responsabilidade da informação recta, justa e verdadeira, para que possíveis consequências não surjam como obstáculo ao exercício do jornalismo. Por este facto, em matéria de informação, toda a reflexão sobre a justiça deve partir de uma reflexão sobre a verdade, de modo que a crise da desacreditação dos media que já se vislumbra em Angola seja ultrapassado. Apesar de a verdade informativa ser relativa e plural, não significa que se deve entender como qualquer abdicação à procura da verdade.

13. O Compromisso Social do Jornalista e a sua Ressonância Negativa

O jornalista em Angola faz parte de uma classe educativa. É aquele a quem a sociedade olha, com veneração, admiração, e honra, pelo papel que desempenha na educação da sociedade não só na informação que proporciona muito menos no entretenimento que oferece.

O jornalista é mais do que isso para a sociedade angolana é um educador, político, historiador, um sábio, um mártir, é aquele que luta sem medição dos obstáculos para trazer à sua audiência informações de conforto, que proporcionam a paz, a harmonia, a tranquilidade. No que se refere à teoria do ciclo sociocultural “*que situa a empresa mediática num percurso de circulação da informação, pode-se dizer que a função principal do jornalista em Angola consiste em distinguir no seu meio ambiente o que lhe parece importante e transformá-lo em notícias. Opera como um filtro, num fluxo ininterrupto, efervescente e confuso dos acontecimentos, tenta distinguir o notável, cuja*

comunicação, na forma de notícias permitirá a cada membro do público reduzir a incerteza que sente em face do seu próprio ambiente em verdades recebidas.” (Robinson, Michael J., 1979) [84]

O compromisso social do jornalista em Angola constitui também um tema ingrato. *“Desde logo convida a um discurso moralista que contrasta com o ar desenvolvido dos tempos que correm e suscita desconfiança por parte de alguns políticos e de uma franja da sociedade civil angolana. O que muitos consideram como o seu exercício actual algo que comprometa a paz e a harmonia entre as várias sensibilidades políticas, porque a função do jornalista, segundo certos pensadores, já não agrada à sociedade civil e mesmo alguns políticos da oposição.”* (Traquina, Nelson, 1999, 99) [85]. Compreende-se porque são os políticos e a sociedade civil angolana que constitui o público e por conseguinte são os que sofrem na pele a distância que medeia entre as declarações de princípio altissonantes e a crueza de certas práticas quotidianas do jornalismo angolano, entre as gloriosas mitologias que sustentam a imagem pública da profissão e as realidades do seu exercício.

Os jornalistas são cidadãos e só lhes é possível compreender, caso queiram adoptar uma atitude comprometida com os valores universais do humanismo, empenhando-se na luta contra a tirania, a violência, o racismo, a fome, a miséria, o analfabetismo em Angola e tantos outros males que, desgraçadamente, não desaparecerão com o fim do milénio mas que se pode minorar. No entanto, a noção de responsabilidade social é o que se espera no exercício profissional do jornalista em prol da paz e da reconciliação nacional, e tudo isso afigura-se preferível ao conceito ambicioso de compromisso social para qual se deve lutar, para se justificar a ideia de missão por parte dos jornalistas em Angola.(Ibidem) [86]

CAPÍTULO III: PAZ E DEMOCRACIA NO HORIZONTE DOS MEDIA ANGOLANO

1. Os Media e a Democracia em Angola

Angola é um país que vem das agruras da guerra. A guerra sempre em toda parte criou situações não abonatórias a favor das democracias, e em Angola, não foi diferente. Só a paz se reveste deste espírito de liberdade democrática. Desta forma que o ambiente de paz em Angola facilitou, mudanças a nível da actuação dos meios de comunicação social podemos falar de um jornalismo angolano ao serviço da paz. Realidade que só vem afirmar uma das funções e vocações própria do jornalismo como um dinamizador da paz e da reconciliação do homem com os outros quando funcionam de acordo com os parâmetros que valorizam os princípios éticos. Todos estes dados estão de acordo com a realidade de que o nosso país viveu e está a viver. Para enfatizar que no tempo de guerra, o jornalismo era também exercido em ambiente de guerra, registando parcialidades exacerbadas. Já nos tempos hodiernos são nos visíveis algumas mudanças apesar do acento já posto nos capítulos anteriores sobre a «doença» em que o jornalismo em Angola está a passar.

Em tempo de paz, o jornalismo angolano também tem ganhado maturidade, prometendo dar mais passos rumo a uma maturidade mais perfeita e plena. Tendo em conta o cenário sociopolítico nacional, não se pode duvidar que os media angolano estão assumir outra postura nova que se vai coadunando com o contexto actual. O pluralismo de ideias vai sendo uma realidade. Este pluralismo vai confirmando uma luz verde da imprensa privada, que vai existindo, mas evoluindo com dificuldades e ambiguidades como já se enumerou nos capítulos anteriores.

Há uma grande necessidade de se compreender que quando se fala da imprensa privada fala-se dos media cuja retórica ou a filosofia de actuação é diferente, isto é, uma filosofia própria de uma imprensa que segue outros caminhos editoriais, separados da linha editorial dos órgãos estatais. Contudo, pode-se mesmo dizer que os dois tipos de imprensa não são antagónicos. Complementam-se mutuamente, pois os dois oferecem o quadro sociopolítico do país, quadro observado de ângulos diferentes porque só com a diferença se pode consolidar a democracia. No entanto, em tempo de paz, há mais abertura, há mais espírito de união, espírito de angolanidade, espírito que pode vir a constituir um incentivo aos jornalistas angolanos a surgirem como promotores da paz. Quando o país aposta na unidade nacional, na reconciliação, na democracia, na

reconstrução, reconhecem-se que a consolidação da paz está no horizonte e a imprensa deve prestar a sua colaboração positiva para que este projecto seja concretizado. Pelo que é habitual falar do jornalismo angolano em tempo de Paz, tempo em que todos devem estar em sintonia para que os meios de comunicação social, a nível nacional acompanhem devidamente tudo o que está a ser feito para que Angola continue a ser um rio de paz.

Conforme afirma Matumona (*Os media na era da Globalização*, 2009, 120), as mensagens que os profissionais dos media vão divulgando deve ir ao encontro das aspirações do povo angolano: a paz, democracia, bem-estar, progresso, desenvolvimento. Tudo isto exige dos jornalistas angolanos atitudes como coragem, patriotismo, brilho profissional, verdade, honestidade, transparência, equilíbrio, objectividade e optimismo, num futuro onde todos os angolanos terão uma palavra a dizer, e uma pedra por colocar nos edifícios que vão sendo construídos: o edifício da paz. Por isso no contexto actual, é possível falar dos media na luta pela consolidação da paz.

Todavia, fazendo referência ao jornalismo que se pratica ou se deve praticar, em tempo de paz, sendo este um dos factores que influencia a prática jornalística, reconhecemos que a harmonia oferece condições favoráveis para que seja promovido um jornalismo que participe na campanha da consolidação da Paz, como se observa no país embora a imprensa não actue com uma política direccionada. Este e outros elementos permitem-nos compreender como a paz é tão importante para um jornalismo sadio, um jornalismo mais livre plural e responsável. Quem teve uma experiência directa ou indirecta de guerra não apresenta dificuldades para reconhecer esta verdade: O Jornalismo em tempo de paz é totalmente diferente do jornalismo praticado em tempo de guerra. Esta questão remete-nos para outra realidade: A democracia. Com a paz, as condições são favoráveis para projectar e viver este sistema político mais ou menos perfeito. Neste mesmo sentido, nota-se que não se pode falar de uma democracia autêntica num meio onde são conhecidos os valores e as vantagens que a paz proporciona.

Neste contexto, a democracia também é condicionada pela paz. Por isso seria também justo registar e reconhecer que Angola foi um exemplo muito especial, uma vez que, em algumas fases da sua história mais recente, procurou promover a democracia, mesmo estando numa situação acentuadamente perigosa marcada por uma guerra

fratricida. E o jornalismo acompanhou naturalmente esta evolução. Por isso no contexto angolano, pode-se falar de um jornalismo em tempo de paz para um jornalismo que deve se adaptar ao ambiente da democracia. Aliás, é mesmo neste ambiente da democracia que se pratica o jornalismo plural e responsável na medida em que o jornalismo não deixa de surgir como um instrumento favorável para implantar, observar ou até consolidar a democracia.

Tendo e conta o que se disse acima, o jornalismo certamente assume outro figurino, uma outra filosofia que defende a tolerância, a liberdade, o pluralismo, sem, pois, atropelar os princípios jurídicos e deontológicos que orientam a profissão dos homens da comunicação. Em plena democracia, compete também ao próprio governo abrir-se à liberdade de imprensa, convidando os jornalistas a observar, escrupulosamente, tendo em conta a linha do direito e da deontologia, a liberdade de imprensa. Porém neste ponto, várias tendências procuram ler e interpretar as leis à luz dos seus interesses, perdendo às vezes, a coerência a objectividade, a imparcialidade, valores estes que devem ser incarnados pelos profissionais dos media, para não trair a sua consciência. Este dado é muito importante porque em plena democracia, infelizmente surgem ocasiões para transformar a liberdade em libertinagem, quando tudo está a ser mal interpretado. Analisando o facto noutro ângulo pode-se aceitar também que as diversas interpretações da lei e de outros dados não deixam de ser autêntica prova da própria democracia. Neste contexto, a liberdade de imprensa abarca muitas realidades, pois também tem a ver com a aprovação de muitos organismos e associações vocacionados para acompanhar a actuação dos governos e dos jornalistas defendendo os interesses, direitos e deveres dos profissionais da informação. Funcionando com um espírito abertamente democrático, os media, os jornalistas e os próprios políticos nada têm a perder. Antes pelo contrário, saem a ganhar e elevam a dignificação do jornalismo. (Touranie, Alain, 1994, 120-124) [87]

2. *A Imprensa Estrangeira*

A imprensa estrangeira constitui um dos problemas que em muitos momentos afectam, o jornalismo angolano e sem darem conta minam a paz e a reconciliação nacional em Angola. É por todos sabido que as potências mundiais continuam a comandar o mundo e a informação. Porém, é indubitável que hoje quase toda imprensa está praticamente dependente da dos serviços de informação do ocidente. As grandes potencialidades impõem aos povos menos desenvolvidos os seus pontos de vistas, os

seus ideais e valores nos acontecimentos mundiais. (Matumona, Muanamosi, 2001,64) [88]

Os meios de comunicação social continuam assim a ser uma poderosa arma ideológica. Os gigantes de informação como a BBC, a RFI (Rádio France Internacional), a Voz da América e outros canais, transmitem activamente para Angola e para outros países africanos, noticiam em reportagens especiais, realizando uma ampla expansão no domínio da vida dos angolanos. As posições das referidas emissoras, como um dos exemplos, em relação ao governo angolano, acerca dos acontecimentos, estão sempre dependentes directa ou indirectamente da orientação e interesses políticos dos seus respectivos Estados e não a favor de uma cobertura verdadeira e objectiva dos acontecimentos ou dos interesses da paz e reconciliação do povo angolano. As imagens que muitas cadeias de Televisão, mostram sobre África e Angola imagens sempre de miséria, desentendimento, constitui uma prova da má vontade de certos media estrangeiros na luta pela pacificação dos espíritos dos angolanos, impulsionando no estrangeiro uma imagem falsa do que se passa realmente em Angola, levando a revolta por parte do público angolano na diáspora.

A política informativa de muitos países ocidentais tornou-se parte inalienável do Ocidente em África. As potências ocidentais tentam garantir, a sua presença no continente, em particular, em Angola. (Ibidem,65) [89] Sobre esta problemática cito o desabafo de um dos estudiosos de comunicação social em Angola, o Padre Muanamosi Matumona que dizia: *“Em relação ao ocidente, pode-se falar de imperialismo informativo, na linha do sensacionalismo, que manifesta uma boa dose de pessimismo, surgindo como que uma autêntica manipulação da imprensa estrangeira. É muito normal que isto aconteça, pois é o contexto sociopolítico que determina a leitura, a interpretação, a avaliação, a visão de alguém pertencente a outra cultura, e radicado no exterior. Quando falta o bom senso, a objectividade e a imparcialidade, surgem factos desagradáveis aos olhos de um cidadão que conhece e que ama a sua pátria. Angola não foge a esta regra, pois tem sido também atingida pelo mesmo drama.”* (Matumona, Muanamosi, 2009,84) [90] E o Padre cita um dos exemplos da má vontade de algumas escritores e revistas estrangeiros que estudam os media em Angola: cita o livro de Carla Baptista com o título *Portugal no olhar de Angola*. O padre incentiva a ler este livro porque o considera uma das provas de quem dá opinião sobre o que não sabe, não vive, e não se confronta com a realidade do jornalismo angolano, diz ele: *“Cientificamente falando, é uma publicação que vale a pena ler, pois ajuda-nos a*

compreender como é que uma estrangeira interpreta e encara o nosso mundo jornalístico”. “Nota-se no seu trabalho, um certo pessimismo, fruto do seu objectivismo, bem marcado também por uma dose de preconceitos. Ao falar do Jornal de Angola, indirectamente, faz também referência aos restantes órgãos nacionais. Na sua opinião o Jornal de Angola, parece quase assumir uma relação de continuidade entre os espaços de Portugal e de Angola, seguro de que o universo não necessita de esclarecimentos introdutório para aceder ao sentido global das informações produzidas sobre Portugal. Tudo isso, conclui o padre, vem da falta de experiência e de contacto directo com os factos o que criando sempre uma visão desequilibrada da realidade em que tanto a autora em questão e outros tentam abordar.”(Ibidem) [91]

O Padre não parou, continuou a tecer críticas à revista *Além-mar*, dizia:

“O seu conteúdo ajuda o leitor a conhecer o mundo, acompanhando de perto a actualidade. Contudo, apreciando bem a filosofia da mesma publicação, pode-se notar que cai na rotina de sempre, como muitos órgãos de informação europeus que assumiram a vocação de falar sobre o continente africano. Neste contexto, são bem notáveis alguns complexos, preconceitos e, muitas vezes, a falta de imparcialidade e de transparência sem esquecer outras tendências negativas que se misturam com um pessimismo radical. E esse pessimismo pode ser considerado como resultado da falta de reconhecimentos seguros sobre a realidade africana, especialmente no que diz respeito a Angola.”

É este fenómeno que pode também ser apontado como um verdadeiro imperialismo informativo, um facto que consiste em deturpar, consciente e inconscientemente a verdade. Este é, pois um dos males que devem ser vencidos no contexto da comunicação social, mesmo que apareça com muita força evidência e regularidade. A sua persistência tem deturpado muitas verdades sobre a África em geral e Angola em particular. É um dilema muito grande que vai marcando a nossa sociedade, na sua articulação com os mass-media. O que foi dito aqui sobre a ética da informação relaciona-se com um dado muito concreto reportado pela já referida revista missionária (*Além-Mar*) análise sobre Angola, ao meu ver, não foi objectiva nem realista. A edição do passado, em 2007, num interessante artigo intitulado «*Os conflitos esquecidos*», encaixou uma matéria sobre Angola, referindo-se ao roteiro dos conflitos. Na referida peça, a revista *Além-Mar* analisou da seguinte forma a actual situação de Angola: “*Desde a independência de Angola em 1975, a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), reclama o direito à autodeterminação e mantém acções de guerrilha*

contra as tropas de Luanda. A situação não se alterou após o final da guerra civil Angola, em 2002.”(Os media na era da Globalização,2009,87)

“ Mesmo que a perspectiva fosse dos conflitos, não devia faltar no artigo pelo menos uma pequena dose de optimismo, tendo em conta as façanhas que os angolanos conseguiram neste último tempo. *Além-Mar*, apresentou de uma forma unilateral, e com um certo pessimismo a mistura de um quadro sociopolítico onde ninguém realiza quaisquer esforços; a imprensa estrangeira parece-me muitas vezes esquecer de que falar de Angola, hoje, é também, e sobretudo realçar que a paz foi reconquistada há sensivelmente na altura oito anos e muito vai sendo feito para que esta paz seja consolidada. É isto que muitas vezes ou na maior parte das vezes a imprensa internacional omite, por razões que a mente angolana e africana desconhece.” (*Os media na era da Globalização*, 2009, 88)

No entanto, é deveras vidente que os media estrangeiros, constituem um grande impulso na democratização do país e em consequência na «dinamização revolucionária positiva» a favor da paz em Angola. Torna-se um lado de outra face da moeda que facilita o conhecimento certo e diversificado do que se passa em Angola tendo em conta o carácter limitado e cobarde que os media estatais e privados em Angola denotam ser. Ajuda a conhecermos outro lado do país com informações muito mais equilibradas, destrói com informações e reportagens no terreno sobre determinadas realidades do país, o fanatismo doentio existente nos angolanos. Parece-me ter uma grande vantagem os media estrangeiros por terem correspondentes angolanos que viajam para determinados pontos do país onde os media estatais e privados se quer lá chegam para efectuarem um jornalismo investigativo.

3. A Liberdade de Imprensa, uma Problemática entre as várias Sensibilidades em Angola

A liberdade de imprensa em Angola tem sido motivo de debates entre as várias sensibilidades não só políticas mas também pela sociedade civil. Uns acreditam veemente que existe a liberdade de imprensa, um dado facilitador para a democratização do país e em consequência para a consolidação da paz em Angola. Porém, o problema da liberdade de imprensa, em Angola, continua como um dado merecedor de muita consideração, sendo matéria de discussões entre várias tendências que naturalmente, defendem posições diferentes. Nesta toada, regista -se logicamente, a ala que reconhece

e defende, com objectividade, as grandes mudanças positivas que o país já registou, desde 1991, quando foram assinados os acordos de Bicesse em Portugal. (ver anexo E)

No âmbito destas novidades, resumidas em grandes mudanças positivas, está incluída a comunicação social, reconhecida como um sector muito sensível e estratégico. Esta realidade surge como um dado positivo para um país, como Angola, que vai procurando saídas para se afirmar fortemente, no processo do desenvolvimento, que deve passar, seguramente, pela consolidação da paz e da democracia, sobretudo quando se fala, hoje, da reconstrução nacional. Nos debates e noutros tipos de reflexão sobre este tema, é justo apontar a experiência e a lucidez de muitos profissionais e estudiosos, que defendem e reconhecem, em várias circunstâncias, a observância da liberdade de imprensa, que vai dando largos passos, tentando apagar o passado.

Hoje parece não haver dúvida que determinados factos evoluíram substancialmente. Há sinais visíveis que confirmam a viragem histórica do jornalismo angolano rumo ao processo de democratização e da consolidação da paz em Angola. Um destes sinais é a ascendência da imprensa privada, considerada, indiscutivelmente como um elemento muito importante, que deve servir de premissa para contrariar as correntes que justificam a não existência da liberdade de imprensa em Angola. Entretanto, a tendência que realça a prática gradual da liberdade de imprensa no nosso país, tem de merecer, naturalmente, alguns reconhecimentos porque surge como uma posição sensata. Analisando o presente parece-me ser visível um novo quadro que inspira muita confiança quanto ao futuro da imprensa angolana tendo em conta a liberdade de imprensa e parece-me não haver razões, para alimentar um certo pessimismo sobre esta matéria, quando se fala da participação dos media em Angola a favor da democratização e consolidação da paz e de um serviço justo e equitativo à sociedade angolana. Tudo isto diz-se porque a história tem testemunha mudanças a nível da liberdade de imprensa e das variadíssimas actuações mediáticas em Angola.

A meu ver, penso que, em muitas circunstâncias os intervenientes nestes debates abertos e fortes nem sempre agem com objectividade, realismo e neutralidade. Falta algo para que estes cidadãos entrem com argumentos que primem pelo equilíbrio. Apesar de tudo, as diversas posições defendidas sobre a existência da liberdade de imprensa ou não devem merecer uma certa consideração, na medida em que confirma incontestavelmente, o pluralismo de ideia em que o povo angolano vai observando. Neste âmbito, seria oportuno e lógico sublinhar uma série de discussões que vão acontecendo na sociedade angolana. Diz-se mesmo que em Angola, não se pode falar,

actualmente, de um jornalismo livre, como muitos pensam, porque a liberdade de imprensa nunca se tornou uma realidade no país. E apesar de tudo, os órgãos de informação estatais nunca chegaram ao ponto de informar e comentar imparcialmente os factos nacionais. Segundo esta corrente, a imprensa privada deve merecer mais confiança em relação aos órgãos de informação estatais. É o que se vê, maior confiança, nos jornais privados e maiores audiências às rádios privadas em relação às estatais. E como já citei num dos pontos atrás e que se pode considerar como um dos exemplos: um jornalista da Rádio Huila teve problemas com o Governador quando pôs em debate num dos programas de rádio a situação da governabilidade daquela província. (Ibidem,195) [92]

4. O Código Deontológico e a Eficiência Jornalística a Favor da Paz

É essencial abordar a questão da ética neste capítulo, um valor primordial para o bom exercício do jornalismo: o jornalista deve pautar-se pelos valores morais e éticos, pois é um homem de prestígio em qualquer sociedade. Significa isso que o profissional dos media deve ter um perfil que se coadune com a sua identidade e com a fama que conquistou. Contudo, é justo reconhecer que esta projecção tem um segredo próprio, uma receita que é muito útil para o sucesso: a ética! É esta realidade que deve guiar a prática profissional do jornalista que, em primeiro lugar, deve assumir-se como homem, como cidadão.

Já na Grécia Antiga, os filósofos encaravam os valores éticos como elementos fundamentais para o homem garantir o seu bem-estar e a sua felicidade, em todos os sentidos. O pensador grego Aristóteles, um dos colunáveis da cultura e da filosofia grega, bem salientava que a felicidade do homem depende das suas capacidades e das suas virtudes e não das riquezas materiais, embora estas sejam também muito importantes para a realização humana. Sublinhava, ainda, que são importantes mas não decisivas. É claro que o jornalista está também abrangido por esta lógica. Como forma de positivizar este princípio no mundo jornalístico, admitiu-se, livremente, o «Código Deontológico», que não é outra coisa senão a aplicação positiva dos princípios éticos que devem nortear a profissão do jornalista (Bertrand, Claude-Jean, s/d.) [93] (refira-se que outras classes profissionais também têm o seu respectivo código deontológico). Este é um sinal visível da importância da ética na vida pessoal e profissional do jornalista.

Será possível imaginar um jornalista sem ética?

Como seria o perfil de um profissional que não considera os valores éticos? Como conceber um jornalista que não considera os referidos princípios? Certamente, não é possível porque a ética marca todo o homem, fazendo dele um indivíduo recto, livre e responsável. É neste contexto que se torna possível reconhecer a liberdade da pessoa humana. Daí, seria justo frisar que o jornalista é um homem que deve gozar de liberdade, para que seja responsável pelos seus actos, apostando sobretudo na verdade. É a verdade que liberta o homem. A ética jornalística encontra aqui os seus fundamentos: a verdade, a liberdade e a responsabilidade. De facto, a liberdade do jornalista é um assunto sério, importante e actual. Na falta da liberdade, dificilmente se pode falar da ética. E, nestas circunstâncias, também se torna muito difícil falar dos direitos e deveres. São todos estes elementos que orientam a vida do jornalista, ajudando-o a resistir, com lucidez e discernimento, perante a arbitrariedade, a injustiça e a manipulação, flagelos que frequentemente mancham a vida de muitos profissionais da comunicação social. Por isso, é urgente e indispensável que os valores éticos sejam escrupulosamente observados na área do jornalismo.

Isto é oportuno e viável, mesmo nesta era moderna, em que o homem corre constantemente o risco de relegar a moral e a ética para segundo plano, encarando o jornalista como uma mera máquina, simples objecto e não uma pessoa humana. Perante este dilema, só a ética pode salvar o papel e o perfil do jornalista(In,JD,2005) [94].

Por isso, é urgente, a nível de Angola a elaboração do Estatuto do Jornalista e do Código Deontológico para os jornalistas. Sobre o assunto, já se falou muito. E ainda vai se falando, dada a sua importância. É claro que o país já conta com algumas instituições que velam pela boa prática de jornalismo. Nesta linha figuram principalmente a UJA (União de jornalistas Angolanos) e o SJ (Sindicato de Jornalistas), que podem dar o seu contributo positivo para a definição desta questão urgente e necessária.

Aliás, as condições jurídicas já estão criadas para que sejam elaborados instrumentos válidos para avançar com a elaboração do Estatuto do Jornalista e do Código Deontológico, à luz da nova Lei de Imprensa.(Lei de Imprensa,art.21º/2006 [95] E, para a realização deste plano, seria normal consultar, em primeiro lugar, a Lei de Imprensa Portuguesa, e outros diplomas legais do mesmo país, como o Estatuto do Jornalista (aprovado pela Lei nº1/99, de 13 Janeiro) e o Código Deontológico de

Jornalista (aprovado em 4 de Maio de 1993).(Lei de Imprensa e Estatuto do Jornalista/1999) [96]

5. *As Tecnologias de Informação em Angola e a Paz* [97]

Este tema é deveras exaustivo, devido à hegemonia das tecnologias de informação na dinamização política, económica e social em Angola.

A humanidade continua a registar mudanças significativas e vertiginosas, dando provas de estar na chamada era da informação. Isto porque os media vão ganhando um espaço cada vez maior na vida social e no quotidiano do homem contemporâneo, confirmando-se como o quarto poder e para uns o primeiro poder. Tudo isso, não deixa de ser resultado da evolução gradual e brutal da tecnologias de informação que passaram a ser indiscutivelmente, uma referência obrigatória aos nossos dias. É também esta gama de maravilhas o chamado processo da globalização, que fez com que o mundo passasse a ser como uma pequena aldeia, já que se encontra agora, ligado apenas por uma rede que realiza, tecnicamente, a grande magia do mundo actual, que avança também mediante os cânones da inteligência humana e da ciência moderna, que ultrapassam todas as crenças desprovidas de qualquer sentido, por ignorarem sobretudo, a evolução e o progresso da sociedade. Neste contexto, o papel e a figura do jornalista nunca são esquecidos. Antes pelo contrário, o homem da imprensa sente-se engajado nestes desafios, que deve assumir com competências, firmeza e inteligência, acompanhando atentamente o rumo de uma humanidade rica em mudança, e encontrando todos os meios para dominar a tecnologia de informação com todas as suas novidades e complexidades.

Entre as várias camadas sociais, a classe jornalística aparece como aquela que está numa situação privilegiada pois os seus utentes, sentem de uma forma imediata e directa, os efeitos desta grande maravilha, que marca o nosso mundo globalizado e moderno, que continua e continuará a necessitar do concurso de jornalistas. Entre os grandes benefícios que esta Era proporciona aos jornalistas, está o papel das fontes que hoje se resolve com todas as facilidades e rapidez, especialmente com o uso da internet. Trata-se de um sistema que veio revolucionar de uma forma radical o mundo dos media, especialmente no que diz respeito às fontes da informação.

Este facto veio promover e incentivar o jornalismo de secretária, o jornalismo cómodo, que muitas vezes dispensa outros mecanismos mais pesados e complexos para recolher informações. Por isso, o jornalismo todo o terreno, que tem a preocupação de

averiguar *in loco*, vai impedindo a sua influência, alterando, substancialmente, a prática do jornalismo e toda a sua filosofia em geral. Seria, pois, lógico reconhecer, com facilidade, realismo e humildade, que o jornalismo actual é muito mais evoluído, pelo menos em termos de tecnologia, o que em contra partida, reduz a criatividade do jornalista. Mas isso, não é nada estranho, pois é um facto muito normal que confirma a lógica da própria vida humana condenada a registar e a aceitar mudanças de vários tipos que ocorrem na história.

Nestes tempos passados, certamente, o jornalismo conheceu momentos diferentes e mais duros, onde a técnica rudimentar, foi a sua constante, que os jornalistas daquela era provavam para realizar a sua profissão. Por isso, podem ser considerados como grandes heróis da imprensa. Há um dado bem adquirido que merece ser realçado: a sociedade actual angolana está totalmente marcada por uma cultura moderna. Pelo menos, é este o princípio que tem sido defendido especialmente pelos sociólogos e antropólogos, que nunca se cansam em pôr em relevo a questão das mutações profundas e vertiginosas que o homem contemporâneo vai apreciando.

Evidentemente quando se fala de mutações sociais, faz-se referência à cultura como um todo, abarcando, assim, todas as realidades que circundam a sociedade. E, neste leque, encontra-se também o jornalismo que não escapa, de jeito nenhum, às vicissitudes que a humanidade em geral vai registando. O jornalismo fica assim atingido, porque está bem inserido na sociedade e fá-lo funcionar como uma instituição, uma arte, uma ciência, um carisma especial. Daí a complexidade deste fenómeno chamado jornalismo. Por isso, sendo também algo cultural e político, vai assumindo o seu papel com toda a naturalidade e eficácia, inserindo-se em cada contexto onde ele é praticado. Por isso surge em grande plano o pluralismo em termos de estilo, política, filosofia, gestão e tecnologia, ensino, etc., que marca assim as diferenças num mesmo mundo que se define, na perspectiva sociológica, como moderno.

Há razões para reconhecer a sociedade actual como protagonista de um jornalismo moderno: uma prática que vá mudando consoante o espaço e o tempo, em todos os sentidos. Neste contexto é de destacar alguns sectores mais sensíveis que estão a influenciar, substancialmente, este fenómeno: a tecnologia, a política e a economia. São três elementos fundamentais para a prática do jornalismo, em qualquer ponto do planeta.

Quanto à tecnologia, depois da cultura linotipista (do chumbo), deixou de ser um problema, um entrave à vitalidade da comunicação social. Tudo ficou ultrapassado com a globalização que teve também a sua origem no progresso frenético das tecnologias,

dos meios de comunicação e da informação. Assim sendo, uma das notas do jornalismo moderno assenta neste progresso tecnológico que veio facilitar a prática. A este elemento junta-se o outro: a Política, que também vai favorecendo uma nova cultura de comunicação uma cultura que acata os princípios da liberdade de imprensa, promovendo assim, um jornalismo democrático, imparcial, plural e livre. Embora esta visão não seja absoluta, a verdade é que está a ser muito saliente o ambiente de liberdade no qual evoluem os media, nos nossos dias em Angola. (Matumona, Muanamosi, 2009, 57) [97] Numa sociedade onde a democracia vai ganhando cada vez mais espaço considerável, é lógico considerar também a liberdade como mais uma nota do jornalismo angolano moderno. Finalmente, a economia está também na ordem do dia, pois a visão empresarial dos media está a ser uma realidade. Situa o jornalismo na linha da indústria, empresa, negócio, etc. Daí a corrida aos lucros (Directora da LAC; O importante não está apenas no valor que dão à rádio LAC mas a economia que a rádio precisa para sobreviver. «Para dizer que ninguém é forte com a barriga vazia» (Ver anexos A , Entrevistas), e a equação do problema da gestão dos meios de comunicação social.

Angola vivendo numa era da consolidação da paz e da democracia, está a viver também esta experiência do progresso tecnológico, da abertura política, da visão empresarial dos media, da corrida aos lucros. Isto é muito positivo, quando estes elementos são bem geridos. E trata-se de uma realidade que nos leva aceitar, piamente, que o jornalismo que se pratica, actualmente em Angola, é também um jornalismo moderno. Um jornalismo que continua a procura de melhores dias, para servir, com êxitos positivos, o seu público. Nesta linha, não há qualquer razão para alimentar o pessimismo ou o desespero quanto ao futuro. Tudo está em aberto, pelo que é justo acreditar que melhores dias virão para o jornalismo angolano não apenas no exercício das suas «funções» mas propriamente na luta encena para a consolidação da paz em Angola e a reconciliação plena do povo angolano.(Ibidem,63) [98]

6. *A Internet e o Jornalismo Electrónico em Angola: um Perigo à Paz?*

Os Sociólogos nestes últimos tempos, têm colocado interrogação pertinente sobre o destino da humanidade. Esta preocupação não surge do vazio, pois é fruto de uma experiência peculiar, marcadas por muitas e profundas mudanças sociais, no âmbito da modernização, processo este que se vai configurando noutra realidade actual, fascinante, complexa, chamada globalização.

As maravilhas que vão sendo protagonizadas, neste sentido, não são obras do acaso. Antes pelo contrário, espelham muito bem o alto nível de evolução que o homem atingiu, pois a sua criatividade está a conceder-lhe facilidade para dominar e comandar o mundo na base de uma sabedoria invejável e de uma ciência muito avançada, própria do século XXI. Entre os resultados palpáveis da arte desta era, figura o progresso das tecnologias de informação e da comunicação, uma das notas salientes da globalização, que representa o progresso vertiginoso e radical dos media.

Por isso, é justo reconhecer que a era da globalização está na senda da era da cibernética, era da modernidade, que desenhou a sociedade da informação, onde o jornalismo ganhou nova fisiologia. Por isso, aceita-se, com realismo e convicção, que a globalização veio revolucionar os media, que se apresentam, hoje, como um universo muito complexo. É, justamente, este facto que confirma um dado: o jornalismo é também uma realidade social, e portanto dinâmica. Assim sendo, reconhece-se, com naturalidade que o jornalismo de ontem não tem nada a ver com o jornalismo de hoje, suscitando, assim, uma curiosidade sobre o que é e como será a prática de amanhã.

Para já, atendendo à própria filosofia que está a ser propalada e vivida, como fruto da própria globalização e modernização, não há dúvida de que o jornalismo vai continuar a registar mudanças que vão desenhar um novo mundo dos media, cujas bases são as maravilhas que a sociedade está a produzir. Entretanto, este enquadramento dos media, no contexto actual está sempre dependente do progresso tecnológico que a globalização está a registar e a realizar. E as consequências e influências são muitas e fortes: A internet, por exemplo, é hoje um instrumento indispensável na prática jornalística. Com todas suas vantagens atira o jornalismo angolano para um certo relaxe, na medida que proporciona facilidades ao jornalista que, com esta maravilha vê também melhorada a qualidade do seu produto.

Mas a internet, não é um único sinal desta abertura à modernização e globalização. Há outros canais de comunicação que têm ajudado os jornalistas em Angola, como a arte gráfica que também atingiu certo patamar, próprio de um tempo como este, que é tempo de grandes novidades, que estão a ser benéficas para os meios de comunicação social, em muitas vertentes: a rádio, a televisão, a imprensa escrita e a fotografia vão coabitando no exercício profissional dos jornalistas em Angola, contrariando a tese que vaticinava o fim ou o fracasso de todos os meios de comunicação social, em detrimento da internet. Em Angola como em muitos países a experiência está a provar uma realidade que muitos não previam: a coabitação dos

media tradicionais com os novos, quando os primeiros vão acompanhando a evolução da tecnologias, apresentando o positivo que ela proporciona (ver Figura 1).

Depois desta abordagem muito generalizada há que abrir o caminho para uma reflexão mais assentada mas prática da realidade angolana.

Com estas considerações, é muito justo e oportuno reflectir sobre a realidade angolana, quando se sabe que a nossa sociedade está também a mudar, não fugindo à lógica da sociologia das mutações. Por isso, actualmente, se fala tanto de Angola nova, de Angola moderna, de Angola democrática, de Angola de paz, de Angola em reconstrução, de Angola rumo ao progresso, enfim de uma Angola plenipotenciária. Significa isto, que é um país que está acompanhar os ventos da globalização e da modernização. Nesta sequência, é de considerar o recurso às novas tecnologias da informação e comunicação pelos media angolanos. A sua abertura à novidade confirma que as fadas da globalização não são mitos para o jornalismo angolano que, pelos visto está muito bem preparado para assumir os desafios que se impõem na sociedade hodierna, acompanhando, com equilíbrio, os ventos da globalização. No meio de tudo isto, é oportuno reafirmar que a nova tecnologia de informação está a ser facto nos media nacionais. (Ibidem,65) [99]

Ainda no âmbito do progresso vertiginoso que a sociedade vai registando, regularmente, é de sublinhar umas das grandes e últimas inovações no campo da comunicação social: o Jornalismo electrónico, que é, puramente, uma obra-prima no final do século XX, e que vai também dando passos gigantescos neste século XXI, interrogando, seriamente, o futuro deste modelo em particular, e dos media em geral. Trata-se de uma prática que vai ganhando terreno, despertando interesses apenas num grupo de indivíduos que possuem horizontes mais vastos. Significa isso que este tipo de jornalismo, embora muito prático e sofisticado, ainda tem um raio de acção mais ou menos limitado. Mas, conta com muitos aderentes. No entanto, não seria uma anedota salientar que esta realidade é, ainda, desconhecida por um bom número de cidadãos, sobretudo os que vivem em cantos mais afastados do Terceiro Mundo. Mas não é só naquelas paragens, pois, mesmo nos países desenvolvidos, encontra-se gente que também não faz caso ao chamado jornalismo electrónico.

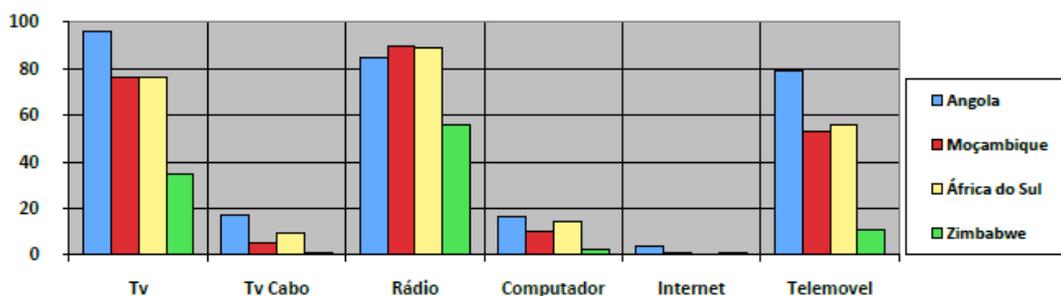


Figura 1 – Prevalência de equipamentos de Comunicação na África Austral (Meyers, 2009); o Desenvolvimento dos novos Media em Angola e a sua potencialidade na região Austral

Este modelo oculto, a muitos, surge como um novo meio de comunicação e de prática jornalística, resultado do avanço das tecnologias de informação, muito marcadas pela internet que oferece uma qualidade de comunicação muito excepcional. Curiosamente, a internet, não foi originalmente concebido como sistema de comunicações globais, pois surgiu a partir da década de 60, no âmbito dos projectos informáticos lançados pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América. Os seus promotores entravam, apenas, com o objectivo principal de permitir que cientistas e investigadores ligados à área de defesa compartilhassem informações que residissem em computadores espalhados por vários Estados, tornando-os desta forma mais inteligentes. Com o decorrer do tempo, evoluiu muito, em todos os sentidos, deixando de ser um meio elitista, para se tornar num meio mais ou menos popular. O Jornalismo aproveitou bem estes saltos, pois o recurso à internet, veio facilitar o exercício das funções, mesmo com algumas consequências menos positivas (caso do comodismo que vai instalando no mundo jornalístico). Nesta sequência é de realçar também a promoção do jornalismo online, que está a ter um grande impacto, sobretudo nas sociedades mais desenvolvidas.

Em Angola, esta cultura online, está a conquistar o seu lugar, na medida que já conta com alguns jornais exclusivamente electrónicos e outros que se editam em duas versões. *O onpaper e online*. Entretanto, a maioria do público vai mais para as edições *onpaper*, uma vez que ainda não têm gosto nem acesso as edições electrónicas. A edição *online* de um bom número de órgãos de informação nacionais, partindo da rádio até à televisão, passando pela imprensa escrita, não deixa de ser uma grande referência. É um dado que confirma a revolução tecnológica no jornalismo angolano. A esta marca junta-se ao facto de muitos angolanos ganharem a cultura cibernética, achando possibilidade, vontade e habilidade para navegar pela internet. Com isso, não há qualquer dúvida de que a informática está a marcar uma nova página na história do jornalismo angolano.

Entretanto, especialmente no plano internacional, os peritos estão bem empenhados no estudo de várias questões que este tipo de jornalismo levanta: problemas relacionados com o direito, a ética, a audiência, e outros de ordem sociológica. Decididamente, está-se perante um novo modelo de jornalismo que confirma o progresso e o futuro risonho dos media, já em pleno séc.XXI que sem dúvidas o jornalismo angolano só sairá a ganhar. (Ibidem,65) [100]

7. Os Media Angolanos e a Política para a Paz

A política informativa angolana precisa de encontrar bases para definir, de uma vez para sempre certos princípios no sentido de proporcionar aos angolanos uma informação justa e verdadeira nesta época a favor da paz e da reconciliação nacional. Neste caso, o alvo é a Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC). Um termo reconhecido a nível internacional, que apresenta um conjunto de problemas que afecta também o país. Daí a justificação do termo «Nova Ordem Nacional da Informação e Comunicação» (NONIC): trata-se da filosofia da NOMIC, mas aplicada no contexto nacional.

Não há dúvidas: o progresso dos media angolanos implica, necessariamente, uma Nova Ordem Nacional da Informação e Comunicação. A nível internacional, o lema foi projectado em Setembro de 1973, quando o Plenário do Movimento dos Países não Alinhados, reunidos em Argel, utilizou pela primeira vez a expressão «Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação, como aglutinadora de conceitos que amadureciam em reuniões internacionais desde meados dos anos 60. De então para cá, a formulação adoptada encontrou eco em todo o mundo, especialmente, nas regiões em vias de desenvolvimento, e materializou-se num conjunto de iniciativas que alteraram as condições de circulação entre países e continentes.

A razão fundamental é o equilíbrio existente, também em termos de informação e de comunicação entre países desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento, com especial incidência entre as antigas grandes potências coloniais e as respectivas ex-colónias. Estes dados históricos levam-nos a tecer interpretações e elaborar juízos a favor do bom e do recto uso dos media angolanos a favor da paz.

8. A Problemática dos Media e a Paz

No contexto angolano, os desafios são semelhantes. A diferença reside, apenas no campo da sua aplicação e interpretação. Se a nível mundial o objectivo é o equilibrar a

situação dos media entre os países mais desenvolvidos e os subdesenvolvidos, a nível nacional, o problema será pois, de estabelecer o equilíbrio entre a cidade capital (Luanda), apontada como centro da civilização e centro dos media do país, e as restantes províncias que ainda não conheceram, cabalmente, os ventos da modernidade, vivendo em situações muito críticas, própria do Terceiro Mundo, o que muitas vezes constitui um grande perigo para a efectivação da paz. Tudo porque se os media angolanos constituem uma força para a transmissão de informação com teor formativo este povo recôndito sem estas informações nunca estará em sintonia com a realidade do país e os passos que o país vem dando a favor da paz e a sua evolução no plano da reconciliação nacional. A título de exemplo numa das zonas do interior em Angola onde trabalhei como missionário, uma sede de um dos partidos de oposição foi pilhada, e os funcionários ameaçados a sair daquela área. As causas são visíveis; aquele povo não tem sido informado pelos media sobre a irmandade angolana muito menos educado pelos meios de comunicação sobre a política e a democracia como um novo regime político instaurado a favor do próprio angolano.

É necessário este equilíbrio dos serviços mediáticos centrados apenas em Luanda, pois visa a quebrar a hegemonia da cidade e a adopção de uma linha programática a nível de informação e formação baseado nos media que favoreça a liberdade de imprensa e outras exigências do direito e da tecnologia na formação dos menos informados como é o caso dos que vivem nas zonas mais suburbanas.

Aquando da independência, exigia-se a «descolonização da informação» e o estabelecimento, neste campo, de nova ordem mais justa. Na hora da democracia que procura afirmar-se, contra o analfabetismo através de projectos educativos de reforma surge como meta essencial para a formação e implantação da nova política informativa e formativa no país, que deve ter possibilidades de planear e criar as suas estruturas de comunicação de acordo com as necessidades do desenvolvimento nacional. E este aspecto reforça-nos a ideia de que Angola não deveria ter «medo» que algumas rádios atingissem mais populações em ondas curtas, não é justo que seja apenas a Rádio Nacional, porque a sua linha editorial (ver anexo B) e os seus programas pode até em muitos casos não serem ouvidos nem aceites por outras sensibilidades. Os jornais não são por todos lidos, porque ainda existe um alto nível de analfabetismo em Angola, e um número maior dos contribuintes à democracia em Angola e à paz, ouvem Rádio. Facilitando esta política respeita-se o público e o cidadão, mas concretamente a sociedade civil que contribui para o exercício da democracia em Angola. Negá-los à

diversidade informativa, é negá-los à liberdade e à vida democrática que todo o angolano almejou e lutou para conquistar.

Por isso, é absolutamente lógico que se avance com a Nova Ordem de Informação e Comunicação. Isto é tão urgente e necessário. Esta nova ordem pode tornar-se numa espécie de etapa decisiva de democratização do país que está em curso.

O objectivo principal da concepção da NONIC que deveria estar já na forja, consistirá em modificar a situação existente no território nacional. Neste âmbito, exige-se que a informação que se recebe e se difunde tenha em conta os interesses sociais, políticos, nacionais e internacionais, que respeite a peculiaridade e a sensibilidade da cultura angolana, que favoreça o seu progresso político e contribua para o desenvolvimento das estruturas, sem esquecer a afirmação da democracia e do sistema multipartidário.

Estes objectivos implicam esforços para defender e promover o sistema nacional dos media e reforçar a sua estrutura. A reestruturação de todo o sistema de troca de informação para uma base mais justa e democrática é indispensável. A aplicação dos princípios da NONIC surgirá, pois, como resultado das profundas transformações da correlação de forças na arena nacional.

Neste âmbito será necessário estabelecer normas que levem o país a assegurar uma situação na qual os seus meios de comunicação social contribuam para salvaguardar e fortalecer a unidade, a paz e a reconciliação nacional, garantido ao país o direito ao desenvolvimento livre e independente, a eliminação de todas as formas de opressão, desigualdade e sensacionalismo.

Seria também necessário que a informação se tornasse um autêntico instrumento de desenvolvimento nacional, pois os meios de comunicação social desempenham o papel primordial na via da sociedade, contribuindo para o progresso técnico e para o florescimento da personalidade de cada cidadão ao ponto de lhes criar uma consciência crítica que prime para a defesa dos interesses nacionais e da unidade do povo angolano independentemente da cor política, do credo religioso e da raça.

Todavia, há, ainda outras metas. A nível nacional, Luanda não pode, vitoriosamente, enfrentar sozinha os desafios da informação nacional. Na imprensa nacional é indispensável a existência de uma série de delegados ou correspondentes dos órgãos da informação em todo o país, para que se possa alargar a informação local e nacional, embora já em alguns órgãos de informação privados vêm a ser visíveis estes «ventos». Mas, essas estruturas regionais devem beneficiar de apoio constante e

suficiente do governo para se atingir o equilíbrio desejado. Por isso, a distribuição do material e do pessoal, verbas e a mudança da mentalidade das autoridades políticas e dos jornalistas devem ser elementos a considerar, para levar avante os processos inseridos no domínio da NONIC.

A instauração de uma nova ordem não se impõe apenas para corrigir o desequilíbrio. Ela tem haver igualmente com o tipo de informação que circula à escala universal e a sua relação com os interesses de quem a consome. As estruturas de comunicação devem obedecer às necessidades e aspirações do povo angolano que necessita de paz e de progresso. A evolução das estruturas políticas e da tecnologia da comunicação deve marcar também o jornalismo angolano que durante muito tempo se situou entre a guerra e a paz, entre o medo e a coragem, entre o desespero e a coragem. Porém, a evolução, particularmente clara da democracia parlamentar em matéria da informação deve incrementar e aprofundar as transformações que terão de atingir os próprios princípios que regem a imprensa.

É devidamente sabido que ao longo dos séculos a tendência geral que se tem manifestado tem sido a de democratização da informação. Daí a reivindicação da NONIC para proporcionar ao país os meios materiais e humanos para produzir e difundir devidamente as suas próprias informações. Este projecto surge com fundamentos sólidos. Tem também a ver com a evolução e a afirmação da imprensa privada, que tem um papel preponderante no processo de democratização e consolidação da paz no país: **novos títulos, novas emissoras e novas cadeias televisivas independentes são passos esperados, cuja realização dará um novo rosto ao quadro dos media angolanos.** Não ignorando no entanto, a evolução já feitas neste campo embora estejam a maior parte destes órgãos privados confinados em Luanda em FM, e não funcionando em Ondas Curtas, o que põe apenas o povo de Luanda informados como se fossem os únicos cidadãos com direitos de ter diversidades informativas e outros cidadãos do mesmo país e do mesmo território vivendo no interior do país e em outras zonas mais recônditas serem negados o mesmo direito.

Nesta campanha Angola deve abrir-se, reforçando contactos e diálogos com os países amigos para uma cooperação justa e troca de experiências neste domínio da expansão dos media seja a televisão, a Rádio pública e privada em toda a extensão do território. Portugal e Brasil poderão até ser os primeiros parceiros, pois existem laços fortes entre os três países por razões históricas e culturais. Também não se pode esquecer que tanto Portugal como o Brasil estão hoje muito ligados ao mundo rico,

mundo mais desenvolvido, que pode por eles ser mobilizados para a cruzada de desenvolvimento de Angola na área da diversificação informativa e a efectivação de emissoras privadas em todo o território angolano. Angola tem muitas, cidades com rosto de uma guerra recente com infra-estruturas partidas e cidades empobrecidas, não pode continuar. Tem de se trabalhar para melhorar e desenvolver o país e desta revolução dependerá também do papel e do desenvolvimento dos mass-media angolanos e da educação que estes podem prestar em toda a vasta zona do território angolano.

Um ponto importante também a considerar no quadro da NONIC é **o da formação de quadros de imprensa nacionais**. Os jornalistas angolanos precisam de uma formação sólida e adequada em todos os sentidos. Aliás, o processo da educação-ensino é permanente e dinâmica. Todo o intelectual necessita de se formar e actualizar. Neste mundo que está em plena mutação, o jornalista angolano é chamado a acompanhar a história do seu país e do mundo em geral. Este acompanhamento será mais eficaz e mais frutuoso com a formação intelectual, moral, profissional, política que deve figurar entre as preocupações prioritárias do jornalismo angolano.

Aliás, uma formação integral e coerente ajudará os profissionais da comunicação social angolanos a apresentar um perfil credível, que vá ao encontro das exigências do público e do mercado. A realização deste plano passa pela **criação de mais escolas de jornalismo** (com um currículo aceitável e completo, em todos os níveis, e noutros pontos do país, além da cidade capital) e pela organização de seminários e cursos intensivos de formação.

9. A Paz como Ocupação dos Media

É de extrema importância levar à consciência dos jornalistas e dos funcionários dos órgãos de informação à responsabilidade pela implementação da paz como uma das obrigações dos media. Tudo que os media vêm fazendo através dos serviços prestados pelos jornalistas, os sacrifícios consentidos pelos jornalistas, os martírios, as prisões, os raptos são sinais mais que evidentes que uma ou mesmo a maior preocupação dos media é o fomentar a paz a unidade entre os povos que vivem e partilham do mesmo espaço global. Como em muitos casos um serviço mediático mal exercido pode incentivar a outras reacções que não contribuam de forma alguma para a pacificação dos espíritos muito menos pela dinamização de um ideal comum de paz e reconciliação entre os povos.

Desta forma, a NONIC deve aproveitar o facto de os meios de comunicação social possuírem capacidade de fomentar a violência, a guerra, a injustiça e de promover a paz. Aliás, convinha que o seu poder servisse para uma educação para a paz. Em Angola, no âmbito da NONIC, a imprensa deve trabalhar no sentido de educar os angolanos para a paz, num país que esteve durante muito tempo atormentado por uma guerra que dividiu os angolanos. A ética deve intervir, para que seja promovido um jornalismo objectivo e interessado na consolidação da paz, cumprindo com as exigências da educação da paz.

O principal objectivo deste tipo de educação é **substituir a lógica e a ética da competição, da divisão, da intolerância, das facções ou blocos, pela lógica e ética construtiva da cooperação, do encontro entre as pessoas, do diálogo e da interdependência dos povos**. Para educar verdadeiramente para a paz, não basta libertar as pessoas das coações e opressões externas mas capacitá-las, sobretudo para assumir a sua própria liberdade, tornando-se livres para qualquer coisa, como a participação para a construção de um mundo melhor e mais humano. Aliás, a educação para a paz é uma educação global.

Nesta perspectiva, os media devem ter também a função de educar para a tolerância, para a isenção, para o diálogo, para o discernimento crítico, para a colaboração, para a participação.

A educação para a paz é uma caminhada com objectivos, etapas, estratégias, métodos; por isso, é um processo educativo que os media devem seguir. Trata-se de um processo global numa primeira fase, ausência de guerra. O fim da guerra significou o princípio da paz. Os meios de comunicação social neste contexto, devem agir ensinando os cidadãos a ultrapassar os conflitos e as lutas, a crescer no saber enfrentar os problemas e a ultrapassá-los de forma pacífica. A educação para a paz deve quebrar a indiferença que se instalou nos angolanos quando estes se confrontam com problemas. Os jornalistas devem ter muito a dizer neste âmbito.

Educar para a paz é a abrir-se para uma formação global que exige o despertar da consciência e das aptidões requeridas para construção de uma sociedade ideal. É necessário adquirir conhecimento sobre temas como armamento, sistemas políticos, os problemas de desenvolvimento, a violência, a ética, a moral, etc. O jornalismo em Angola deve assumir este desafio, pois as acções, a forma do contexto cultural em causa, e os órgãos de informações são, sem dúvida, lugares privilegiados para uma educação para a paz. Sem este tipo de aventura profissional que se pode considerar como um dever, a sociedade angolana correrá ainda riscos sérios para a manutenção

desta paz conquistada com muito sangue, perdas humanas incalculáveis e esbanjamento da riqueza contra o enriquecimento do próprio angolano.

A estratégia de paz deverá sempre assentar na arte de persuadir e não sobre a ameaça, procurando a consulta das partes em conflito em vista à reconciliação, redução das diferenças e melhoramento da compreensão mútua. Com estas linhas mestras, cada jornalista Angolano pode viver e conceder a paz, promover uma cultura da paz em alternativa da paz em alternativa à cultura da violência.

Há razões para a imprensa angolana educar o povo para a paz, pois a paz é um valor moral. É uma escolha de vida e um agir. Está na diversidade dos valores morais, o que dá ao homem na sua individualidade como na relação social as condições da sua realização e da sua prosperidade. Abre as portas da sociabilidade e do amor. É um bem porque ela é essencial ao homem que procura a plenitude da vida. Permite ao mundo existir e continuar a existir para uma grande felicidade da humanidade.

O homem de paz transforma o mundo para harmonizar. Promete uma cultura, uma tecnologia, uma ciência, uma economia, uma política, que respeitem a dignidade humana e assegurem o desenvolvimento da humanidade. O seu trabalho não prejudica o mundo, nem os outros, mas humaniza-os e torna os homens mais fraternos. (Milandou, Anatole, s/d,45-46) [101]

O caminho da paz radica essencialmente na atitude humana da liberdade e na sua actuação pelo bem, pelo amor pela justiça e pela verdade. Mas, a promoção da paz deve mobilizar cada vez mais toda a energia dos jornalistas para ganhar a capacidade de intervenção na opinião pública. É um desafio sério. Sabe-se que parar isso, é necessário conhecer bem a situação, a nível nacional e internacional. Os problemas da guerra e da paz são muito complexos. Mas a paz é um dom. Para convertê-la em experiência viva é necessária a participação activa do jornalismo angolano nas estruturas que possam promover iniciativas de paz a curto e médio prazo para solucionar os problemas mais candentes e criar novos espaços para uma nova compreensão dos factos, a nível nacional e não permitir informações que minem o Estado Novo que Angola está a procurar consolidar. Não admitir informações delatórias e propagandistas feitas por certos media que incentivam a guerra e uma possível revolta sangrenta em Angola novamente depois de tanto sangue já vertido de tantas casas terem fechado as portas, de tantas mães, viúvas e filhos órfãos, não permitir sermos enganados com «bombons» para depois nos tornarmos novamente escravos dos outros e de nós mesmos.

Em Angola, já existem estruturas para o efeito: umas de carácter político e outras de carácter mais independente. Todas elas, no entanto, carecem de um novo exame que lhes precise mais os objectivos e caracterize melhor as suas estratégias. A paz deve ser meta das mudanças sociais, superação dos conflitos, da violência, do fanatismo. A Ética da paz deve ser uma ética cívica no contexto de uma nova cultura. (Ferreira, Faustino C., 1989, 531-547) [102]

A paz que se procura é a paz de todos é a paz para todo o tempo e lugar. Deve ser como uma crítica e uma proposta de civilização. A ameaça actual contra a paz é de índole total: afecta toda a humanidade e compromete o significado total do homem, pelo que a paz é uma exigência totalizante. Frente a esta cultura da violência os media angolanos devem promover a cultura da paz, sublinhando os valores decisivos para desenhar esta cultura, conforme os princípios gerais da ética. (Vidal, Marciano, 1988,810-820) [103]

O objectivo prático é o de preparar uma visão e um conhecimento que estejam ao serviço de uma educação geral para a paz. Um novo espírito e atitudes de paz necessitam de novas estruturas para tomarem corpo e se consolidarem. Uma política de paz e novas estruturas de paz são necessárias para facilitar uma nova tomada de consciência, e esta, por sua vez, deve promover uma nova cultura favorável à manutenção da paz.

A educação para paz baseia-se na convicção de que a paz é possível e de que a guerra pode ser banida. Uma educação, em que a paz tenha prioridade, pode criar uma nova consciência e levar a uma opção fundamental profundamente enraizada em favor da paz, como fim, e em favor das atitudes de que necessitam os agentes e os mensageiros da paz. A educação para paz não permite que se promova uma paz torta, obtida pela injustiça, pela opressão e pela manipulação. (Hering, Bernard, 1982,392-396) [104] Nesta ordem de ideias, a verdadeira paz em Angola, não pode vir, do resultado de uma vitória militar como hoje em dia está em voga em várias partes do mundo (porque uma paz feita, humilhando o outro não é paz que se está a construir mais sim uma nova guerra que se está a preparar), mas implica a superação das causas da guerra e a autêntica reconciliação entre angolanos.

Os mass-media angolanos devem ter uma intervenção eficaz, justa e oportuna ao pensar na promoção dos valores morais fundamentais que terá como o ponto forte a educação para a paz, aí está o nosso forte e a nossa fortaleza, devemos também criar como jornalistas angolanos algo genuíno que nos ajude a criar uma sociedade Angolana

mais educada e pacifista e não supérflua e manipulável por qualquer sensibilidade informativa e assim nos tornarmos eternas crianças que tudo depende de terceiros.

Conclusão

Depois deste caminho percorrido, pode se concluir que o exercício profissional dos jornalistas em Angola e dos serviços mediáticos deve ser encarado com maior seriedade possível por parte dos profissionais. O ser jornalista, acarreta grandes responsabilidades na construção da história de povos e nações. Educa em grande medida toda uma sociedade. O que chama tendo em conta estas responsabilidades, maior fidelidade a deontologia profissional. A procura da verdade e só a verdade é o cálice dourado do jornalismo. Sem a informação verdadeira, justa, transparente, imparcial, convincente, o jornalismo deixa de ser uma profissão honrada. E o jornalista deve afastar-se de um procedimento de género.

O jornalista deve ter cuidado com a ambição a nível económico porque muitos, parecem estarem mais ao serviço do dinheiro do que ao serviço da verdade. O jornalista está ao serviço da verdade e ganha pela verdade com honestidade e transparência.

O jornalista tem de aclarar a sua actuação. Caso contrário, inverter-se-á a situação histórica quanto à credibilidade dos media. Já existem países que estão a desacreditar os media, pela sua parcialidade, pelo desrespeito à privacidade e muitas vezes à boa fama das pessoas.. E neste tempo estas situações parecem seguir um caminho mais complexo com semanários afectos a uma ideologia, a um partido político, a grandes grupos económicos. Factos como estes poderão minar ainda mais a credibilidade dos serviços mediáticos. O que torna necessário criar mais normas para se distinguir o verdadeiro jornalismo, da política jornalística. Do serviço à verdade, da falsidade ideológica camuflada nas linhas editoriais em alguns serviços mediáticos.

O jornalismo é uma profissão muito sensível e muito séria. Pode-se através dos serviços mediáticos construir a paz ou promover a guerra. Colocar um tirano no poder e tirar um grande estadista do posto. Razões como estas chamam-nos à consciência e à responsabilidade por este ofício.

Apesar desta dimensão clara e pouco elogiáveis desta fatalidade dos serviços mediáticos, servindo o dinheiro às honras e venerando o poder e os grandes grupos económicos, existe sim uma questão que não se deve deixar de lado pelo menos como uma interrogação e uma grande questão! Os funcionários mediáticos (jornalistas) vivem deste progresso e sucesso económico das suas empresas, sustentam as suas famílias, será que é permissível uma possível aceitação ou passividade diante deste fenómeno da loucura pelo dinheiro ou pelo prestígio ou mesmo pelo poder? Ou torna-se imperioso o

radicalismo exacto ao ponto de se perder o emprego e o pão familiar em defesa da verdade e só da verdade desobedecendo inclusive à linha editorial da sua empresa? Uma outra questão! Com a complexa situação com que o jornalismo se depara diante do seu público: o jornalismo é mesmo credível ou tem que se criar um jornalismo filantrópico livre apenas com escopo de ajudar a conferir informações verdadeiras sem qualquer propósitos monetários ou prestígio social com objectivo apenas de servir o seu público com honra, verdade e fidelidade?

No tema em abordagem, foi-me também possível esclarecer as dificuldades que os jornalistas passam no exercício da sua profissão. O jornalista vive um confronto consigo mesmo, devido às várias contrariedades que a vida e a profissão impõem. Em muitos casos a influência da política nos média, por outro a distorção da ajuda dos média à política, atitudes que, em circunstâncias nominais, ferem a imparcialidade, o que evoca o ser do jornalista.

O jornalismo constitui um peso de duas medidas, não consegue servir com clareza os seus verdadeiros responsáveis: a verdade e a justiça. O homem é sempre homem. Com seus limites e qualidades. Ele constitui sempre um mistério por se estudar, por isso, criticar apenas o jornalista pela parcialidade ou mesmo em alguns momentos pela falha no exercício das suas funções, tornam os que o fazem autênticos gladiadores porque o jornalista como homem precisa de manter o seu lugar e promover a sua subsistência. Parece ser um caminho errado, este que defendo mas é parece-me ser verdadeira; todos nós em algum momento somos alvos de uma possível parcialidade em defesa dos nossos interesses como pessoa.

Há uma grande problemática da obediência ao patrão da empresa mediática e o compromisso com a verdade da qual o público ou cidadão espera. A quem servir? O que é realmente o jornalismo? Mais uma máquina de angariar fundos e manipular informações? De certeza que não. Por esta razão e outras, há necessidade de um esforço titânico, na procura da verdadeira identidade jornalística porque a crença que a sociedade civil e não só deposita nos media releva a sua responsabilidade. Responsabilidade que tem a ver com a justiça, com a luta e com a defesa dos direitos humanos. Como muitas vezes se diz, muitos escolheram esta profissão tendo em vista um futuro combativo que se disponibiliza em favor dos direitos das pessoas, mesmo apesar das contrariedades que emergem no confronto adverso com outras entidades.

Desta forma, urge a necessidade imperiosa de se auto definir como órgão independente ou dependente da verdade e da justiça, quanto à sua actuação porque caso não seja, constituirá um personagem jurídico mais reaccionário, um cordeiro vestido de lobo, sem padrão nem definição.

Por estes factos, o jornalismo constitui uma problemática em si mesmo, servindo, em muitos momentos, os padrões e, em outros casos, os cidadãos, e o jornalista fica a navegar nesta corda bamba, obedecendo à sua linha editorial mesmo que vá contra a verdade e a deontologia profissional. Este problema constitui um dilema que de certeza não acabará hoje.

Depois deste caminho percorrido, urge a necessidade de se concluir com a problemática sobre as comunidades virtuais em Angola uma realidade nova na vida comunicacional, na cultura Angola que traz muitas vantagens e também desvantagens na pacificação do espírito do povo Angolano. Para dizer que as Comunidades Virtuais, têm um papel importante na reestruturação das relações sociais porque contribui para um novo modelo de sociabilidade, baseado no individualismo. As pessoas organizam-se cada vez mais não só em redes sociais como em redes sociais ligadas por computadores. Por conseguinte, não é que a Internet crie um modelo de individualismo em rede, mas o desenvolvimento da Internet providencia o suporte material apropriado para a difusão do individualismo em rede como forma dominante de sociabilidade.

Individualismo em rede constitui um modelo social, não uma colecção de indivíduos isolados. Os indivíduos constroem as suas redes, *on-line* e *off-line*, sobre a base dos seus interesses, valores, afinidades e projectos. Devido à flexibilidade e ao poder de comunicação da Internet, a interacção social on-line desempenha um papel cada vez mais importante na organização social no seu conjunto. Quando se estabilizam na prática, as redes on-line podem construir comunidades, ou seja comunidades virtuais, diferentes das comunidades físicas, mas não necessariamente menos intensas ou menos eficazes em unir e mobilizar. Além disso, aquilo que observarmos nas nossas sociedades é o desenvolvimento de um híbrido de comunicação (na linguagem de Castells), no qual se juntam o lugar físico e o *ciber* lugar (se tivermos de usar a linguagem de Wellman), actuando como suporte material do individualismo em rede.

Ao lado destes inúmeros traços positivos as comunidades virtuais também criam grandes complicações à interacção social em Angola. O individualismo da qual tanto se fala constitui um erro para as relações físicas pessoa à pessoa. Criam-se dúvidas se a pessoa com que se conversa através da escrita sem Webcam é a mesma, podendo esta

ser substituída por uma outra. Por outro lado, é deveras difícil conhecer o carácter da pessoa on-line, o seu temperamento e o seu modo de vida o que muitas vezes estes serviços para um mundo como Angola com democracia emergente e um nível de analfabetismo acentuado (como demonstra o anexo D sobre a educação em Angola) pode vazar a verdade e muito menos ajudar à consolidação da paz. Põe os jovens em delírio, que tentam seguir passos de culturas já bem definidas, fazendo uso destes serviços de igual modo com culturas que já o fazem a décadas procurando pensar ao nível dos mesmos serviços como aqueles que já pensam por estes serviços há décadas, querendo viver e interagir como estes que já vivem e interagem há décadas, querendo se revolucionar como estes que já tiveram as suas revoluções totalmente diferente da nossa, nem conectados à nossa situação social, política, cultural, e à nossa vivência do dia a dia. Não se tem certeza se amizades do género criadas por diversos motivos sejam afincadamente verdadeiras. E estas redes virtuais para uma cultura como a angolana que não saiba tecer ainda críticas podem constituir um perigo a paz e uma porta para morte da cultura angolana. E destruindo a cultura destrói-se a paz e a unidade nuclear tribal. O africano de forma particular o angolano, como um povo de ética comunitária e de comunicação presencial pode perder este grande valor cultural e um grande tesouro legado pelos ancestrais. Se quisermos promover a paz em Angola, nada de influências *on-line e principalmente quando as razões são obscuras*. Por isso, deve-se criar programas televisivos e radiofónicos estritamente direccionados a educação para paz e para a cidadania e que sejam obrigatórios para todos os serviços mediáticos. Nas primeiras páginas de cada jornal terá de estar patente uma introdução sobre o orgulho da paz conquistada e a exigência de mantê-la viva e perpétua. Os serviços mediáticos em Angola devem abrir espaços para uma possível educação democrática e liberdades fundamentais do ser humano de forma a criar no angolano uma cultura de paz e uma cultura democrática porque quem sai vencedor é o angolano. A Democracia, beneficia a todos e a paz confere a felicidade que todo o ser humano almeja. Lutar por ela e procurar dinamizá-la é a única e a melhor luta, da qual ninguém deve abster-se. Estes aspectos constituem maiores motivos por se sacrificar: a luta pela consolidação da paz, pela liberdade e pela democracia. Conquistou-se a paz com sacrifícios imensuráveis acredito ser uma obrigação por parte do angolano em mantê-la com inteligência, alma e coração pondo sempre o diálogo na agenda para resolução de qualquer conflito. Desta forma ajudaria a evitar o esbanjamento dos recursos naturais(ver anexos D as consequências da guerra civil em Angola) que ajudaria levar o país a eterna pobreza

como se vê hoje em muitos países de África que continuam a primar pela violência. São países ricos mas condenados à eterna pobreza.

No entanto, para que os media ajudem a manutenção da paz acho também necessário que se criem novos títulos, novas emissoras e novas cadeias televisivas independentes; são passos esperados, cuja realização dará um novo rosto ao quadro dos media angolanos. Se dinamize a formação de quadros de imprensa nacionais. Se criem mais escolas de jornalismo (com um currículo aceitável e completo, em todos os níveis, e noutros pontos do país, além da cidade capital) e pela organização de seminários e cursos intensivos de formação. Deve-se no entanto, substituir a lógica e a ética da competição, da divisão, do lucro, do tribalismo do regionalismo, da xenofobia da intolerância, das facções ou blocos, pela lógica e ética construtiva da cooperação, do encontro entre as pessoas, do diálogo e da interdependência dos povos.

Notas Bibliográficas

- [1] Cf. MATUMONA, Muanamosi, “*O Jornalismo Angolano, Histórias, desafios e expectativas*”, Uige, 2002, Cf. Também Sebastião Coelho, “*Informação de Angola*”, ed.do Autor, Lisboa, 1977,7; ver também, Pedro de Pezarat Correia, *Angola do Alvor Lusaka*, Ed. Hugin, Lisboa 1996,63-91. E tendo em conta a problemática das divisões histórica do Jornalismo angolano, ver Lopo, Júlio de Castro, na sua conferência proferida em Luanda, no Salão de festas do Rádio Clube, em 1951, admitiu a hipótese de a história do jornalismo angolano merecer uma outra divisão no futuro. Veja: Júlio de Castro Lopo, “Para uma história do Jornalismo de Angola, Ed. Museu de Angola, Luanda, 1952,11-12.
- [2] COELHO, Sebastião, *Informação de Angola*, Edição do Autor, Luanda 1977, p73-90
- [3] Extracto do Discurso de Agostinho Neto, proferido aquando da inauguração do Centro Nacional do Jornalismo a 15 de Julho de 1977, em Luanda. Cf. Matumona Muanamosi, “O Jornalismo Angolano,” *Histórias, desafios e expectativas*, Uige, 2002., Cf. Também Sebastião Coelho, “*Informação de Angola*”, ed.do Autor, Lisboa, 1977,7.
- [4] NETO, Agostinho, apresentação do relatório do comité central do MPLA - Partido do Trabalho no 1º congresso do partido, in KRAPIVINE, *Fundamentos*, 282-283, consultar também Muanamosi Matumona, *Jornalismo Angolano*, p.23
- [5] Repórter sem fronteiras, Rapport 1991, *La liberté de la presse dans le monde*, Paris, 1991
- [6] COELHO, Sebastião, “*Angola. História e Estórias da Informação*”, Ed. Executive Center, Luanda 1999, p.108.
- [7] JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS, Entrevista concedida à Rádio-Televisão Portuguesa, Ed. Ministério da Comunicação Social, Luanda, 1993, p.21.
- [8] Cf. Matumona Muanamosi, “*O Jornalismo Angolano*”, p.28.
- [9] Sebastião Coelho, “*Informação de Angola*”, p.78,129-130.
- [10] FRAGOSO, Cesaltina, *VORGAN, 16 anos ao serviço dos angolanos*, in *Terra Angolana*, Maio, 1995.
- [11] COELHO, Sebastião, “*Angola. História e Estórias da Informação*”, p.129-121.
- [12] FRANCISCO, Afonso e CORTEZ, José, Cunha, Cunha à Tveja (Entrevista), in *Tveja*, Outubro 2000,5.
- [13] CUNHA, Carlos (Director geral da TPA) em entrevista a *Tveja*, Maio 2000,6-7.
- [14] LETRIA, José Jorge e GOULÃO, José “*Noções de Jornalismo*”, Livros Horizonte, Lisboa 1982,54.
- [15] MATUMONA, Muanamosi, “*O Jornalismo Angolano*”, p.32.
- [16] GORBATCHOV, Mikhail, “*Perestroika, anos de transformação e de Esperança para URSS e para o mundo*”, 13ªedição, Pub. Europa-América, Mem Martins,1988,p.151.
- [17] *Ibidem*,p.177
- [18] GONÇALVES, Osvaldo, “O caso de Angola”(texto a vulso),Luanda, 2000.
- [19] LEI DE IMPRENSA, nº22 de 15 de Julho de 1991.
- [20] *Ibidem*,art.3º.

- [21] *Ibidem*,art.5º e 13º.
- [22] *Ibidem*,art.24º.
- [23] *Ibidem*,art.31.
- [24] Cf.HUMAN RIGHTS WATCH, “*Angola explicada. Ascensão e queda do processo de Lusaka*”, Nova Iorque, 1999, p.117-130.
- [25] Protocolo de Lusaka, Anexo 6,II, nº4, Lusaka, 1994, cf. também MATUMONA, Muanamosi, “*O Jornalismo Angolano*”,p.35.
- [26] Cf. MATUMONA, Muanamosi, “*O Jornalismo Angolano*”, e ver também, COELHO, SEBASTIÃO, “*Angola História e Estórias da Informação*”, p.129.
- [27] Cf. HUMAN RIGHTS WATCH, “*Angola explicada. Ascensão e queda do processo de Lusaka*”, p.36,114-116.
- [28] GONÇALVES, Osvaldo, “*O caso de Angola*”, 2000.
- [29] Cf. RODRIGUES, Adriano D. e OUTROS, “*Comunicação Social e Jornalismo*”, vol.I, ed. A Regra do Jogo, Lisboa, 1981, p.272.
- [30] MATUMONA, Muanamosi, “o Jornalismo Angolano”, p.38, Apresenta a tese defendida pelo MPLA sobre esta matéria.
- [31] Projecto de Lei de imprensa 2000.
- [32] Artigo 32º, reproduzido o art.24 da lei de imprensa de 1991
- [33] Artigo 35º, reproduzido o artigo 27.º da lei de 1991.
- [34] Cf.CORNU, Daniel, “*O jornalismo e a verdade para uma ética de informação*”, Instituto Piaget, Lisboa, 1999, p.135. A imprensa e a liberdade de imprensa consagram-se, então, entre os direitos mais legítimos,uma vez que aparecem associados ao direito à liberdade de expressão, condição e garantia das demais dimensões da liberdade e, sobretudo da liberdade social. Deste ponto de vista, a liberdade de imprensa relaciona entre si já na sua origem a liberdade individual negativa e a liberdade social positiva como uma só dimensão, uma extensiva a outra. Cf.MIRANDA, José A. Bragança de, *Na Viragem do século*, veja Editora, 1ªed,Lisboa,2002,p.500.
- [35] CASCAIS, Fernando “*Dicionário de Jornalismo as palavras dos media*”, editora Verbo, Lisboa, 2001, p.128.
- [36] SAUVAGEOT, Jaques, “*O Papel e a Responsabilidades da imprensa nos Países de Liberdade de Expressão*”, in Problemas da Informação, Secretaria de Estado da Comunicação Social, Lisboa 1976, p.32.
- [37] Cf. Também, CASCAIS, Fernando, “*Dicionário de Jornalismo*”, p.128. A subvenção do princípio da liberdade de imprensa nega também o poder de revindicação do iluminismo, já que o Estado, diante da axecerbação do abuso económico da imprensa passa a ser visto como a única instituição capaz de garantir a liberdade de expressão contra o poder arbitrário da liberdade de empresa. Deste modo, os poderes económico e político passam a representar diferentes perigos para a liberdade de imprensa e de expressão, mas, ao mesmo tempo, a representar simbolicamente uma condição para a sua salvaguarda ou fundamentação pública. Cf. Esteves João Pissarra, *Ética da comunicação, media e linguagem*, Lisboa,1996,p.8. Ver também Miranda,p.5002.
- [38] *Ibidem*.

- [39] Projecto de Lei de Imprensa 1999,artigo2º (p.74)
- [40] *Ibidem*,artigo6º
- [41] *Ibidem*,artigo7º
- [42] *Ibidem*,artigo9º
- [43] *Ibidem*,artigo,26º-24º
- [44] *Ibidem*, artigo 30º
- [45] *Ibidem*,artigo,50º
- [46] Cf. MATUMONA, Muanamosi, “*Os media na era da globalização para uma sociologia do jornalismo angolano*”, Uige, 2009, .p125-136.
- [47] GOUVEIA, Jorge Bacelar, “*As Constituições dos Estados Lusófonos*”, Ed. Notícias, Lisboa, 2000, p.11.
- [48] Cf. LINARD, André “*Direito, Deontologia e Ética dos Media*”, Ed. INDE, Lisboa,1998. p.10
- [49] Art.27da lei constitucional de 1991
- [50] Cf. MATUMONA, Muanamosi, “*Os media na era da globalização*”, p.127 e ver também, MATUMONA, Muanamosi, “*O Jornalismo Angolano*”, pgs.74-77.
- [51] Cf. MATUMONA, Muanamosi, “*Os media na era da globalização*”,p.127
- [52] *Lei de imprensa1999.art.2º*
- [53] *Idem, art.6º*
- [54] *Idem, art.7º*
- [55] Cf. MATUMONA, Muanamosi, “*Os media na era da globalização*”,p.129
- [56] Art.21 da nova lei de imprensa. Globalização.p.130
- [57] Art.50, 52, 53 n.1, art.48, faz referência ao estado e às demais entidades públicas e privadas
- [58] Art.60º, 61º
- [59] Cf. MATUMONA, Muanamosi, “*Os media na era da globalização*”, p.95.
- [60] Cf. MATUMONA, Muanamosi, “*O Jornalismo Angolano*”,p.97.
- [61] Cf. MATUMONA, Muanamosi, “*Os media na era da globalização*”, p.100.
- [62] Cf. MATUMONA, Muanamosi, “*O Jornalismo Angolano*”, p.58.
- [63] (1) Cf. KAUS, Karl, “O Mundo dos Cartazes”, in *Histórias com Tempo e Lugar, Prosa de Autores Austríacos*, Publicações Europa América, Lisboa, s/d, p.123
- [64] www.people-press.or/index.htm (consulta em 2010)
- [65] MESQUITA, Mário, “*O quarto Equívoco – o poder dos media na sociedade contemporânea*”, Edições Minerva Coimbra, Coimbra, 2003, p.65.
- [66] *Ibidem*.
- [67] CORNU, Daniel, “*O jornalismo e a verdade – para uma ética de informação*”, Instituto Piaget, Lisboa, 1999, p.131
- [68] Cf. ADORNO, Theodor, “Televisión y Formacion Cultural” in *Educacion para la emancipación*, Edicionnes Morata, s/d, pgs.56-57.
- [69] Cf.BENJAMIM, Walter, “A obra de Arte na Era da sua Reprodutibilidade Técnica”, in *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*, Editora Relógio D’Água, Lisboa,1992,orig.1936-39,pps 111-113.
- [70] MATUMONA, Muanamosi, *A notícia,o lucro e o sensacionalismo*,in,JD,14.04.2006.141.

- [71] Cf. BENJAMIM, Walter, “A obra de Arte na Era da sua Reprodutibilidade Técnica”, in *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*, Editora Relógio D’Água, Lisboa, 1992, orig. 1936-39, pps 111-113.
- [72] Cf. P. RICOER, “A questão do sujeito – o desafio da simiologia”, Seuil, Paris, 1969. p.234.
- [73] Cf. MESQUITA, Mário, “O quarto Equívoco – o poder dos media na sociedade contemporânea”, Edições Minerva Coimbra, Coimbra, 2003, p.108.
- [74] Cfr. CORNU, Daniel, *Op.Cit.*, p.320.
- [75] Cf. RICOER P., *Op.Cit.*, p.234.
- [76] Cf. Também, MATUMONA, Muanamosi, “Os media na era da globalização”, p.96.
- [77] Cf. TOURAINE, Alain, “Crítica da Modernidade”, Piaget, Lisboa, 1994, orig. 1992, p.113
- [78] TRAQUINA, Nelson, “Jornalismo, questões e estórias”, 2ªed. Lisboa, 1999, p.101.
- [79] *Ibidem.*
- [80] *Ibidem.*
- [81] CORNU, Daniel, “Jornalismo e Verdade para uma ética de informação”, p.100.
- [82] MICHEL, Matheiam, “Les Journalistes et Système Mediatique”, Paris, 1992, p.225.
- [83] *Ibidem.*
- [84] ROBINSON, Michael J, “Future Television News Research: Beyond Edward Jay Epstein.” No livro de W. Adams e F. Schreibaman, Washington, 1978.
- [85] TRAQUINA, Nelson, “Jornalismo, questões e estórias”, 2ªed. Lisboa, 1999.
- [86] *Idem.*
- [87] Cf. TOURAINE, Alain, “Crítica da Modernidade”, pgs.120-124. Cf. Também, MATUMONA, Muanamosi, *Os media na era da globalização*, “para uma sociologia do jornalismo angolano”, Uige, 2009.
- [88] Cf. MATUMONA Muanamosi, *O Jornalismo Angolano*, p.64.
- [89] *Ibidem.*, p.65.
- [90] Cf. MATUMONA, Muanamosi, “Os media na era da globalização”, p.84.
- [91] *Ibidem.*, p.86.
- [92] *Ibidem.*, p.195.
- [93] Cf. BERTRAND, Claude-Jean, *Deontologia dos media*, 2001
- [94] Cf. *O jornalista, o prestígio e a ética*, in JD, 7/3/2005; e *Liberdade de imprensa: direito e ética em acção*, in JD, 14/5/2007
- [95] Cf. Artigo 21º da Lei de Imprensa de 5 de Maio de 2006.
- [96] Cf. Lei de Imprensa e Estatuto do Jornalista de 1999.
- [97] MATUMONA, Muanamosi, *Os Media na era da Globalização*, p.57.
- [98] *Ibidem.*, p.57.
- [99] *Ibidem.*, P:63.
- [100] *Ibidem.*, p.65.
- [101] Cf. MILANDOU, Anatole, “Heureux les artisans de paix”, in *Pour une Culture chrétienne de paix*, Ed. Pontifice Conseil pour la Culture, Vatican(sd), pgs.45 e 46.
- [102] Cf. FERREIRA, FAUSTINO C., “A Paz Problema fundamental da Ética Moderna”, in *Communion* nº2, 1989, p. 531-547.

[103] VIDAL, Marciano, “*Moral Social*”, (Moral de Atitudes), 3ª ed., Editorial, Madrid, 1988. pgs. 810-820

[104] HERING, Bernard, “*Livres e Fiéis em Cristo*”, *Teologia Moral para Sacerdotes e Leigos*, Vol. II e III, Ed. Paulinas, S. Paulo, 1982, 392-396.

Bibliografia

a) Fontes Principais

MATUMONA, Muanamosi, *Jornalismo Angolano e Os media na era da globalização*, Ed. SEDIPU, Uíje, 2002

CASTELLS, Manuel, *A Galáxia Internet, Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*, Fundação Caloust Gulbenkian, 2004

COELHO, Sebastião, *Informação de Angola*, Edição do Autor, Luanda, 1977

CORNU, Daniel, *Jornalismo e Verdade, para uma Ética da Informação*, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 2004

PIRES, Edmundo Balsemão, *Espaços Públicos, Poder e Comunicação*, Edição Afrontamento, Porto, 2007.

TRAQUINA, Nelson, “*Jornalismo, questões e estórias*”, 2ªed. Lisboa,1999.

b) Comunicação social e Tecnologias de Informação e outros

• ADORNO, Theodor, “*Televisión y Formacion Cultural*” in Educacion para la emancipación, Ediciones Morata, s/d

• BENJAMIM, Walter, “*A obra de Arte na Era da sua Reprodutibilidade Técnica*”, in Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política, Editora Relógio D’Água, Lisboa, 1992,orig.1936-39

• BERTRAND, Claude-Jean, *Deontologia dos media*, COIMBRA-Minerva, 2001

• CASCAIS, Fernando, “*Dicionário de Jornalismo as palavras dos media*”, editora Verbo, Lisboa, 2001

• COELHO, Sebastião, “*Angola História e Estórias da Informação*”, Ed. Executive Center, Luanda 1999

• COELHO, Sebastião, “*Angola. História e Estórias da Informação*”

• COELHO, Sebastião, *Informação de Angola*, Edição do Autor, Luanda 1977

• CUNHA, Carlos (Director geral da TPA) em entrevista a *Tveja*, Maio 2000

• FERREIRA, Faustino C., “*A Paz Problema fundamental da Ética Moderna*”, in *Communion* nº2, 1989

• FRAGOSO, Cesaltina, *VORGAN*, 16 anos ao serviço dos angolanos, in *Terra Angolana*, Maio, 1995.

• FRANCISCO, Afonso e CORTEZ, José, Cunha, Cunha à *Tveja* (Entrevista), in *Tveja*, Outubro 2000

• GONÇALVES, Osvaldo, “*O caso de Angola*”, 2000

- GORBATCHOV, Mikhail, “*Perestroika, anos de transformação e de Esperança para URSS e para o mundo*”, 13ªedição, Pub. Europa-América, Mem Martins,1988
- GOUVEIA, Jorge Bacelar, “*As Constituições dos Estados Lusófonos*”, Ed. Notícias, Lisboa, 2000
- HERING, Bernard, “*Livres e Fiéis em Cristo*”, Teologia Moral para Sacerdotes e leigos, Vol.II e III, Ed.Paulinas, S.Paulo, 1982
- HUMAN RIGHTS WATCH, “*Angola explicada. Ascensão e queda do processo de Lusaka*”
- JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS, Entrevista concedida à Rádio-Televisão Portuguesa, Ed. Ministério da Comunicação Social, Luanda, 1993
- LOPO, Júlio de Castro, “Para uma história do Jornalismo de Angola, Ed. Museu de Angola, Luanda, 1952
- KAUS, Karl, “O Mundo dos Cartazes”, in *Histórias com Tempo e Lugar, Prosa de Autores Austríacos*, Publicações Europa América, Lisboa, s/d
- LETRIA, José Jorge e GOULÃO, José “*Noções de Jornalismo*”, Livros Horizonte, Lisboa 1982
- LINARD, André “*Direito, Deontologia e Ética dos Media*”, Ed. INDE, Lisboa,1998
- MATUMONA, Muanamosi, “*O Jornalismo Angolano, Histórias, desafios e expectativas*”, Uige, 2002
- MATUMONA, Muanamosi, *A notícia, o lucro e o sensacionalismo*, in, JD, 14.04.2006
- MATUMONA, Muanamosi, *Os Media na era da Globalização*
- MESQUITA, Mário, “*O quarto Equívoco – o poder dos media na sociedade contemporânea*”, Edições Minerva Coimbra, Coimbra, 2003
- MICHEL, Matheiam, “*Les Journalistes et Système Mediatique*”, Paris, 1992
- MILANDOU, Anatole, “*Heureux le sartsants de paix*”, in *Pour une Culture chrétienne de paix*”, Ed. Pontifice Conseil pour la Culture, Vatican(sd)
- RICOER, P., “*A questão do sujeito – o desafio da simiologia*”, Seuil, Paris, 1969
- CORREIA, Pedro de Pazarat, *Angola do Alvor Lusaka*, Ed. Hugin, Lisboa 1996.
- Protocolo de Lusaka, Anexo 6,II, nº4, Lusaka 1994
- Repórter sem fronteiras, Rapport 1991, *La liberté de la presse dans le monde*, Paris, 1991
- ROBINSON, Michael J, “*Future Television News Research: Beyond Edward Jay Epstein.*” No livro de W. Adams e F. Schreibaman, Washington ,1978.
- RODRIGUES, Adriano D. e OUTROS, “*Comunicação Social e Jornalismo*”, vol.I ed. A Regra do Jogo, Lisboa, 1981
- SAUVAGEOT, Jaques, “O Papel e a Responsabilidades da imprensa nos Países de Liberdade de Expressão”, in *Problemas da Informação*, Secretaria de Estado da Comunicação Social, Lisboa 1976

- TOURAINE, Alain, “*Crítica da Modernidade*”, Piaget, Lisboa, 1994, orig.1992
- VIDAL, Marciano, “*Moral Social*”, (Moral de Atitudes), 3ª ed. Editorial, Madrid,1988.
- ZAU, Filipe, “*Educação em Angola, Novos trilhos para o Desenvolvimento*”, MOVILIVROS, Julho de 2009
- www.people-press.or/index.htm (consulta em 2010)

c) Depoimentos Orais e Entrevistas:

Advogada Inara Zau Texinguita

Alexandre João Texinguita

Andreia da Graça José Zau

Doutor Jaka Jamba

Doutor João Hequel

Doutor Manuel Severino Tchimbuebue

Doutor Rui Falcão Pinto de Andrade

Doutora Luzia Façone

Padre Jaime Java Luís

Anexo A

ENTREVISTAS

Padre Jaime Java Luís, dia 25 de Janeiro de 2011, em Namibe, Angola, no seu gabinete.

P: Como podes encarar a internet a favor da paz em Angola?

R: O quotidiano angolano é frágil no uso da internet. Existe hoje numerosos alunos do secundário até mesmo do ensino superior que nunca fizeram o uso da internet nem têm uma conta aberta.

A internet é um novo mundo para a realidade angolana. A falta de computadores e dos meios técnicos e certas dificuldades na divulgação deste instrumento, está na causa deste défice.

A nível histórico sabemos que a utilização da Internet, são fundamentalmente instrumentais e estão estreitamente relacionadas com o trabalho, a família e a vida quotidiana dos utilizadores e para o angolano está ainda distante de se actualizar apenas um punhado de intelectuais e curiosos vivem deste serviço. Como se sabe, o correio electrónico representa mais de 85% da utilização da Internet, e a maior parte deste volume de correio electrónico está relacionado com o trabalho, com tarefas específicas e com as relações entre familiares e amigos na vida real e vemos que em Angola só os bancos na maior parte é que têm serviços on-line muita das empresas que deviam dinamizar estes serviços estão sem eles dificultando a eficiência e a rapidez no exercício profissional. No entanto devido a este fraco conhecimento da internet a sociedade angolana não sabe como seleccionar e purificar o bem e o mal a favor da paz. É um grande passo, mais no entanto para um país que precisa de solidez para consolidação da paz é muito risco e estritamente melindrado o uso nesta vertente.

Advogada Inara Zau Texinguita, em Namibe, dia 27 de Janeiro de 2001.

P: Como podes encarar a internet a favor da paz em Angola?

R: Porém há uma grande novidade no quotidiano angolano. Os adolescentes, mesmo os de média formação têm conhecimentos sobre Internet, e sem terem passado em escola alguma e em nenhum curso conseguem lidar-se com esta ferramenta. E como se sabe, os jogos de papéis e a construção da identidade como base da interacção on-line constituem uma parte muito reduzida da sociabilidade baseada na Internet, e é um tipo de actividade que tende concentrar-se especialmente em círculos de adolescentes. Com efeito, os adolescentes em Angola podem se destacar como aquelas pessoas que se encontram num processo de descoberta da identidade e experimentação da mesma, ou de averiguar quem são realmente, ou quem gostariam de ser, e parecendo surrealismo são estes adolescentes que hoje no quotidiano angolano abrem um fascinante campo de investigação nesta área para compreender a construção e a experimentação desta ferramenta electrónica. Só que não a vêem como uma ferramenta para a luta pela

consolidação da paz, um veículo que ajuda a unidade nacional e a paz territorial. Vêm mais como sinal de civilização e disputas entre amigos e sinal de entretenimento.

Andreia da Graça José Zau, em Luanda, 14 de Fevereiro de 2011, na Praça da Independência.

P: Quais são os perigos que a internet representa hoje para o povo angolano numa altura em que se procura consolidar a paz e a democracia? Qual é a tua opinião sobre o uso da internet a favor da paz?

R: Pode-se dizer que existem opiniões que divergem a nível da utilidade da Internet, das comunidades virtuais a nível da sua eficiência ou ineficiência em dinamizar uma positiva interação social a favor da paz. Muitos anónimos participam até quem sabe os não anónimos são anónimos por apresentarem uma identidade falsa. E muitos destes incitam a revolta entre o povo angolano que já sofreu as agruras da guerra. Querem usar este meio para incentivar a guerra novamente entre os angolanos. Neste momento é um dos maiores males que a internet pode legar ao povo angolano. Porque o povo angolano não quer mais Guerra.

Dr. João Hequel, angolano, dia 17 de Fevereiro, em Lisboa.

P: Como analisa as comunidades virtuais em Angola tendo em conta a ligação online a favor da promoção da paz?

R: Sobre as comunidades virtuais em Angola, a Internet tem o seu uso favorável e desfavoráveis em comunidades diferentes em Angola tendo em conta o estatuto de cada uma delas, ainda pode-se dizer o seguinte: A única mudança experimentada pelas pessoas que têm acesso a Internet no seu domicílio é um aumento do tempo dedicado a escrever mensagens electrónicas e a navegar pela rede; por outro lado, as únicas mudanças associadas a perda do acesso à Internet manifesta-se em menos tempo passado a cozinhar ou estão relacionadas com mudanças nas circunstâncias educativas e no trabalho remunerado a partir de casa, são poucas pessoa que a usam para dinamizar a paz embora apareça para promover manifestações contra o governo.

Alexandre João Texinguita, Director da Comunicação Social do Namibe, dia 22 de Janeiro de 2011, em seu domicílio.

P: Quais são os riscos que a internet representa para esta nova sociedade de paz em Angola?

R: A Internet para muitos parece ter efeitos positivos na interação social e tem de aumentar o grau de exposição a outras fontes de informação muitos usam para promover a paz quando em diversos *blogs* comentam sobre a realidade do país, chamando atenção a não-aceitação de princípios que desnorteiam os ideais da paz promovidos pelo governo e pela

sociedade angolana. Pelo contrário, o uso de correio electrónico, websites e *chat rooms*, tinha tido uma influência moderadamente positiva na sua capacidade para fazer amigos e comunicarem com as famílias e muitos usa-nos para transmitirem os ideais da paz e discutirem sobre o que se passa no país.

Dr. Manuel Severino Tchimbuebue, Angolano, no Porto, dia 5 de Maio de 2011, em seu domicílio.

P: Quais são os impactos positivos ou negativos, a favor ou contra a paz, que se registem em Angola por parte dos utilizadores das redes sociais?

R: Os impactos positivos do uso do correio electrónico sobre a sociabilidade em Angola são mais importantes para a interacção com os amigos que com os familiares e possuem especial relevância para a comunicação com amigos ou familiares que residem longe comunicando-se sobre a situação do país e partilhando as ideias que cada um deve usar para dar a sua contribuição como sociedade civil a favor da paz e da reconciliação nacional. Por outro lado, as pessoas com um nível educativo mais elevado parecem mais inclinadas a comunicar a longa distância com os seus amigos que os demais, estes discutem mais abertamente situações do país em desenvolvimento. Os utilizadores mais jovens (adolescentes) tendem a comunicar através do correio electrónico, especialmente com os amigos sem qualquer preocupação sobre a paz, inclinam-se mais no entretenimento, com objectivo de cimentar amizade. Enquanto os utilizadores com mais idade dão preferência, na sua utilização às relações familiares, sociais e económicas que se prendam sobre a situação do país e o estado da Nação. Estes esquemas de sociabilidade são similares tanto nos homens como nas mulheres.

Dentro ainda deste regime positivo que se confere ao uso da internet e dos seus serviços, existem afirmações que potencializam o valor utilitário da Internet. Afirmam que o uso da Internet potenciava a sociabilidade, tanto à distância como no ambiente das comunidades local. As pessoas estavam mais informadas acerca das notícias locais graças ao sistema de correio electrónico da comunidade, que servia como veículo de comunicação entre vizinhos. A utilização da Internet reforça as relações sociais, tanto à distância como a nível local para os laços fortes e para os débeis, para os fins instrumentais ou emocionais, assim no nosso dia-a-dia, no mundo real e, portanto podem realmente ser designadas como Novas Relações sociais.

Rui Falcão Pinto de Andrade, Secretário pela Informação do MPLA, 15 de Outubro de 2010, no Comité Nacional do MPLA.

P: O que o secretário diz sobre as imagens do Antigo líder da Unita Jonas Savimbi passada pela TPA, visto que fere a sensibilidade de muitos?

R: Nem nós defendemos a exposição daquelas imagens, nós também somos humanos como outros quaisquer. Achamos que aquele tipo de imagem não devem ser utilizadas nos órgãos de comunicação social e nós defendemos isso.

Dr. Jaka Jamba, Deputado pela bancada parlamentar da UNITA, 22 de Outubro de 2010, Parlamento de Luanda.

P: Qual é a apreciação que V/Exc. Sr. Dr. Jaka Jamba Faz sobre o contributo dos media na luta pela pacificação dos espíritos dos angolanos?

R: Os media em Angola têm uma posição muito especial. Quer dizer que de princípio no contexto de transição para a democracia que é o que se caracteriza o nosso país, os media deviam ter um papel, mais activo, mais dinâmico, digo mesmo mais positivo e interventivo na construção da democracia. Em termos de direitos fundamentais, a liberdade de expressão, a liberdade de pensamento, e a liberdade de imprensa. Os media numa certa medida fazem parte de guardiões do poder. Apesar de alguns passos dados não está a ser fácil. Os media nem têm jogado o papel que deviam jogar, porque num contexto como o nosso o papel dos media é crucial para a democratização e estabilização do país. Ainda importa sublinhar que a Unita apresentou um projecto de criar uma alta autoridade que se mantivesse uma equidistância não em termos de exclusão deste ou daquele, que seria uma distância mais representativa tanto a nível dos próprios partidos políticos e fora dos partidos políticos. Porque nota-se um grande hiato: Quando a estrutura do poder é que nomeia o ministro da comunicação social é difícil separar as águas, e é este o hiato que a nossa informação vai sofrendo.

Dra. Luzia Fançone, Directora da LAC (Rádio Luanda antena Comercial), (dia 25 de Outubro de 2010, Luanda, no seu gabinete)

O que a rádio Lac tem feito a favor da pacificação dos espíritos do angolanos e da consolidação da paz?

A LAC é uma rádio Luanda e não tem nenhum programa em específico sobre esta questão da paz. Mas se contribui para este ideal quando se criam programas de forma equilibrada. Anteriormente quando trabalhei na rádio nacional de Angola, havia esta preocupação na educação para cidadania em todas as vertentes. Hoje em dia temos uma rádio mais solta apenas sobre as responsabilidades dos seus realizadores, também depende muito dos animadores que são artistas onde temos programas onde as pessoas expressam a sua opinião. Quanto à comunicação social em geral em Angola, não há a cultura da fonte, a fonte não está autorizada a expressar a sua opinião sobre aquilo que se pergunta e muitas vezes diz que não fala sobre este ou aquele assunto. A comunicação social não pode falar sobre todos os acontecimentos, é sempre parcialmente (mesmo a televisão internacional põe acento a determinada questão).

Anexo B

Na Huíla a liberdade de imprensa chama-se Isaac dos Anjos

Na sua última deliberação o Conselho Nacional de Comunicação Social venceu o seu papel enquanto garante do asseguramento da independência e do pluralismo e confronto de ideias nos órgãos de comunicação social, nomeadamente, do sector público. Neste quadro, os responsáveis dos órgãos de comunicação social, sejam eles quais forem, têm naturalmente a sua intervenção disciplinar mas não só, limitada pela própria liberdade de imprensa enquanto direito fundamental, não sendo de todo aceitável que os autores de determinadas opções editoriais sejam posteriormente objecto de sanções por parte dos seus superiores hierárquicos, inspiradas por preocupações políticas ou de outra índole qualquer.

Data: Sexta-feira, 11 de Fevereiro de 2011

Fonte: <http://morrodamaiana.blogspot.com/2011/02/na-huila-liberdade-de-imprensa-chama-se.html>



(Isaac dos Anjos é Governador de Benguela desde 2013. Esta notícia é de 2011, período em que ele era governador da Huíla.)

Liberdade de imprensa: Jornalista considera estar longe de se atingir grau satisfatório

14-12-2011 | Fonte: Angop | <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/32622/liberdade-de-imprensa-jornalista-considera-estar-longo-de-se-atingir-grau-satisfatorio>



Apesar de melhorias, a liberdade de imprensa ainda está longe de atingir o grau satisfatório, afirmou hoje (quarta-feira), em Luanda, o jornalista Ismael Mateus, quando falava sobre o tema “Liberdade de Imprensa e Democracia em Angola”.

Segundo Ismael Mateus, que dissertava na conferência sobre “O direito dos cidadãos à participação na vida pública”, a liberdade de imprensa pressupõe que qualquer cidadão tem direito à informação e com a circunstância de a actual Constituição ter reforçado esses direitos.

Porém, disse, se for feita uma avaliação notar-se-á que a qualidade e o volume de informação dado ao cidadão, geograficamente avaliado no país, não é uniforme, ou seja, é absolutamente desnivelado. Referiu que nesta perspectiva, um cidadão tem mais ou menos direito a ser informado e a informação em função da sua localização no país.

Assim sendo, frisou, o que se encontra em Luanda tem a possibilidade de ter acesso a todos órgãos de informação, nacionais ou internacionais, já os do interior encontram mais dificuldades

para acessar tais meios, sendo que deste ponto de vista, há um exercício da liberdade de imprensa que não é uniforme no país.

Ao pronunciar-se sobre os conteúdos transmitidos, disse que não correspondem à diversidade de opiniões, das sensibilidades que existem em Angola, ou seja, aludiu, um cidadão quer esteja em Luanda, quer esteja no interior não tem a oportunidade de receber por um único canal de informação que seja a diversidade de opiniões que a sociedade oferece.

“A sociedade, de modo natural, produz um conjunto de sensibilidades, que depois não se vê reflectido na imprensa, sendo que do ponto de vista do exercício da liberdade de imprensa não temos um reflexo real da pluralidade e diversidade de opiniões, ou seja, ainda não satisfaz”, acrescentou. Relativamente à propriedade, que na sua óptica influencia o conteúdo jornalístico publicado, disse que este também é um problema sério.

Para si, convém que a sociedade se muna de propriedades diversas para que se tenha jornais com sensibilidades diversas. Durante a prelecção, Ismael Mateus levantou questões que têm a ver com exercício diário da imprensa, como a falta de isenção, tanto nos órgãos privados como nos públicos.

“Os jornalistas perderam a noção do seu papel de imparcialidade, a isenção e muitos tornaram-se agentes políticos”, opinou. Desta feita, referiu que, não poucas vezes, ao cidadão não chega informação em que haja o contraditório, contribuindo a que não tenha capacidade de ajuizar, por si próprio, o valor da informação oferecida.

Outra questão realçada é a cultura do debate, que na sua óptica os grandes meios de comunicação, como a rádio e televisão, que apesar de promover alguns encontros, não criam debates para a formulação de ideias.

Organizado pela Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) e a Associação Mãos Livres, a Conferência Nacional sobre “O direito dos cidadãos à participação na vida pública” tem como objectivo promover um espaço de discussão e diálogo entre instituições estatais, especialistas e a sociedade civil sobre a importância da participação dos cidadãos em todas as esferas da vida do país.

Liberdade de Imprensa: Angola sobe dois lugares no Relatório do RSF

31-01-2013 | Fonte: RFI | <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/37430/liberdade-de-imprensa-angola-sobe-dois-lugares-no-relatorio-do-rsf>



Como todos os anos, a organização Repórteres Sem Fronteiras (RSF) publicou o seu relatório anual relativo ao “Índice Mundial da Liberdade de Imprensa”, um documento revelando que 2012 foi globalmente o ano mais mortífero para os jornalistas.

No respeitante mais especificamente aos países Lusófonos, a classificação da RSF viu os posicionamentos do Brasil, de Cabo Verde e da Guiné-Bissau regredirem drasticamente em termos de respeito pela liberdade de imprensa e de expressão. Entre os países cuja classificação melhorou, situa-se Portugal que passou do 33º lugar para o 28º.

Angola também subiu de duas posições, passando do 132º lugar para o 130º, todavia este país continua a ser o pior colocado entre os países Lusófonos nesta classificação.

No respeitante aos países cuja avaliação regrediu, o Brasil passou do 99º lugar para o 108º e Cabo Verde sofreu também uma queda significativa passando da 9ª posição para a 25ª, contudo continua a ser um dos países Africanos melhor colocados no ranking da RSF.

Rafael Marques e generais angolanos procuram “resolução amigável”

23-04-2015 | Fonte: Lusa | <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/46630/rafael-marques-e-generais-angolanos-procuram-%E2%80%9Cresolucao-amigavel%E2%80%9D>



O julgamento do jornalista angolano Rafael Marques foi adiado para dia 14 de Maio. O objectivo é chegar a um diálogo entre as partes para que possa haver uma “resolução amigável”, disse o jornalista ao PÚBLICO. É o segundo adiamento depois de ter sido adiado a 24 de Março e estar marcado de novo para esta quinta-feira, 23 de Abril.

Jornalista e generais estão à procura de soluções satisfatórias para ambas as partes que “tenham repercussões nas Lundas”. “Não se trata de assumir culpas mas procuramos afirmar o interesse pelo entendimento, pela reconciliação nacional e promoção dos direitos humanos”, afirmou Rafael Marques. “Uma vez que haja entendimento ele será tornado público”, completou, por telefone a partir de Luanda.

O activista e jornalista enfrenta mais de 20 acusações de difamação e denúncia caluniosa. Oito generais pediam uma pena de prisão e 1,2 milhões de dólares por causa do conteúdo do seu livro *Diamantes de Sangue: Corrupção e Tortura em Angola*.

Em 2004, Rafael Marques iniciou uma investigação sobre violações de direitos humanos na região diamantífera das Lundas¹ (sobretudo nos municípios do Cuango e Xá-Muteba), e desde então tem vindo a publicar vários relatórios. Em 2011, apresentou uma queixa-crime contra oito generais, entre eles Hélder Manuel Vieira Dias Júnior “Kopelipa”, ministro de Estado e chefe da Casa de Segurança do Presidente da República, solicitando ao procurador-geral da República angolano a abertura de inquérito – mas em Junho de 2012 a Procuradoria-Geral da República (PGR) ordenou o arquivamento do processo.

Os generais, por sua vez, acusaram Marques da prática do crime de denúncia caluniosa e de difamação, razão pela qual o jornalista está agora em tribunal. Em 2012, os mesmos generais fizeram em Portugal uma queixa contra si e a editora Tinta-da-China, mas o processo seria arquivado em 2013 por falta de provas, pois a justiça portuguesa considerou que a publicação do livro foi um exercício da liberdade de expressão e informação.

¹ Ver anexo C

Anexo C

Nova versão sobre a morte do Bispo do Namibe divide clero católico



Quinta, 09 Dezembro 2010 13:37

Lisboa - Uma nova versão quanto a morte do Bispo do Namibe, Dom Mateus Tomás esta a dividir o episcopado católico na região sul de Angola. A Versão que circula em meios restritos da província interliga a morte do sacerdote a uma suposta interferência que o malogrado incitou junto aos hábitos tradicionais das comunidades Nhaneca-Humbi logo após a sua tomada de posse, razão pela qual Sé citado como tendo sido “amaldiçoado”.

Fonte: Club-k.net

Sul do país enfrenta problemas de tradição

De acordo com as ocorrências, as comunidades Nhaneca-Humbi submetem as jovens em fase de puberdade a um ritual conhecido por “Mufico” ao qual o Soba da aldeia deita-se com a sua esposa numa cubata e após a secção faz recolha do seu sémén que por sua vez é dado às meninas que estão a receber preparação para serem esposas.

Ocorrente de que o ritual estava a provocar doenças contagiosas junto daquela comunidade, o malogrado Bispo Dom Mateus insurgiu-se contra estas praticas e de seguida reuniu-se com o Padre Norberto Bula e com Vigário-Geral da Diocese do Namibe, Padre Eusébio Tchimbanda, (este tido como defensor da cultura Nhaneca-Humbi) a fim de transmitir-lhe o seu “contragosto” sobre a prática do “mufico”. O assunto debatido nesta reunião estendeu-se aos padres do Lubango. (Estava inclusive programado um recurso ao Mambaly como saída para intimidar o Bispo a recuar da sua posição, o que não aconteceu.)

Nas últimas semanas de vida, de Dom Mateus Tomás eram conhecidos seus desabafos junto aos que lhe eram próximos alegando que costumava a ter visões estranhas, paralelas a cenários registrados ao qual as autoridades tradicionais atribuem a um suposto amaldiçoado contra “a proibição dos costumes dos Nhaneca”

Registro das ocorrências estranhas:

- Aparecimento de duas focas de madrugada agrimando até à manhã do dia seguinte, à porta da paróquia Nossa Senhora do Rosário, a quando da primeira visita do Bispo ao Município do Tombwa. Os mamíferos foram retirados pelo Soba grande, Alberto Pedro Ramos, que as levou para parte incerta:
- Surgimento de duas cobras no Bispado. O Bispo confidenciou a um padre local (nome deliberadamente ocultado) que via sempre um boi preto.
- Uma “kimbala” com fezes, foi encontrado na porta da Diocese local

No dia da tragédia em que a sua viatura se embateu contra um animal provocando a sua morte, o Bispo Católico segundo depoimento que as autoridades colheram de uma menina de 9 anos que se fazia transportar na viatura, teria gritado que estava a ver um boi na sua frente que terá cortado a estrada a correr. Entretanto, a jovem testemunha quando inquirida revelou não ter visto nenhum animal. As autoridades conhecedora da área que liga Huambo-Chongori onde ocorreu acidente alegam que a zona não é habitada por bois.

A rapariga que viajava com o Bispo e mais dois padres, foi a única sobrevivente do acidente. A viatura capotou, o laptop do sacerdote e o seu telemóvel ficaram embatidos como se tivessem sido esmagados por um elefante.

De referir que durante a partida para Luanda, a viatura do sacerdote rebentou duas rodas e de regresso de Luanda, um grupo de sacerdotes aparentemente pressentindo alguma anomalia evitou viajar com os três padres que também se encontravam em Luanda, viajando em paralelo.

O comportamento de individualidades do clero após a morte do Bispo deu azo a comentários segundo as quais a Igreja Católica na região sul teria sido invadida pelo tribalismo e o regionalismo.

Anotações de indicadores dos comportamentos paranormais:

- O Vigário Episcopal é citado como tendo transmitido ao Bispo Dom Mateus Tomás, antes de partir para a Assembleia da CEAST no Huambo, que a província do Namibe não necessita de um Umbundu para vir como Bispo.
- Um dos Padres do Lubango, por sinal candidato a Bispo sucessor de Dom Mateus Tomás, quando comunicado pelo padre do Namibe, a cerca da morte do bispo, este julgando que tratava-se da pessoa de Dom Gabriel Mbilingui, demonstrou sinais que contrariam o sentimento de pesar. Quando interrogado das razões da sua indiferença, disse que pensou que fosse o Bispo do Lubango, porque “tem muita mania de viajar de carro”.
- O Vigário-Geral da diocese do Namibe, Eusébio Tchimbanda que se incompatibilizou com o malogrado sacerdote por causa da proibição dos rituais da comunidade Nhaneca-Humbi, abdicou-se participar no funeral do Bispo Dom Mateus Tomás. Na missa do sétimo dia, presidida pelo Bispo de Cabinda Dom Filomeno Vieira Dias, o Vigário, recusou sentar-se na cadeira reservada junto ao co-celebrante Dom Gabriel Mbingui tendo em plena missa negado o convite de Dom Filomeno Vieira Dias.
- No Cunene, o bispo da Diocese de Ondjiva, Dom Guimarães Kevano, é referenciado como estando a fazer apologia segundo a qual os bispados na província do Kuando Kubango e a Lunda-Sul deveriam ser geridas por bispos oriundos da cultura Kwanhama (Os hábitos tradicionais destas duas culturas estendem-se até a estas duas províncias). A Lunda Sul, por razões vacante, é ainda administrada apostolicamente por Dom Manuel Imbamba.

O problema das “visões de cobras e bois” que assombra o clero católico na região sul do país está a estender-se em sectores políticos sobretudo a figuras que se incompatibilizam ou que foram entendidas como desrespeitadoras de certas normas tradicionais. O Governador provincial do Bié, Boavida Neto, pediu que fosse transferido para outra província sob alegação de estar a "ver cobras". Deixou de pernoitar no palácio passando a dormir no Bispado, num quarto vizinho ao do Bispo local.

Publicada por Gil Gonçalves em 07:07

Com o capítulo 3 do livro de Tony Hodges, “*Angola – Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*” (pág. 41-51), é possível conhecer as tribos e as línguas existentes em Angola e os conflitos étnicos. Assim, é possível compreender as acções dos elementos destas tribos referenciadas e a causa dos conflitos gerados.

Língua e etnicidade

A rápida urbanização foi um dos factores que alterou as características etno-linguísticas da sociedade angolana. Para compreender esta evolução não deixa de ser útil um breve esclarecimento para recordar que o país possui três grandes grupos etno-linguísticos, correspondentes a cerca de três quartos da sua população⁴. Estes grupos, que não são inteiramente homogêneos do ponto de vista cultural e linguístico, são os Ovimbundos, os Mbundos e os Bacongós. O resto da população é constituído por grupos mais pequenos.

Os Ovimbundos, cuja língua é o umbundo, concentravam-se tradicionalmente nas províncias do Huambo e do Bié, no planalto central. Durante o período colonial, devido à falta de terras e à competição com os colonos brancos, começaram a migrar para o litoral (em particular para as cidades de Lobito e Benguela) e, sazonalmente, para as fazendas de café do Noroeste. Muitos ovimbundos alistaram-se nas Forças Armadas portuguesas por razões económicas, bem como em consequência de uma política de recrutamento militar centrada nos Ovimbundos após o desencadeamento da guerra de libertação nacional no Norte em 1961. Havia algum desenvolvimento industrial nas regiões povoadas pelos Ovimbundos, tendo-se o Huambo e o Lobito tornado nos segundo e terceiro maiores centros industriais depois de Luanda. O caminho-de-ferro de Benguela constitui o motor central do desenvolvimento económico do planalto central. De acordo com o censo de 1960, o último a fornecer essa informação, os Ovimbundos constituíam 38% da população de origem africana. Esta percentagem não parece ter sofrido grande alteração desde essa altura, já que um inquérito nacional feito em 1996 revelou que o umbundo era falado, como língua materna, por 36% da população (INE, 1999: 29).

Os Mbundos (falantes de quimbundo) predominaram, historicamente, nas zonas constituídas pelas actuais províncias de Bengo, Cuanza Norte, Luanda e Malange e pela parte norte de Cuanza Sul. Embora os Portugueses tivessem estabelecido mais cedo relações com o reino do Congo, os Mbundos mantiveram com eles uma interacção mais continuada, iniciada na altura em que os Portugueses estabeleceram uma colónia permanente em Luanda, em 1576, como base para o tráfico de escravos. Luanda esteve sob domínio português durante quatro séculos, com excepção do breve período da ocupação holandesa (1641-1648). Embora a maior parte dos povos angolanos tivesse contacto, directa ou indirectamente, com os Portugueses por causa do tráfico de escravos (foram cerca de quatro milhões os escravos transferidos de Angola e do Congo entre os séculos XVI e XIX), os Mbundos ocidentais foram o único grande grupo a ser governado pelos Portugueses, até à partilha de África pelos poderes europeus em finais do século XIX⁵. No século XVII, os Portugueses submeteram o reino mbundo ocidental de Ndongo.

No século XX, o desenvolvimento de Luanda como capital da colónia e principal centro industrial do país aproximou uma maior proporção de mbundos de uma cultura urbana na qual, devido à sólida implantação portuguesa e a uma importante comunidade mestiça lusófona, o português era muito falado. Isto parece ter resultado numa rápida mudança linguística e cultural entre os mbundos urbanizados, sobretudo nas últimas décadas do domínio português. O processo continuou depois da independência, apesar da partida dos colonos, à medida que a urbanização foi crescendo aceleradamente e atraindo cada vez mais mbundos para um ambiente já fortemente lusófono. É de salientar o facto de, em 1996, de acordo com o inquérito acima citado (INE, 1999: 29), só 15% dos angolanos falam quimbundo como a primeira língua, embora 23% da população africana tivessem sido classificada como pertencente ao grupo étnico mbundo no censo de 1960.

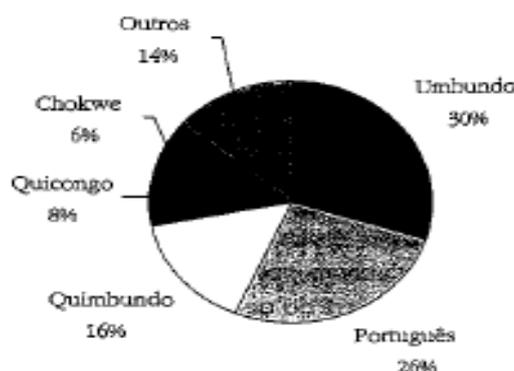
O terceiro maior grupo étnico é o dos Bacongos, que vivem principalmente nas províncias do Noroeste, nomeadamente o Zaire, o Uíge e Cabinda, para além de, no outro lado da fronteira, no Congo (Brazzaville) e na República Democrática do Congo (ex-Zaire). A sua língua é o quicongo. Até à chegada dos Portugueses à sua região, em finais do século XV, os Bacongos tinham um reino forte e unificado, com capital em Mbanza Congo (hoje na província setentrional do Zaire). O reino do Congo ficou muito enfraquecido depois das derrotas infligidas pelos Portugueses no século XVII, mas manteve-se um forte sentido de identidade étnica entre os Bacongos. Devido à contiguidade de Angola, do Congo e da RDC, muitos bacongos angolanos têm mais afinidades históricas com os bacongos dos países vizinhos do que com outros povos angolanos, afinidades essas que saíram reforçadas pelo êxodo de refugiados bacongos para o que é hoje a RDC, depois da rebelião de 1961. Embora muitos desses refugiados tenham regressado depois da independência, é digno de nota que a percentagem de angolanos que fala quicongo não ultrapassasse 8,5% em 1996, muito menos do que a percentagem de bacongos na população de acordo com o censo de 1960 (13,5%).

A decrescente percentagem de angolanos que falam línguas africanas, em particular o quimbundo, reflecte a penetração conseguida pela língua portuguesa. Em nenhum outro país de África, à parte alguns Estados insulares, uma língua europeia ganhou tal proeminência entre as massas populacionais. O inquérito de 1996 mostrou que o português se tinha tornado na segunda língua mais importante do país (falada como língua materna por 26% dos angolanos), posicionando-se muito à frente do quimbundo e do quicongo (ver a Figura 3.1.).

Figura 3.1

As principais línguas de Angola

(distribuição percentual da população por línguas maternas)



Fonte: INE, 1999.

O avanço do português, em detrimento das línguas africanas, foi maior entre os Mbundos, mas todos os grupos africanos sofreram a sua influência. A urbanização constituiu uma das forças motrizes deste processo, interagindo com outros factores tais como a expansão da educação depois da independência e o impacto da rádio e da televisão.

O português beneficiou do seu estatuto de única língua oficial e da promoção que dele fez o Governo pós-independência como um instrumento de unidade nacional. Tem sido o único veículo de instrução nas escolas e também a língua dos militares, partilhada por sucessivas gerações de recrutas.

O rápido avanço do português é reflectido pela distribuição das línguas por idades. O inquérito de 1996 revela que o português é muito mais falado pelas crianças do que pelos adultos. Nada mais, nada menos que 42% das crianças com menos de nove anos de idade e 34% das que têm idades compreendidas entre os 10 e os 19 anos têm no português a sua língua materna, percentagens que descem para os 18% na faixa etária dos 20 aos 29 anos, e para 10% na dos indivíduos que possuem mais de 40 anos. Actualmente, é comum encontrar jovens angolanos, sobretudo em Luanda, que não falam nenhuma língua africana – uma situação sem paralelo na África Subsariana. A implicação é clara: quase metade das crianças está hoje a ser criada para falar o português como primeira língua, o que faz com que ele pareça estar destinado a ultrapassar todas as línguas africanas, incluindo o umbundo. Embora isto possa, a longo prazo, ameaçar a diversidade cultural de Angola, pode ter também o efeito positivo de ajudar a desenvolver uma identidade nacional mais forte, à custa do particularismo étnico. O serviço militar obrigatório desempenhou igualmente um papel unificador, ao fornecer aos jovens de todos os grupos étnicos uma identidade e uma língua comuns. Além disso, há quem tenha argumentado (Pereira, 1994) que a migração maciça para as cidades reduziu a influência das autoridades tradicionais (genericamente designadas por «sobas») e a importância dos laços de parentesco. Estas mudanças sociológicas e linguísticas tenderam a modificar a identidade étnica dos Angolanos. Além disso, Zenos afirma (1996: 25) que «a autêntica saturação de 30 anos de guerra também pode fazer com que a maior parte dos angolanos se interesse mais pela paz do que por qualquer forma de nacionalismo étnico que promova a violência».

Etnicidade e conflito

Até que ponto, no entanto, está a guerra em Angola enraizada na etnicidade? Como se referiu no Capítulo 2, o MPLA e a UNITA têm, historicamente, origens etno-regionais distintas. Embora os dois movimentos possuíssem, manifestamente, objectivos nacionalistas e, até certo ponto, chefias multi-étnicas, o seu centro de gravidade étnico foi sempre claro. A única diferença é que ele é mais pronunciado no caso da UNITA do que no do MPLA.

A UNITA é, fundamentalmente, um partido umbundo, que não conseguiu atrair, de forma significativa, outros grupos étnicos. A sua liderança também é constituída esmagadoramente por ovimbundos⁶. Nas eleições de 1992, as únicas províncias onde a UNITA obteve mais votos do que o MPLA foram aquelas em que os Ovimbundos eram o grupo étnico largamente maioritário (Benguela, Bié e Huambo) e uma quarta província escassamente povoada do Sudeste (Cuando Cubango), onde a UNITA tinha estado entrincheirada desde os últimos anos da

década de 1970. Nestas quatro províncias, este partido obteve 76% dos votos nas eleições legislativas e 80% nas eleições presidenciais.

Significativamente, apesar da concentração geográfica do apoio de que dispunha nessa zona do país, a UNITA nunca defendeu a secessão ou a partilha de Angola. Uma das razões para isso é que os principais recursos do país, objectivo último do conflito, não estão localizados nas zonas predominantemente povoadas pelos Ovimbundos. Os recursos petrolíferos concentram-se no Noroeste, sobretudo ao longo do litoral de Luanda a Cabinda (um território que é essencialmente mbundo/bacongo), enquanto que os principais recursos diamantíferos estão na zona dos Lunda-Chokwe, no Nordeste. Mesmo assim, em propostas de revisão constitucional submetidas à Assembleia Nacional em Agosto de 1997, a UNITA defendeu um sistema federalista de governo, com a criação de seis regiões com um alto grau de autonomia, incluindo forças policiais controladas por governos regionais. Uma dessas regiões seria formada pelas províncias de Huambo, Bié e Benguela, onde predominam os Ovimbundos, e pela província da Huíla, historicamente povoada por outros grupos étnicos, com excepção do Norte.

Tal como a UNITA, o MPLA ganhou «em casa» as eleições de 1992, com 85% dos votos nas eleições legislativas e 81% nas presidenciais, em Luanda, Bengo, Cuanza Norte e Malange. A diferença foi que o MPLA conseguiu apoio em zonas em que a presença dos Mbundos era pouco significativa. Nas 10 províncias restantes, fora dos «núcleos duros» destes dois partidos, o MPLA ganhou folgadoamente, com 77% nas legislativas e 72% nas presidenciais. Pereira (1994) concluiu que «assim, é difícil negar que as eleições de 1992 revelaram um forte apoio multi-étnico ao MPLA».

A ambiguidade do factor étnico no conflito angolano é ilustrada pelo facto de um grande número de ovimbundos forçados a fugir dos seus lares pela guerra no planalto central terem procurado refúgio nas cidades controladas pelo Governo. Muitos ovimbundos estão, além disso, integrados nas forças governamentais, não só por causa da sua importância numérica na população angolana, mas também em virtude de factores económicos e sociais que fizeram do povo do planalto central uma tradicional fonte de recrutamento para as Forças Armadas, desde os tempos coloniais. Mais significativo ainda é o facto de o conflito angolano raramente ter sido caracterizado por explosões de violência interétnica, acções de limpeza étnica ou massacres de civis com motivações étnicas. Neste aspecto, ele é muito diferente dos conflitos noutras sociedades africanas etnicamente mais polarizadas, como no Burundi ou no Ruanda.

Argumenta, no entanto, Zenos (1996) que, uma vez que deixe de estar garantida a sobrevivência económica, não é certo que os diversos grupos étnicos que se encontram misturados nos musseques (os bairros peri-urbanos espontaneamente erguidos nos baldios arenosos em volta de Luanda) coexistam pacificamente. Foram sinais de aviso para essa realidade duas explosões de violência ocorridas em Luanda no início do período de guerra de 1992-1994. O primeiro foi a violenta perseguição desencadeada contra presumíveis apoiantes da UNITA, em Novembro de 1992, indirectamente encorajada pelo Governo como uma forma de expulsar a UNITA da cidade a seguir às eleições de Setembro de 1992. Muitos foram mortos, quase todos do grupo étnico ovimbundo. Com efeito, foi mobilizando os seus apoiantes que o Governo conseguiu afastar o risco de a UNITA se apoderar da capital⁷.

Uma segunda vaga de violência dirigida a um grupo étnico específico sobreveio dois meses depois, em Janeiro de 1993, na sequência de acusações do Governo de que o Zaire estava a apoiar os ataques da UNITA no Norte. Houve represálias espontâneas em Luanda contra bacongós, considerados, por afinidade étnica, zai-rensens, na perspectiva popular luandense. Pensa-se que tenham sido mortas 40 pessoas. Zenos afirma que, nessa ocasião, a hostilidade à UNITA se associou ao ressentimento étnico em relação ao papel desempenhado, no mercado informal, pelos comerciantes bacongós, muitos dos quais regressados do Zaire na década de 1980. No seu conjunto, os acontecimentos de Novembro de 1992 e Janeiro de 1993 apontaram para uma possível fractura na amálgama étnica urbana.

A guerra em Cabinda, uma zona rica em petróleo, e o descontentamento popular nas províncias diamantíferas da Lunda Norte e da Lunda Sul fornecem outros exemplos de potenciais conflitos etno-regionais – existindo, no caso de Cabinda, um movimento separatista em relação ao Estado e à nação angolanas. Em ambos os casos, os factores motivantes são a consciência da dimensão dos recursos locais e a sua exploração por estranhos. Em Cabinda, há anos que é travada uma guerra de fraca intensidade entre o Governo e as várias facções da FLEC, que tem por vezes beneficiado da cumplicidade política dos regimes dos vizinhos Congos. Nas Lundas, um partido assumidamente regionalista, o Partido de Renovação Social (PRS), apelando aos Lunda-Chokwe (o quarto maior grupo étnico de Angola),

obteve bons resultados nas eleições legislativas de 1992, ficando em segundo lugar nas duas províncias, à frente da UNITA. Estes dois casos ilustram o potencial risco de fractura étnico-regional e o possível envolvimento de grupos com afinidades étnicas além-fronteiras e/ou Governos de países vizinhos em conflitos localizados em regiões fronteiriças angolanas, na ausência de sistemas efectivos de participação popular e de uma justa gestão dos recursos.

Anexo D

Jonas Savimbi foi morto há cinco anos

22-02-2007 | Fonte: Diário digital

Jonas Malheiro Savimbi foi morto há cinco anos, numa acção montada pela tropa angolana que culminou o declínio que vinha afectando a luta armada da UNITA e mudou a face do país.

A morte de Jonas Malheiro Savimbi, fundador e líder da UNITA, em 22 de Fevereiro de 2002, começou a desenhar-se muito antes, quando da tentativa de tomada de assalto da capital provincial do Bié, Cuito (antiga Silva Porto), palco de encarniçados combates em meados da década de 1990.

As tropas da UNITA chegaram a sitiar Cuito, sem conseguir, no entanto o seu controlo.

A partir daí assistiu-se a um inverter da tendência do conflito, com as Forças Armadas Angolanas (FAA) a recuperarem o terreno perdido numa contra-ofensiva que se foi alargando até ao golpe decisivo: a tomada de Andulo, no Bié, localidade estratégica onde a UNITA tinha o seu quartel-general.

Jonas Savimbi e as suas tropas acabaram por se retirar para o Bailundo, província de Huambo, de onde também tiveram de fugir semanas depois.

Os rebeldes viram-se obrigados depois a uma marcha forçada, em condições muito precárias, até à província do Moxico, no leste do país, junto à fronteira com a Zâmbia, procurando auxílios externos ou, em último caso, o exílio.

Na perseguição à UNITA, as FAA transferiram o seu posto de comando, avançado da Catumbela, na província de Benguela, no litoral- sul, para a cidade do Luena, capital do Moxico.

Enquanto a guerra seguia o seu curso, o governo de Luanda fazia apelos à rendição de Savimbi e dos seus homens, ameaçando-os com a captura ou a morte em combate. Mesmo com as sucessivas baixas entre as suas forças, o líder do Galo Negro recusou sempre as propostas de Luanda.

Em resposta, o governo enviou forças de operações especiais do exército e de intervenção rápida da Polícia Nacional com o único fim de capturar Jonas Savimbi.

Depois de muitas semanas de perseguição, os homens chefiados pelo general Uala conseguiram os seus intentos a 22 de Fevereiro de 2002, quando o líder e fundador da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi, morreu em combate na localidade de Locusse, província do Moxico, depois de um cerco de vários dias.

Os seus restos mortais foram sepultados no cemitério municipal do Luena, onde ainda jazem, mas a UNITA e os seus familiares querem a sua transladação para a sua terra natal, Andulo, na província do Bié, planalto central de Angola.



Anexo E

Educação em Angola, Novos trilhos para o Desenvolvimento, por Filipe Zau

Edição de MOVILIVROS, Julho de 2009

Página 117 a 120

Uma sociedade multicultural

O multilinguismo

As línguas africanas de Angola encontram-se no contexto de um sociedade multicultural e enquadram-se no âmbito da linguística *bantu*, que compreende um conjunto de idiomas com semelhanças fonéticas, morfológicas, semânticas e lexicais, numa área entre o sul dos Camarões e a África do Sul, correspondendo a aproximadamente 10.018.000 Km². Esses idiomas são falados por cerca de 143 milhões de africanos pertencentes a 22 países: Camarões (uma parte); República Centro Africana; Gabão; S. Tomé e Príncipe; Guiné Equatorial; República do Congo; República Democrática do Congo; Uganda; Ruanda; Burundi; Quênia; Tanzânia; Angola, Zâmbia; Malawi; Zimbabwe; Moçambique; Botswana; Swazilândia; Leshoto; Namíbia (apenas na parte norte) e África do Sul.

QUADRO – VARIAÇÕES EM RELAÇÃO AO CLASSIFICATIVO OU AO TEMA SUBSTANTIVAL RELATIVAS AO BANTU

Língua	Singular	Plural
Kimbundu	mu-thu	a-thu
Chewa	mu-ntu	ba-ntu
Ganda	omu-ntu	aba-ntu
Herero	omu-ndu	ova-ndu
Kwena	mu-thu	ba-thu
Lingala	mo-to	ba-tu
Lamba	umu-ntu	aba-ntu
Luba	mu-ntu	ba-ntu
Lembwe	mu-ntu	ba-ntu
Nyanja	mu-nthu	a-nthu
Shona	mu-nhu	ba-nhu
Swahili	mi-tu	wa-tu
Umbundu	omu-nu	oma-nu
Zulu	umu-nt'u	aba-nt'u

FONTE: Notas de Introdução à Linguística Bantu

Em 1851, o alemão Wilhem Bleek descobriu a família das línguas denominadas *bantu*, através do sistema de classes de quatro línguas localizadas no sul do continente africano: o Herero; o Sotho, o Tswana e o Whosa. Esta descoberta está na base da sua tese de doutoramento, defendida na Universidade de Bonn, sob o título *De nominarum generibus linguarum Africae Australis* (Dos géneros de nomes das línguas da África Austral). As centenas de línguas *bantu* apresentam um tal grau de parentesco, que só é compreendido a partir de um mesmo tronco primitivo. Esta origem comum brotou nos séculos, que antecederam e se

seguiram ao nascimento de Cristo. São os chamados “séculos obscuros da África negra.”²⁸² Mas, a coesão entre as línguas *bantu* é tão real como aquela que se relaciona com as muitas línguas da Europa Ocidental.

QUADRO – GRUPOS DE LÍNGUAS AFRICANAS DE ANGOLA

GRUPOS LINGUISTICOS	PROVINCIAS ADMINISTRAT.	NOME DAS LÍNGUAS AFRICANAS	Nº APROX. VARIANTES
Kikongo	Cabinda	Vili, Yombe, Kakongo e o Woyo	14
	Zaire	Solongo e o Musicongo	
	Uíge	Soso, Kongo, Zombo, Suku, Pombo, GwENZE, Paka e Koji	
	Kuanza Norte	(também se falam línguas do grupo kikongo)	
Kimbundu	Kuanza Norte	Hungu, Luangu, Dembu e o Ambundu	21
	Malange	Puna, Jinga, Ngola, Bondo, Ombangala, Holo, Kari, Shinje, Minungu, Songo, Bambara e o Sende	
	Bengo	Ambundu, Ntembu e o Kisama	
	Luanda	o Luanda	
	K. Sul	Lubolu, Kibala e o Haku	
Umbundu	K. Sul	Sele, Sumbi ou Pinda e o Mbwi	14
	Bié	Vyenu (bieno) e o Mbalundu	
	Huambo	Mbalundu, Wambu e o Sambu	
	Benguela ¹	Cisangi, Lumbu, Nuombe, Hanya, Nganda e o Cikuma	
Lunda-Cokwe	Lunda Norte	Lunda, Cokwe (kioku), Mataba, o Kakongo Badimba e o Mai	7
	Lunda Sul	o Cokwe (kioku)*	
	Moxico	Lunda-lua-shinde, Lunda, Ndembo e o Cokwe (kioku)	
Ngangela	Moxico	Lwena, Luvale, Lucaze, Mbunda, Ambwela, Ambwela-Mambumba, Kangala, Yahuma, Luyo, Koya e o Kamashi	20
	Kuando Kubango	Lucaze, Mbunda, Nganguela, Ambwela, Kamashi, Ndungo, Nyengo, Nyemba e o Aviko	
	Bié	Lwimbe, Nganguela, Ambwela, Engonjeiro, Ngoniello e o Mande	
	Malange	o Lwimbe	
	Huíla	Nganguela e o Nyemba	
Nyaneka-Humbi	Huíla	Mwila, Ngambo, Humbi, Huanda (mupa), Handa (cipungu), Cipungu, Cilenge-Humbi e o Cilenge-Muso	9
	Cunene	Humbi, Ndongwela, Hinga e o Konkwa	
Ambó	Cunene	Vale, Kafina, Kwanyama, Kwamatu e o Ndombodola	6
	Kuando Kubango	o kwangar	
Herero	Namibe	Kwanyama, Kuvale e o Kwendelengo	6
	Cunene	Ndimba, Shimba e o Shavikwa	
Sidonga	Kuando Kubango	Kusu, Nyengo e o Sambio	3

*Também falada numa parte da província do Bié e do Kuando Kubango

FONTE: Notas de introdução à Linguística Bantu

As línguas *bantu* não apresentam uma forma constante. Existem algumas variações em relação ao classificativo ou ao tema substantival. Os prefixos constituem uma característica das línguas *bantu* e determinam os princípios de classificação e concordância das palavras. Apresenta-se também muito variado o uso de infixos e sufixos. Mas é através do uso de afixos, que se torna possível modificar o sentido, a categoria e a função da palavra sem alteração da unidade fundamental. Deste modo, a linguagem adquire uma notável flexibilidade. O sistema de classes nominais é uma característica *bantu*, assim como o emprego de onomatopeias, advérbios descritivos, ausência de género e imagens vocais. Com a excepção das línguas Khoisan, faladas no sul, há em Angola vários idiomas que, segundo o linguísta e ex-director geral do CICIBA,

Vatomene Kukanda, pertencem a nove grupos de línguas *bantu*: Kikongo, Kimbundu, Umbundu, Lunda-Cokwe, Ngangela, Nyaneka-Humbi, Ambó, Herero e Sidonga.

Página 223 a 228

Bicesse: o primeiro calar das armas

Após a desmilitarização das tropas afectas à FNLA, o braço armado da UNITA mantinha-se em armas, contra o governo do MPLA. Os primeiros passos para a instauração de um processo de paz decorreram primeiramente na cimeira de Franceville (Gabão), a 1 de Outubro de 1988, com uma reunião tripartida entre os presidentes de Angola, do Congo e do Gabão. Posteriormente, a 6 de Maio de 1989, reuniram-se em Luanda 8 chefes de Estado africanos, das regiões Austral e Central do continente. O executivo angolano apresentou o seu Plano Interno de Paz, que foi aceite por todos. Dele resultou a oferta de mediação feita pelo presidente do Zaire, Mobutu Sesse Seko. Esta mediação baseou-se no contexto de uma procura de paz através de soluções genuinamente africanas para os problemas da região, com base nos conselhos, experiências e “sagesse” dos líderes africanos. Este espírito levou 18 chefes de Estado a participar na Cimeira de Gbadolite, a 22 de Junho de 1989, com vista a um cessar-fogo entre o Governo da República Popular de Angola e a UNITA. Mas, o calar das armas acabou por não se verificar.

Após o fracasso das conversações de paz em Gbadolite em Junho de 1989, iniciou-se, um mês depois em Portugal, um diálogo directo entre governo e UNITA, sob a mediação de uma “troika” de observadores, composta por Portugal, Estados Unidos e União Soviética. Com uma nova estrutura e filosofia de mediação, as duas partes em conflito acabaram por assinar formalmente, em Lisboa, os Acordos de Bicesse, a 31 de Maio de 1991.

A abertura à solidariedade e à democracia

A República Popular de Angola nasceu com a Constituição de 10 de Novembro de 1975 e a mesma foi progressivamente revista nos anos de 1976, 1977, 1978, 1980 e 1991, quando o país passou a designar-se por República de Angola. No plano internacional havia ocorrido, em Novembro de 1989, a queda do muro de Berlim, um dos grandes símbolos do período de tensão entre EUA e URSS, durante a guerra-fria. No contexto nacional, através da Revisão constitucional levada a cabo pela lei 12/91, deu-se início ao processo de abertura e de democratização do país. Neste mesmo ano, foi instituído o “Plano Nacional para a implementação de um programa de Estabilização Macroeconómico e de Liberalização da Economia” e promulgadas, pela Assembleia do Povo, novas leis de cariz democrático. Na prática, evidenciavam o espírito de abertura do sistema político vigente à sociedade civil, aos partidos políticos, à iniciativa privada, ao direito de opinião e de manifestação...

Das principais Leis, citamos as seguintes: Lei das Associações (14/91); Lei dos Partidos Políticos (15/91); Lei do direito de Manifestação e de Reunião (16/91); Lei da Imprensa (22/91); Lei do Direito à Greve (23/91). Em 1992, foram ainda promulgadas as seguintes leis: Lei Eleitoral (5/92); Lei sobre a Observação Internacional (6/92); Lei sobre o Conselho Nacional da Comunicação Social (7/92); Lei sobre o Direito de Antena (8/92); Lei sobre a Actividade de Radiodifusão (89/92). Através do Decreto Executivo Conjunto 46/91, de 16 de Agosto, do Ministério da Justiça e da Secretaria de Estado da Cultura, passou a haver uma maior cooperação entre o Estado e as Igrejas. O artigo 1º da Lei nº18/91 de 18 de Maio, passava a conceder às pessoas singulares e colectivas a possibilidade de abrirem estabelecimentos de ensino, após licenciamento e sob controlo do Estado. Já o Decreto nº21 de 22 de Junho desse mesmo ano, no seu artigo 2º, passava a apontar as vias e formas de participação da sociedade civil no ensino e na educação. Este mesmo Decreto, nos seus artigos 13º e 14º, proporcionava maiores facilidades na abertura de estabelecimentos de ensino em zonas rurais. O clima de mudança política e de perspectiva de paz duradoura passava a abrir “o caminho para a solidariedade”.

Através da Lei nº23/92, de 16 de Setembro, da Assembleia do Povo, publicada no diário da República nº38, de 16 de Setembro de 1992, a nova Revisão Constitucional, transformava Angola num Estado de Direito Democrático.

Considerando este novo quadro jurídico, a educação, em particular, e os diversos sectores de actividade da vida nacional, em geral, retêm-se quatro grandes finalidades: a unidade nacional; a dignidade da pessoa humana; o pluralismo de expressão e de organização política; o respeito e a garantia de direitos e liberdades fundamentais do homem. Para atender a estas finalidades, definiram-se os seguintes objectivos de educação:

- Formar os cidadãos angolanos em geral e a nova geração em particular, desenvolvendo a consciência na força criativa do homem e na actividade material, com vista à edificação de relações sociais justas e democráticas;

- Desenvolver harmoniosamente as capacidades físicas, intelectuais, estéticas, laborais e morais da nova geração de forma contínua e sistemática, e elevar o nível científico, técnico e tecnológico, de modo a contribuir para o desenvolvimento sócio-económico do país;

- Promover o desenvolvimento da consciência social, o respeito pelos valores tradicionais e o respeito pela dignidade da pessoa humana, fortificando a unidade nacional, a fraternidade e a igualdade, a democracia, o amor à pátria e aos seus símbolos, defendendo de forma intransigente a independência nacional;

- Fomentar, estimular e desenvolver uma atitude de intransigência, face a todas as condutas que possam atentar contra as normas de convivência social;

- Desenvolver o espírito de solidariedade entre os povos.

Os efeitos dramáticos da guerra

Em termos materiais, até 1991, a guerra, agravada por calamidades naturais, tinha provocado danos no valor de 20 mil milhões de dólares americanos. Só entre 1975 e 1982, as invasões sul-africanas haviam causado cerca de 12 mil milhões de dólares de prejuízo. Entre 1980 e 1985, a guerra ou efeitos da mesma causaram a morte de, pelo menos, 100 mil angolanos e estimava-se haver cerca de um milhão e meio de pessoas directamente afectadas pela guerra e pela seca. Mais especificamente, em 1991, calculava-se que houvesse:

- Cerca de 80 mil mutilados (civis e militares);
- Cerca de 50 mil crianças órfãs e abandonadas, das quais, apenas 30 mil eram controladas pela Secretaria de Estado dos Assuntos Sociais (SEAS);
- Cerca de 760 mil deslocados, dos quais, 45%, eram crianças dos 0 aos 14 anos;
- Cerca de 400 mil refugiados em países vizinhos, incluindo muitas crianças que não frequentavam a escola.

A partir de 1987, devido à inexistência de água potável e de condições básicas de saneamento e de higiene, verificavam-se, ciclicamente, surtos de cólera. Nas zonas mais afectadas pela guerra assistia-se a situações alarmantes de má nutrição, que chegaram a atingir valores na ordem dos 40%. Nos meios urbanos, as taxas de má nutrição haviam sido calculadas na ordem dos 30% e a má nutrição aguda, em 6%. Angola passou a situar-se no grupo dos países com mais baixos indicadores de saúde do mundo.

Em 1990 havia 662 médicos no país, dos quais apenas 244 eram nacionais. Mesmo para um país que se encontrasse em situação de paz, a disponibilidade de médicos por habitante apresentava números extremamente preocupantes. Havia apenas um médico para cada 15 mil habitantes. O melhor atendimento registava-se em Luanda (um médico para cada 5.500 habitantes) e o pior na província do Bié (um médico para cada 50 mil habitantes).

Por falta de infra-estruturas nos hospitais, havia, em média, apenas uma cama para cada grupo de 1.200 habitantes. Apenas 43 municípios (26,4% do total) dispunham de assistência médica regular. A este quadro de precariedade da situação sanitária, associavam-se os baixos índices de cobertura vacinal da população infantil e a elevada incidência da tuberculose e do sarampo. No que respeita às doenças sexualmente transmissíveis, já se fazia sentir a necessidade em conter a pandemia do HIV/SIDA. O baixo peso de crianças à nascença ainda se mantinha superior ao limite crítico aceitável de 10%, já que a média nacional chegava a 24,3%. Porém, a população infantil deslocada apresentava uma má nutrição em proteínas e calorias entre 15 e 30%.⁶⁸⁸ No meio rural, esta situação tornava-se mais difícil de solucionar, já que as mães grávidas recusavam o consumo de certos frutos, peixes de lagoa ou carne de determinados animais, apenas por razões de ordem cultural. O índice de mortalidade materna era também bastante elevado. Apesar dos dados reflectirem apenas as ocorrências hospitalares, só em Luanda, em 1989, haviam-se registado 665 óbitos maternos por cada 100 mil nados-vivos. Em

1990, o número havia crescido para 1.050 óbitos maternos por cada 100 mil nados-vivos. No período de 1985/90, estimava-se que a taxa de mortalidade infantil à nascença fosse de 160 mortos por mil nados-vivos. Neste quinquénio, a média no continente africano era de 110 mortos por mil nados-vivos e a nível mundial, 67 por mil. Mesmo em Luanda, na capital do país, a taxa de mortalidade era de 132 mortos por mil nados-vivos e mantinha-se mais ou menos constante desde o período da pós-independência, em 1975. Em zonas consideradas menos afectadas pela guerra, a mortalidade infantil, em crianças com menos de 5 anos de idade, chegou a atingir cifras entre 238 a 243 crianças por mil.

Em 1991, já se estimava que o índice de mortalidade infantil fosse na ordem de 300/1000. Para tal facto, haviam, em muito, contribuído as doenças diarreicas agudas, a malária, a cólera e as doenças do programa alargado de vacinação (tosse convulsa, tétano, neo-natal, difteria, etc.). Só estas últimas eram responsáveis por 86% dos óbitos ocorridos em 1989 e 85% dos que se haviam registado em 1990.

QUADRO – CATEGORIAS DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE GUERRA

Nº	Províncias	Crianças órfãs e abandonadas em lares	Crianças órfãs e abandonadas na comunidade	Total de crianças
01	Bengo	-	-	-
02	Benguela	624	2.725	3.349
03	Bié	230	7.709	7.939
04	Cabinda	-	1.072	1.072
05	K. Norte	-	516	516
06	K. Sul	98	2.450	2.548
07	K. Kubango	31	2.327	2.358
08	Cunene	10	2.000	2.010
09	Huambo	775	5.638	6.413
10	Huíla	230	2.290	2.520
11	Luanda	241	Sem dados	241
12	L. Norte	-	1.795	1.795
13	L. Sul	-	721	721
14	Malange	27	268	295
15	Moxico	94	500	594
16	Namibe	-	1.188	1.188
17	Uíge	50	1.134	1.184
18	Zaire	-	-	-
	Total	2.410	32.333	34.743

FONTE: Secretaria de Estado dos Assuntos Sociais

Também até 1991, as condições para o exercício da actividade docente em Angola, apresentavam um quadro de dificuldades bastante alargado. A falta de escolas e de professores, associada à falta de assistência médica, medicamentosa e hospitalar, conjugados com a difícil situação político-militar e a má distribuição da rede escolar e sanitária, constituíam razão suficiente para a migração das populações rurais para as áreas urbanas, com conseqüente desestruturação das sociedades tradicionais.

Como conseqüência directa da guerra, em 1984, já havia 600 mil pessoas deslocadas e, provavelmente, cerca de 50 mil órfãos e crianças abandonadas com carências em matéria de saúde e de nutrição, devido à queda da produção alimentar, à ruptura dos sistemas de comunicação e de comércio, bem como, ainda, à falta de capacidade de resposta dos serviços

sociais. Surgiram então milhares de crianças nos grandes centros urbanos de Luanda, Huambo, Benguela, Lobito, Bié, Lubango e Uíge, que passaram a pulular pelas cidades, devido à desintegração dos tradicionais laços familiares. Estas crianças dividem-se em dois grupos: “Crianças na rua” e Crianças de rua”. Constatava-se a existência de “crianças na rua”, pela impossibilidade das mesmas frequentarem a escola, ou se a frequentavam, faziam-no apenas durante algumas horas. O resto do tempo era passado na rua, mas, à noite, regressavam a casa. Já as “crianças de rua” não frequentavam a escola e não regressavam a casa ao final do dia. Mesmo que tivessem família, não mantinham contacto com a mesma ou apenas, esporadicamente, estabeleciam esse contacto.

QUADRO – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICAS DAS POPULAÇÕES DESLOCADAS

Nº	PROVINCIAS	DESLOCADOS	CRIANÇAS
01	Bengo	81.981	36.891
02	Benguela	20.412	9.185
03	Bié	60.023	27.012
04	Cabinda	162	72
05	K. Norte	25.588	11.514
06	K. Sul	95.545	42.995
07	K. Kubango	95.000	42.750
08	Cunene	23.120	10.404
09	Huambo	94.314	42.441
10	Huíla	4.345	24.455
11	Luanda	-	-
12	L. Norte	30.228	13.602
13	L. Sul	14.443	6.499
14	Malange	25.284	11.377
15	Moxico	76.463	34.408
16	Namibe	13.033	5.864
17	Uíge	40.314	18.141
18	Zaire	11.131	5.008
	Total	761.412	342.635

FONTE: Secretaria de Estado dos Assuntos Sociais

Dormiam ao relento, em vãos de escada ou em diferentes lugares que consideravam para si seguros. As principais razões para este novo fenómeno eram as seguintes: perda das famílias durante a guerra; difícil situação económica das mesmas; desavenças no lar...

Após muitos anos de indefinição política, sobre a quem competia dar apoio a estas crianças, passou a existir um núcleo ligado ao *Instituto Nacional de Apoio à Criança – INAC*. Este núcleo, para além de elementos do próprio INAC, integrava outros ligados ao MED (Ministério da Educação), à SEAS (Secretaria de Estado dos Assuntos Sociais), ao MININT (Ministério do Interior) e a organizações religiosas.

As eleições de 1992 e o regresso à conflitualidade

Com a realização de eleições a 29 e 30 de Setembro de 1992, assentes no sufrágio universal directo e secreto para a escolha do Presidente da República e dos Deputados ao Parlamento, esperava-se o estabelecimento de uma paz duradoura em Angola. No entanto, todas as esperanças e todos os projectos se esvaneceram com o regresso à guerra, após a UNITA e o seu líder, o Dr. Jonas Savimbi, recusarem peremptoriamente os resultados eleitorais, apesar das Nações Unidas terem reconhecido as eleições como livres e justas.

Todas as questões políticas, económicas e sociais acabaram por ficar adiadas até que, a 20 de Novembro de 1994, foi assinado o *Protocolo de Lusaka*, com a presença do Presidente da República, Eng. José Eduardo dos Santos, mas com a ausência do Dr Jonas Savimbi, que se fez representar por Eugénio Manuvakola, então secretário-geral da UNITA.

Entre 1988 e 1992, só o governo angolano havia importado anualmente armas clássicas de um valor aproximado de 402 milhões de dólares; ou seja, um total de 2 mil milhões de dólares, equivalentes à construção de 67.000 salas de aula ao mais alto custo de mercado, o que equivalia a um montante superior à necessidade de escolarizar todas as crianças em Angola em 1995. Só em 1990-1991, os gastos militares representavam 20% do PIB. As despesas em África eram, em média, correspondentes a 3% e nos restantes países em desenvolvimento aproximavam-se dos 3,5 %. Mas, em 1995, a percentagem em gastos militares havia subido para mais de 75% do Orçamento Geral do Estado (OGE), o que representava 208% do somatório dos gastos da saúde e do ensino.

Após Lusaka: o quadro social

Angola possui uma população jovem, da qual 55% tem menos de 15 anos de idade. De um modo geral, a taxa média de crescimento demográfico no continente africano, situa-se na ordem dos 3% ao ano. A apregoada existência de 10 milhões de minas no território e a ausência de funcionalidade de infra-estruturas educativas e sanitárias, constituíam uma grande preocupação para as populações vítimas da guerra, que tentavam regressar aos seus locais de origem. Estimava-se que, após Lusaka, já houvesse cerca de 2 milhões de pessoas deslocadas, ou seja, a sexta parte da população total do País. A exacerbação das contradições político-militares, seguidas de diferentes tentativas fracassadas de negociações, levava a uma destruição massiva de recursos humanos e infraestruturais.

Vários decénios de conflitos haviam provocado uma pauperização das populações, em particular no meio rural e suburbano. Mais de 65% da população rural vivia abaixo do nível da pobreza e somente um quinto da mesma beneficiava de água potável. A nutrição e a saúde pública reflectiam uma situação preocupante, que era agravada pela destruição de 40% a 60% das infra-estruturas sócio-educacionais, principalmente nas províncias do Bié, Huambo, Malange e Uíge. Em cada 1.000 crianças, 126 morriam antes de atingirem 1 ano, e 292 antes dos 5 anos. Uma em cada 1.000 mulheres morria por razões ligadas a complicações no parto.

Na área do emprego e ocupação a população activa correspondia a 40% da população total. 73% da mesma provinha da agricultura, 17% do comércio e serviços e 10% da indústria. O sector formal acolhia somente 628.000 activos, dos quais três quartos eram provenientes do sector público. O sector privado possuía uma população activa de 132 mil pessoas, mas um terço da mesma encontrava-se em Luanda.

Devido à estratégia de sobrevivência imposta pela situação sócio-económica, o mercado paralelo, maioritariamente composto por mulheres (60%), começava a ser cada vez mais concorrido, tanto a nível do comércio grossista, como ao nível das operações de troca de moeda. A taxa de desemprego, em particular em Luanda, era estimada em torno de um quarto da população activa. Associada à população desempregada encontravam-se as vítimas de guerra; os refugiados de regresso ao país (calculados na ordem de 100 mil); os deslocados; os soldados a desmobilizar, em torno de 90 mil; as crianças deficientes; os órfãos e as crianças de rua... Toda uma população em sérias dificuldades, calculada em mais de 3 milhões de pessoas.

Em 1995, continuava-se a verificar que apenas um terço das crianças angolanas, na primeira infância, eram vacinadas. A inexistência ou precaridade das estruturas sanitárias, a subalimentação ou a má nutrição continuavam a contribuir para que houvesse um elevado índice de mortalidade infantil e juvenil. O raquitismo, a avitaminose e a meningite (causadora da surdez e dos problemas da fala), atingiam uma boa parte destas crianças, sobretudo, na zona rural e no perímetro urbano. No total, estimava-se que houvesse 1,5 milhões de crianças em estado de privação física ou condicionadas psíquica e emocionalmente e, dentre estas, 840 mil em condições particularmente difíceis. Cerca de 500 mil crianças haviam sido atingidas mortalmente e pela violência das acções armadas. Diariamente, registava-se, em média, a morte de 500 crianças, apesar dos esforços das autoridades locais, internacionalmente apoiadas pela UNICEF, pela UNESCO e por diferentes ONG's.

Após Lusaka: o quadro macro-económico

Durante o ano de 1992, as indústrias extractivas haviam contribuído para 40% do PIB. Só o petróleo representava 89% do valor total das indústrias extractivas e o diamante branco 10,6%. Com o recomeço da guerra civil deu-se uma queda no PIB na ordem dos 22%. As indústrias extractivas passaram a registar uma baixa de 14,6%. As exportações de diamantes, que tinham atingido um nível de 250 milhões de dólares em 1992, haviam decrescido para 15 milhões de dólares em 1993, ou seja, para cerca de 16,7 vezes menos do que anteriormente. A insegurança e a instabilidade das populações levaram a que a agricultura, a silvicultura e a pesca passassem juntas a contribuir apenas com 6,9% ao ano, ou seja, metade do que haviam produzido em tempo de paz. O comércio ficava ao modesto nível de 15,6%. A taxa de inflação que, em 1991, era de 175%, passou, em 1992, para 496%. A taxa de câmbio que, em Outubro de 1994, era de 1 dólar americano para 500 mil kwanzas (moeda nacional), passou, em Fevereiro de 1995, a ser de 1 dólar para 1,6 milhões de kwanzas; ou seja, mais do que o triplo num espaço de 4 meses. Em 1993, o défice orçamental passava a situar-se a 29% do PIB e o défice da balança de pagamentos a fixar-se nos 400 milhões de dólares.

A destruição de infra-estruturas económicas (principalmente, das petrolíferas na província do Zaire), e das linhas de transmissão e distribuição de energia; a paralisação de várias unidades

de produção; as dificuldades de aquisição de sobressalentes e de diferentes matérias-primas; o abandono de locais de produção devido à deslocação da população...; haviam reduzido substancialmente, o nível de produção e de produtividade na economia angolana. A contribuição do orçamento de Estado para o financiamento do sector da educação que, em 1990/91, se situava nos 17% do OGE, passou para 4% do OGE em 1994/95.

Em 1993, o programa de estabilização económica adoptado, foi interrompido e substituído por um programa de emergência. Dada a nova situação conflitual, o objectivo de restaurar o equilíbrio macroeconómico, que havia mobilizado a maior parte dos meios orçamentais e empréstimos do exterior, acabou por não surtir os seus efeitos. A economia angolana passava a fazer face a um duplo desafio: por um lado, a passagem de uma economia centralizada para uma economia de mercado ao estilo neo-liberal; por outro, a transição de uma economia condicionada pela guerra, para uma economia orientada para a reconstrução nacional e para o desenvolvimento humano.

Páginas 313 a 316

Angola: divisão administrativa e órgãos de soberania

A República de Angola é o quinto maior país, em extensão, da África ao sul do Sahara. Possui uma área quase correspondente a toda a Europa Ocidental, com três importantes portos de mar: Luanda, Lobito e Namibe, sendo o segundo considerado um dos melhores da costa ocidental de África. A administração angolana apresenta a seguinte configuração: 1.271 povoações, 376 comunas, 163 municípios e 18 províncias.

QUADRO – POPULAÇÃO RESIDENTE POR PROVÍNCIAS

Anos	1990	1995	1998	2000
Províncias				
Benguela	643.000	1.400.000	1.045.992	1.614.883
Huíla	868.000	1.062.000	889.512	1.225.004
Huambo	1.522.200	1.386.000	1.838.424	1.598.734
Kwarza Norte	376.700	350.000	468.100	403.721
Luanda	1.526.900	2.449.000	2.746.238	2.824.891
Lunda Norte	290.700	350.000	388.140	403.721
Bié	1.060.900	950.000	1.366.581	1.095.813
Cabinda	161.500	180.000	199.969	207.628
Kwando Kubango	128.500	334.000	256.004	385.265
Uíge	835.300	855.000	1.044.000	986.232
Kunene	228.400	352.000	284.716	406.028
Bengo	65.200	333.000	190.604	384.111
Zaire	191.300	250.000	296.984	288.372
Namibe	114.100	239.000	368.168	275.684
Moxico	315.100	336.000	369.428	387.572
Lunda Sul	154.000	391.000	177.082	451.014
Malange	890.500	742.000	1.077.195	855.888
TOTAL	10.022.000	12.659.000	13.767.000	14.602.002

FONTE: Cadernos do PRC e Boletim demográfico do INE nº33

São órgãos de soberania o Presidente da República, a Assembleia Nacional, o Governo e os Tribunais. O Presidente da República é o Chefe de Estado e também o Comandante em Chefe

das Forças Armadas. O seu mandato é de 5 anos, podendo, no entanto, ser reeleito para mais um mandato. Presentemente, o Governo da República de Angola está constituído em Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN) e integra os representantes dos partidos políticos com assento na Assembleia Nacional.

A população

Desde 1970 que não é realizado em Angola um censo geral da população. Naquele ano, o país tinha cerca de 5.673.000 habitantes, o que correspondia a uma densidade global de 4,55 habitantes/Km². Em 2000, as estimativas oficiais, que incluem deslocados e refugiados, apresentavam um universo populacional de 14.602.000 habitantes, o que equivale a uma densidade média global de 11,71 habitantes/Km². De acordo com as mesmas fontes, registavam-se, em 2000, cerca de 3.830.000 deslocados e mais 300 mil refugiados em países vizinhos.

QUADRO – ESTRUTURA PROVINCIAL DA POPULAÇÃO

Províncias	Anos			
	1990	1995	1998	2000
Benguela	6,42	11,06	7,60	11,06
Huíla	8,66	8,39	6,46	8,39
Huambo	15,19	10,95	13,35	10,95
Kwanza Norte	3,76	2,76	3,40	2,76
Kwanza Sul	6,48	5,53	5,52	5,53
Luanda	15,24	19,35	19,95	19,35
Lunda Norte	2,90	2,76	2,82	2,76
Bié	10,59	7,50	9,93	7,50
Cabinda	1,61	1,42	1,45	1,42
Kuando Kubango	1,28	2,64	1,86	2,64
Uíge	8,33	6,75	7,58	6,75
Kunene	2,28	2,78	2,07	2,78
Bengo	0,65	2,63	1,38	2,63
Zaire	1,91	1,97	2,16	1,97
Namibe	1,14	1,89	2,67	1,89
Moxico	3,14	2,65	2,68	2,65
Lunda Sul	1,54	3,09	1,19	3,09
Malange	8,89	5,86	7,82	5,86
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: In, Monografia de Angola

Entre 1995 e 2000, constatou-se que os angolanos, até aos 13 anos de idade, representavam em média 43,1% da população total; enquanto a população até aos 17 anos, no mesmo período de tempo, correspondia a 52,1%. A população em idade activa representava pouco mais de 51% (1990-2000) e o peso da população oficialmente considerada pré-activa (entre os 6 e os 13 anos de idade) rondava os 21,7%. Uma das características da população angolana é ser muito jovem, o que acarreta dificuldades acrescidas, em termos de despesas e encargos sociais, que recaem sobre a População Economicamente Activa (PEA). Em termos globais, as províncias mais populosas são, respectivamente, as de Luanda e de Benguela (devido ao processo de deslocação das populações do interior para o litoral), do Huambo, da Huíla, do Bié, do Uíge e de Malange. Essencialmente, por razões de instabilidade política e militar, entre

1995 e 2000, as províncias do interior foram apresentando uma tendência para uma perda líquida de população.

**QUADRO – PROJECCÃO DA POPULAÇÃO DO PAÍS POR GRUPOS DE IDADE
(MIL HABITANTES)**

GRUPO DE IDADES	ANOS					
	1995	1996	1997	1998	1999	2000
0-4	2128	2299	2256	2324	2394	2466
5-9	1618	1667	1750	1768	1821	1876
10-14	1456	1500	1545	1591	1639	1688
15-19	1133	1167	1202	1238	1275	1313
20-24	1017	1048	1079	1131	1245	1315
25-29	848	821	846	871	898	925
30-34	1647	1667	1744	1763	1729	1750
35-39	578	595	623	652	670	670
40-44	523	536	557	574	585	603
45-49	450	417	439	462	475	499
50-54	324	333	343	369	384	405
55-59	301	310	319	328	338	348
60-64	289	298	307	316	331	342
65 e +	347	360	368	379	390	402
TOTAL	12.659	13.009	13.378	13.767	14.174	14.602

FONTE: INE, Boletim demográfico nº9, Mesa Redonda de doadores – Bruxelas 1995

As províncias de Luanda, Huambo, Bié, Uíge e Benguela representam no seu conjunto pouco mais de 16% da área territorial do país e concentram quase 56% da população geral do país. A análise da estrutura etária da população angolana projectava, para o ano 2000, os seguintes dados estatísticos: 50% da população total deveria ter menos de 19 anos de idade; a população em idade pré-escolar corresponderia a cerca de 17% da população total; a população mais idosa (com mais de 60 anos) deveria constituir 5,1% da população total; a população estudantil (5-24 anos) representaria, provavelmente, 42,4% da população total; a população potencialmente empregável (25-64 anos) aproximar-se-ia a 37,9% da população geral.

As taxas de crescimento demográfico são relativamente elevadas, o que leva a inferir que a população angolana, se encontra numa fase ascendente de transição demográfica. No entanto, o elevado ritmo de crescimento, que chegou a rondar os 3,3% (1990-1997), poderá ter resultado da conjugação das elevadas taxas de fertilidade com a relativa regressão nas taxas gerais de mortalidade.

QUADRO – QUALIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO EM 1999 – INDICADORES GERAIS

PAÍSES	ESVIDA	TANAADU	TESCPRI	TESCSEC	TEXCUNI	TESCBC	IDH
ANGOLA	45	58	34,7	31,2	9,1	23	0,442
ASS	48,8	40,4	56,2	41,4	28,4	42	0,467
SADC	47,5	28,2	--	--	--	56,5	0,520

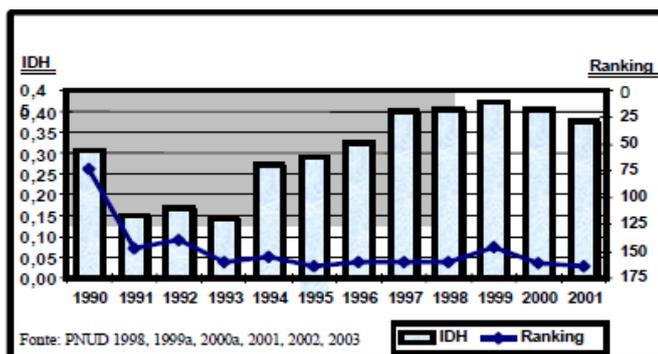
NOTAS: ESPIVA – Esperança de vida à nascença; TANAADU – Taxa de Analfabetismo dos adultos; TESPRI – Taxa de escolarização do primário; TESCSEC – Taxa de escolarização do secundário; TESCUNI – Taxa de Escolarização Universitária; TESCBC – Taxa de escolarização bruta combinada; IDH – Índice de Desenvolvimento Humano; ASS – África sub-Sahariana; SADC – Southern African Development Community.

FONTE: Relatório sobre o Desenvolvimento humano, 2011

Em 1999, entre 174 países enumerados de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Angola ocupava o 160º lugar.

Em 2002, face a um total de 173 países avaliados, Angola passou a ocupar a 161ª posição. De acordo com o Development Programme Report das Nações Unidas, elaborado com dados relativos a 2004, Angola ocupava, entre 177 países, a 160ª posição, com 63% da população ainda a viver abaixo do limite da pobreza.

QUADRO – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO EM ANGOLA (1990-2001)



FONTE: Paulo de Carvalho; *In*, Seminário “Angola século XXI: Estabilidade e Desenvolvimento”

Anexo F

Europass Curriculum Vitae

Informação pessoal

Apelido(s) / Nome(s) próprio(s) **Zau, Olávio Sisi José**

Endereço(s) de correio electrónico olaviosisizau@gmail.com

Nacionalidade Angola

Data de nascimento 17 de Maio 1977

Sexo Masculino

Experiência profissional

Datas 1998 - 1999

Função ou cargo ocupado Professor de ensino secundário

Principais actividades e responsabilidades Professor de História da África e História Universal
Cargo de Perfeito de Disciplina

Nome e morada do empregador Seminário Pré-Universitário de Ciências Sociais, de São José
(Jau, Angola)

Datas 2001 - 2002

Função ou cargo ocupado Professor de Língua Portuguesa

Nome e morada do empregador Instituto Médio Politécnico Hélder Neto
(Angola)

Datas 2003 - 2004

Função ou cargo ocupado Professor de Economia Política

Principais actividades e responsabilidades Formação de professores;
Participação em seminários a favor dos direitos humanos

Nome e morada do empregador Instituto Médio Normal de Educação
(Angola)

Educação e formação

Datas 1993 - 1995

Designação da qualificação atribuída Curso Pré-Universitário em Ciências Sociais

Nome e tipo da organização de ensino ou formação Seminário Pré-Universitário de Ciências Sociais, de São José
(Huíla, Angola)

Datas 1995 - 1998

Designação da qualificação atribuída Filosofia - Curso Superior

Nome e tipo da organização de ensino ou formação Seminário Maior de Filosofia
(Lubango, Angola)

Nível segundo a classificação nacional ou internacional Grau de Bacharel

Datas	1999 - 2005
Designação da qualificação atribuída	Teologia - Curso superior
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Universidade Católica Seminário de Cristo Rei, Huambo (Angola)
Datas	2008 - 2010
Designação da qualificação atribuída	Filosofia
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Portugal)
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	Conclusão da Licenciatura
Datas	2009 - 2011
Designação da qualificação atribuída	Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa Lisboa (Portugal)
Datas	2010 - 2011
Designação da qualificação atribuída	Criminologia
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Lisboa (Portugal)
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	Pós-graduação

Aptidões e competências pessoais

Primeira língua **Herero**

Outra(s) língua(s)

Auto-avaliação

Nível europeu ()*

Português

Espanhol / Castelhanao

Compreensão				Conversaço				Escrita	
Compreensão oral		Leitura		Interacção oral		Produção oral			
C2	Utilizador avançado	C2	Utilizador avançado	C2	Utilizador avançado	C2	Utilizador avançado	C2	Utilizador avançado
B1	Utilizador intermédio	B1	Utilizador intermédio	B1	Utilizador intermédio	B1	Utilizador intermédio	B1	Utilizador intermédio

(*) [Nível do Quadro Europeu Comum de Referência \(CECR\)](#)

Aptidões e competências sociais

Boa aptidão de comunicação oral e escrita;
Dinamismo, empenho e sentido de responsabilidade;
Capacidade de organização e de adaptação à mudança;
Auto-estima e estabilidade emocional;
Sensibilidade social.

Aptidões e competências técnicas

Psicologia Social

Aptidões e competências informáticas

Utilização na óptica de utilizador com conhecimento das ferramentas em ambiente Windows, nomeadamente Microsoft Word e E-mail.

Informação adicional

Padre Diocesano angolano. Pertencente à diocese de Namibe em Angola.